



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

RAIMUNDO DE LIMA BRITO

**O REUNI E A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: DILEMAS E PERSPECTIVAS
NO *CAMPUS* BINACIONAL - OIAPOQUE/AP (2000-2022)**

Macapá

2023

RAIMUNDO DE LIMA BRITO

**O REUNI E A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: DILEMAS E PERSPECTIVAS
NO *CAMPUS* BINACIONAL - OIAPOQUE/AP (2000-2022)**

Dissertação de Mestrado em Educação, na Linha de Pesquisa Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Adalberto Carvalho Ribeiro.

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Norma Iracema de B. Ferreira.

Macapá

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Mário das Graças Carvalho Lima Júnior – CRB-2 / 1451

B862 Brito, Raimundo de Lima.

O REUNI e a expansão da Educação Superior: dilemas e perspectivas no campus Binacional-Oiapoque/AP (2000-2022) / Raimundo de Lima Brito. - Macapá, 2023.
1 recurso eletrônico. 120 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-graduação em Educação, Macapá, 2023.

Orientador: Adalberto Carvalho Ribeiro.

Coorientadora: Norma Iracema de B. Ferreira.

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Expansão do Ensino Superior. 2. REUNI. 3. Políticas Educacionais. I. Ribeiro, Adalberto Carvalho, orientador. II. Ferreira, Norma Iracema de B., coorientadora. III. Universidade Federal do Amapá. IV. Título.

CDD 23. ed. – 370

BRITO, Raimundo de Lima. **O REUNI e a expansão da Educação Superior**: dilemas e perspectivas no campus Binacional-Oiapoque/AP (2000-2022). Orientador: Adalberto Carvalho Ribeiro. Coorientadora: Norma Iracema de B. Ferreira. 2023. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023.

RAIMUNDO DE LIMA BRITO

**O REUNI E A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: DILEMAS E PERSPECTIVAS
NO *CAMPUS* BINACIONAL - OIAPOQUE/AP (2000-2022)**

Dissertação de Mestrado em Educação, na Linha de Pesquisa Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), para obtenção do título de Mestre em Educação.

Data da Apresentação:

25 de maio de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Adalberto Carvalho Ribeiro
Orientador (PPGED/UNIFAP)

Prof^a. Dr^a. Norma Iracema de Barros Ferreira
Coorientadora (PPGED/UNIFAP)

Prof^a. Dr^a. Margareth da Silva Guerra
Membro interno (PPGED/UNIFAP)

Prof^a. Dr^a. Antonia Costa Andrade
Suplente interno (PPGED/UNIFAP)

Prof^a. Dr^a. Daginete Maria Chaves Brito
Titular externo (PPGCA-PPGEO/UNIFAP)

Prof. Dr. Manoel de Jesus de Souza Pinto
Titular externo (UNIFAP)

Aos meus pais (*in memoriam*) que mesmo não estando mais aqui presentes, continuam com presença significativa, tendo constituído o alicerce em minha formação pessoal e profissional:

À matriarca **Maria Zenaide** e a meu pai **Alfredo**, que me legaram os irmãos **José Maria**, **Genira**, **Valdenir** (*in memoriam*) e **Genita**;

Ao meu pa(i)drasto **Manoel de Jesus**, a cujos filhos anteriores **Maria da Conceição**, **Jânio** e **Maria de Fátima**, somaram-se os novos integrantes da prole: **Genilson**, **Gerlita**, **Mara Cristina** e **Genilda**.

À **Clara**, **Rafael** e **Sthephany**, razões da minha existência, que compreenderam minha ausência em momentos de dedicação exclusiva ao Curso de Mestrado.

Aos meus **amigos**, pela presença constante em minha vida e por tantos momentos alegres compartilhados.

AGRADECIMENTOS

Professores **Adalberto Carvalho Ribeiro** e **Norma Iracema de Barros Ferreira**, agradeço pela Orientação segura e competente, pela compreensão e paciência comigo na fase final de produção da Dissertação, em razão dos problemas de saúde que enfrentei ao longo dessa jornada.

Professores e amigos **João Wilson Savino Carvalho** e **Manoel de Jesus de Souza Pinto**, pelo companheirismo, incentivo e apoio em dispor de obras, bem como na emissão de sugestões que contribuíram para ao ato de realizar a Dissertação.

Kátia de Nazaré Santos Fonsêca, pela ternura e generosidade no compartilhamento de saberes.

Jorge Lucas, amigo e colega da Turma 2020, pelo incentivo ao meu ingresso no PPGED/UNIFAP.

Revan Araújo, colega de Turma, pelo companheirismo e fraternidade, inclusive compartilhando publicação científica.

Genilson Lima Albuquerque, todos os adjetivos o qualificam por sua generosidade.

William Lima, pela dedicação e excelente trabalho na digitação e formatação deste texto, bem como pelo apoio na etapa de pesquisa de campo.

Colegas da Turma 2020 do PPGED/UNIFAP, registro aqui meu agradecimento por suas contribuições e críticas à minha produção teórico-analítica.

Atores sociais do *Campus* Binacional-Oiapoque, que muito contribuíram na fase de empiria.

“Educação **não** transforma o mundo.
Educação muda pessoas.
Pessoas **transformam** o mundo”.

Paulo Freire

RESUMO

Este estudo aborda o tema “A gestão da Política Educacional do REUNI em área de difícil acesso,” tendo como objeto de estudo as repercussões do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI sobre as formas de organização e gestão das diretrizes educacionais que se estabeleceram na Universidade Federal do Amapá/UNIFAP, especificamente no *Campus* Binacional – Oiapoque, na fronteira Norte do Brasil. No problema indaga-se: como ocorreu a expansão do ensino superior na UNIFAP, com o ideário neoliberal para a educação e seu impacto em área de difícil acesso, como o *Campus* Binacional? O objetivo consiste em compreender o papel do Estado capitalista e a forma como esse modo de produção vigente incide na política social implementada, tal como no caso do REUNI, criado no governo Lula, pelo Decreto n. 6.096/2007. Com abordagem qualitativa, adotou-se como método epistemológico o Materialismo Histórico-Dialético, e no de procedimento, o Estudo de Caso, devidamente sustentado em pesquisa documental e de campo, junto ao *locus* Oiapoque/AP-*Campus* Binacional, envolvendo os atores sociais Gestor, Técnico-Administrativo, Docente e Discente, com o uso de Roda de Conversa, por *e-mail*, em decorrência do isolamento social exigido no período de pandemia da COVID-19. Os resultados da pesquisa documental apontam para o não cumprimento total das metas globais do REUNI, mas a UNIFAP com o *Campus* Binacional cumpriu parcialmente, proporcionando o acesso à Educação Superior, oferta de novos Cursos, dentre os quais os de grande prestígio - Enfermagem e Direito - para os grupos indígenas, comunidade local e municípios adjacentes à Instituição e se concretizou pela ocupação de postos no mercado de trabalho local. Quanto à empiria, a ênfase dos dados fornecidos pelos participantes da pesquisa convergem para situações não resolvidas pelo REUNI no *Campus* Binacional, como: precariedade da infraestrutura básica - salas, laboratórios, equipamentos, acesso à internet - insuficiente para o desenvolvimento das atividades laborais e acadêmicas; a constante transferência de Servidores e docentes para outros *campi*; o acúmulo de funções; a instabilidade da Internet; a frágil oferta de bolsa estudantil; e principalmente, falta de autonomia financeira; todos são fatores que ameaçam a Universidade pública e comprometem o pleno desenvolvimento da tríade Ensino, Pesquisa e Extensão. Conclui-se que, apesar de contribuir ao incremento da expansão na Educação Superior, o REUNI não reuni(u) condições de formação de qualidade no *Campus* Binacional-Oiapoque/AP.

Palavras-chave: Expansão do ensino superior; REUNI; Políticas Educacionais.

ABSTRACT

This study is about “The management of REUNI's Educational Policy in an area of difficult access,” and the object of study is the repercussions of the Support Program for Restructuring and Expansion Plans of Federal Universities/REUNI on the forms of organization and management of guidelines educational that were established at the Federal University of Amapá/UNIFAP, specifically at the Binacional *Campus* – Oiapoque, on the Northern border of Brazil. The problem asks: how did the expansion of higher education at UNIFAP occur, with the neoliberal ideals for education and its impact in an area of difficult access, such as the Binacional *Campus*? The objective is to understand the role of the capitalist State and the way in which this current mode of production affects the implemented social policy, such as in the case of REUNI, created in the Lula's government, by Decree number 6,096/2007. With a qualitative approach, the Historical-Dialectic Materialism was adopted as an epistemological method, and in the procedure, the Case Study, properly supported by documental and field research. The locus is Oiapoque/AP-Binacional *Campus*, involving the social actors Manager, Technical-Administrative, Professor and Student, using the Conversation Circle, by *email*, because the social isolation required during the COVID-19 pandemic period. The results of the Documental Research point to the total non-fulfillment of the global goals of REUNI, but UNIFAP with the Binacional *Campus* partially fulfilled, providing access to Higher Education, offering new Courses, especially the ones of great prestige as Nursing and Law, for indigenous groups, the local community and adjacent municipalities, whose qualification in the Institution took place through the occupation of positions in the local labor market. As for the empirical point, the emphasis on the data provided by the research participants converge to situations not solved by REUNI in the Binacional *Campus*, such as: precariousness of the basic infrastructure - rooms, laboratories, equipment, internet access - insufficient for the development of work and academic activities ; the constant transfer of public servants and professors to other *campi*; the accumulation of functions; the instability of the internet; the fragile offering of student grants; and mainly, lack of financial autonomy. All these factors threaten the public University and compromise the full development of the Teaching, Research and Extension triad. The study concluded that REUNI, despite to contribute to the increase in the expansion of higher education, the REUNI did not meet conditions for a qualified formation on Binacional *Campus*-Oiapoque/AP.

Keywords: Expansion of Higher Education; REUNI; Educational Policies.

LISTA DE SIGLAS

ANDES/SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CONSU	Conselho Universitário [UNIFAP/AP]
EC	Emenda Constitucional
ES	Educação Superior
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional [UNIFAP/AP]
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação [UNIFAP/AP]
PPP	Parceria Público-Privada
PROPESPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação [UNIFAP/AP]
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: EM FOCO O PROGRAMA REUNI NA UFAM.....	17
1.1 Políticas Públicas em permanente disputa: Liberalismo, Neoliberalismo e crise keynesiana.....	19
1.2 Políticas Públicas para a Educação Superior: o REUNI na Região Norte; por dentro da UFAM	24
2 EDUCAÇÃO SUPERIOR E POLÍTICA PÚBLICA: A UFPA FRENTE A FRENTE COM O REUNI.....	33
2.1 Estado capitalista e as Políticas Públicas: a crise no Neoliberalismo brasileiro	34
2.2 Expansão da Educação Superior na Região Norte: o REUNI na UFPA	42
3 PROGRAMA REUNI: DEFESA OU ATAQUE À UNIVERSIDADE PÚBLICA; O QUE DIZEM GESTORES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS/UNIFAP?	48
3.1 As ameaças à Universidade pública	48
3.2 A Interiorização da UNIFAP: de Macapá a Oiapoque, com implantação do REUNI (1990-2007)	52
3.3 Das origens à implementação do <i>Campus</i> Binacional (2013-2023)	56
3.4 <i>Campus</i> Binacional/Oiapoque: dilemas e perspectivas sob as lentes do Gestor e do Corpo Técnico-Administrativo	59
3.4.1 Com a palavra o Gestor (G).....	63
3.4.2 Corpo Técnico-Administrativo (T-A) em perspectiva	65
4 RETRATO DO REUNI NA UNIFAP: (DES)ESTÍMULO À TRÍADE ENSINO/PESQUISA/EXTENSÃO; QUAL A PALAVRA DA DÍADE DOCENTE/DISCENTE?	70
4.1 O <i>status</i> da tríade Ensino, Pesquisa e Extensão	72
4.2 Oiapoque/AP: de sede do <i>Campus</i> Norte/UNIFAP a campo de aplicação do REUNI (1990-2007)	77
4.3 <i>Campus</i> Binacional-Oiapoque/AP: dez anos depois (2013-2023)	80
4.4 <i>Campus</i> Binacional-Oiapoque: dilemas e perspectivas sob o prisma de Docentes e de Discentes	86
4.4.1 Apontamentos de Docente de um Curso de Licenciatura (Doc.).....	87
4.4.2 Olhares de Discentes da Graduação (Disc.)	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	99
ANEXO A – Pauta da 3ª Sessão Extraordinária do CONSU/UNIFAP (23 nov.2007)	106
ANEXO B – Frequência da 3ª Sessão Extraordinária do CONSU/UNIFAP (23 nov.2007)	107
ANEXO C – Ata da 3ª Sessão Extraordinária do CONSU/UNIFAP (23 nov.2007)	108
ANEXO D – Resolução CONSU n. 021/2007	110
ANEXO E – Resolução CONSU n. 01/2013	111
ANEXO F – Ofício GR n. 057/2019	112
ANEXO G – Ofício GR n. 202/2021	116
ANEXO H – Ofício GR n. 318/2021	118

INTRODUÇÃO

O *tema* do presente estudo aborda “A gestão da Política Educacional do REUNI em área de difícil acesso, especificamente a fronteira Norte do Brasil – Oiapoque/AP.” O esforço teórico desse objeto de estudo está circunscrito às variáveis que incidem sobre os países em desenvolvimento, tais como: o contexto do liberalismo desde a grande crise de 1929/1932; a expansão do keynesianismo-fordismo, que predomina após a Segunda Guerra Mundial até o início dos anos de 1970; o advento do Neoliberalismo, que se espraia na virada para uma onda vasta de estagnação a partir da crise de 1973/1974; a ascensão ao poder de governos conservadores em fins da década de 70 e início da de 80, séc. XX.

No caso brasileiro, o interesse desse estudo incide sobre as políticas públicas voltadas à Educação Superior características dos anos 1990/2000 e 2010/2020. Naquela ocasião, a demanda por vagas no Educação Superior ainda era alvo de muitas reivindicações, mas além dessa questão havia pressões sobre outros fatores impulsionando as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento desse nível da educação.

Em meio a essas exigências da sociedade instala-se no País o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), o qual com o *slogan* “mãos à obra”, direcionou a preocupação para uma acentuada reforma administrativa no campo do sistema de ensino superior no Brasil. Desta maneira, vislumbravam-se elementos, tais como: gestão interna, uso de recursos, capacidade ociosa, porém com especial direcionamento sobre a aquisição das formas de cooperação e formação de parceria no âmbito da sociedade civil.

Ao analisar os eventos desenrolados no período de 2001 a 2010, Mota Júnior (2016) entende que o Plano Nacional de Educação (PNE) apresentou a responsabilidade em aumentar a oferta da Educação Superior em 30%. Nessa vertente, registrou-se a expansão desta etapa de ensino pelo advento do Decreto n. 6.096/2007 (BRASIL, 2007), com a instituição do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), objeto de estudo desta pesquisa, em cuja implementação registra-se, pela Resolução n. 01/2013-CONSU/UNIFAP, a criação do *Campus* da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), denominado como Binacional, por situar-se em Oiapoque (Brasil), fronteira com Guiana Francesa (França), sendo o *locus* da pesquisa ora em foco.

Quanto ao *problema*, as preocupações neste estudo derivam da observação em torno da trajetória do REUNI no processo de expansão da Educação Superior no Brasil, em meio a políticas públicas educacionais e respectiva gestão, o que gerou muitas controvérsias. Desse modo, a pesquisa está movida pela seguinte indagação: Que dilemas e perspectivas o advento do REUNI representou para a expansão da Educação Superior (ES), no contexto do *Campus* Binacional-Oiapoque/UNIFAP?

Dessa indagação de pesquisa decorrem questões norteadoras, que abarcam projeções para compreender os diversos fenômenos presentes no REUNI e seu processo de expansão para a fronteira Norte – *Campus* Binacional/AP. Nesta circunstância, indaga-se: qual o papel do Estado capitalista na implementação das políticas públicas educacionais, destacando as condições de avanços e retrocessos na tríade Ensino, Pesquisa e Extensão desenvolvidas no *Campus* Binacional de Oiapoque? De que forma ocorreu a expansão do ensino superior com o ideário neoliberal para a educação e seu impacto em área de difícil acesso, como no *Campus* Binacional-Oiapoque/UNIFAP?

O *objetivo* geral consiste em apreender o papel do Estado capitalista na ameaça às Políticas Públicas educacionais, com o advento do Programa REUNI, na aplicação da tríade Ensino/Pesquisa/Extensão. Quanto aos objetivos específicos, constam de: caracterizar o campo de disputa que envolve a formulação de Políticas Públicas educacionais, remetendo ao Liberalismo econômico e seu desdobramento no Neoliberalismo; detectar o grau de identificação entre o REUNI e as metas estipuladas para as políticas educacionais em um Estado capitalista; analisar o advento do REUNI na UNIFAP/*Campus* Binacional, à luz da postura de gestores e técnico-administrativos; avaliar os desdobramentos do REUNI no *Campus* Binacional, segundo a ótica de professores e alunos.

Neste diapasão, o estudo apresentado tem como preocupação central a análise das condições da Educação Superior observadas no *Campus* Binacional de Oiapoque/AP, vinculado à Universidade Federal do Amapá, no corte temporal 2000-2022. A gênese de tal preocupação identifica-se com a *justificativa*, a qual engloba três grandes motivos que estimularam para que agora este autor venha a expô-los, recorrendo à primeira pessoa do discurso. Assim sendo, faço registro da referida motivação que me levou a escolher este tema no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESPG/UNIFAP).

Em primeiro plano, cito o fato de ter assumido nestes 30 anos de Universidade, diversos cargos e funções na Gestão Superior/UNIFAP, dentre os quais, a de Conselheiro no Conselho Universitário/CONSU, por diversos mandatos. Além disso, como professor, participei ativamente do processo de Interiorização, ao longo desses anos. Nesta experiência acumulada, testemunhei muitas transformações, que vão desde a expansão dos cursos de Graduação pelos municípios amapaenses, até a criação dos *Campi*, inclusive o Binacional, com todos os problemas advindos de uma expansão frágil e sem planejamento, o que se percebe empiricamente.

Posso dizer que acompanhei a construção, implementação e os resultados de políticas educacionais no seio da Educação Superior no Estado do Amapá que, infelizmente, tomaram outros rumos, afetadas por uma série de problemas que surgiram no decorrer do processo. É digno lembrar que, às vezes, essas inquietações profissionais tornavam-se angústias pessoais.

A segunda razão é de natureza acadêmica. Tenho Graduação em Ciências Sociais, e minha atividade como docente está vinculada ao Colegiado do Curso de Sociologia, fato que implica ministrar disciplinas e orientar Trabalhos de Conclusão de Curso/TCC com temáticas voltadas à educação. Nesta proximidade de áreas de saber, adentrar no campo das políticas públicas educacionais, tema relevante ao sociólogo, consiste numa experiência significativa para a construção do conhecimento.

No que refere à terceira, corresponde à importância do tema para a UNIFAP e para toda a sociedade amapaense, no que concerne à avaliação de políticas públicas educacionais locais, pois é somente corrigindo as falhas, que podemos visualizar e melhorar a eficácia de Programas como o REUNI. Não podemos esquecer da relação binária entre o processo de desenvolvimento regional e a criação de cursos universitários.

Contudo, é necessário estarmos atentos e sensíveis para algumas dificuldades estruturais (locais de difícil acesso, como é o caso de Oiapoque), pensando na complexidade da região, seu território e suas fronteiras. Considero, ainda, que o estudo ressoará, também, para este Programa de Mestrado, o qual prevê em uma de suas Linhas de Pesquisa o estudo de Programas e Políticas Públicas Educacionais, além de Programas correlacionados.

Assim motivado, hei de mencionar que foi neste mosaico de situações e cenários, que empreendi os primeiros passos em direção à temática que ora abordo nesta pesquisa sobre o *Campus* Binacional-Oiapoque. Mas indubitavelmente, foi depois dos problemas identificados,

e das sugestões emanadas de docentes e de colegas do PPGED/UNIFAP, que paulatinamente o trabalho foi amadurecendo, tornando-se mais qualificado teórica e metodologicamente.

Desse modo, em virtude da ordem de fatores diversos, mas que se complementam, é que o estudo do REUNI no Brasil é necessário, tendo em vista as diversas transformações ocorridas na Educação Superior do País, logo após a sua criação. Principalmente, destaca-se a iniciativa dessa Política Pública educacional em ampliar a oferta de cursos e vagas na Graduação, que culminou na construção de diversos *campi* nos interiores do País. O REUNI foi criado pelo Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no primeiro ano de seu segundo mandato (2007-2010), e representou um marco na busca de tornar acessível o acesso à Educação Superior, em solo brasileiro.

Nesse sentido, na esteira da política educacional voltada para a Educação Superior, o Governo Federal apresenta o REUNI, que iniciou oficialmente com a publicação do Decreto 6.096, de 17 de abril de 2007. Apenas a título de exemplificação, a expansão da Rede Federal de Educação Superior teve início no 1º mandato de Lula, em 2003, com a interiorização dos *campi* das Universidades Federais. Com isso, o número de municípios atendidos passou de 114 (2003) para 237 (até o final de 2011, já no Governo Dilma Rousseff). Desde o início da expansão foram criadas 14 novas Universidades e mais de 100 novos *campi*, que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de Graduação. Uma das metas era a ampliação das vagas noturnas (BRASIL/REUNI, 2010).

Na região Norte do Brasil, o REUNI chegou a partir da adesão das principais Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) da Amazônia, como a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Universidade Federal do Pará (UFPA). Isso gera dinâmicas contestatórias à sua rápida tramitação e aprovação pelas referidas IFES, posto que pouco se discutiu acerca do que representaria tal Política Pública educacional.

Já na Universidade Federal do Amapá, quanto à articulação de discentes protestando em desfavor à adesão da instituição ao REUNI, também se observou processo semelhante às IFES congêneres na Região Norte. Tal assertiva fica evidenciada na Pauta, Frequência, Ata e Resolução CONSU, de 23 de novembro de 2007 (ver Anexos A-D), data que marcou a apreciação e a aprovação da adesão da UNIFAP ao REUNI, durante o primeiro mandato do Reitor José Carlos Tavares Carvalho (2005-2013).

Decorridos 16 anos da implantação do REUNI e 10 da criação do *Campus* Binacional de Oiapoque (2013), registrou-se a decisão monocrática do gestor da UNIFAP (2018-2022),

felizmente não concretizada, de transferir docentes, acervo bibliográfico e laboratório dos Cursos de Enfermagem e de Direito daquele *Campus* para o *Campus* Santana/AP. Ademais, há que se mencionar precarização do trabalho docente, infraestrutura física inadequada, Biblioteca com escassez de acervo de obras, dentre outros fatos que instigaram a realizar este estudo. O que não se sabe precisar, de modo sistemático, é o tamanho do impacto da criação do *Campus*, no trabalho de docentes e técnico-administrativos, que para lá foram aprovados em concurso público. Esta pesquisa tem tudo para trazer luz a questões como as que ora estão sendo propostas.

Com base no exposto, a ideia é construir uma reflexão de como se deu a expansão da Educação Superior no Estado do Amapá, na perspectiva do REUNI. Assim procedendo, é significativo fortalecer ações com mais cautela, pois essas experiências advertem que quando esses projetos não são bem executados, tornam-se caros para Administração Pública, como parece ser o caso do *Campus* Binacional-Oiapoque/AP.

Antes de entrar na questão específica, sobre os fatos que marcaram a expansão da Educação Superior para a fronteira Norte do Brasil, com a criação do *Campus* Binacional/UNIFAP, em Oiapoque/Amapá, cabe evidenciar como as Políticas Públicas, principalmente as do campo educacional, relacionam-se à lógica do Estado capitalista. Neste sentido, há um marco teórico que passa na discussão sobre algumas categorias analíticas, a saber: **Estado, Políticas Sociais, Políticas Públicas Educacionais e o Programa REUNI**. Outrossim, há que se pensar a forma como ocorre a relação entre Estado capitalista a as políticas sociais, além do próprio esgotamento do paradigma liberal, com a crise keynesiana.¹

É importante destacar que o Neoliberalismo eclode após Segunda Guerra Mundial e se consolida na década de 80, séc. XX, trazendo uma nova lógica na condução das Políticas Públicas, nos mais diversos setores e áreas dos Estados nacionais. Dessa forma, Estado, Políticas Públicas educacionais, expansão do ensino superior brasileiro (público e particular), novos programas via Ministério de Educação (MEC), dentre eles o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, irão moldar o novo cenário do ensino universitário no País. O caso específico do *Campus* Binacional/Oiapoque-AP, de forma sistêmica, compõe esse contexto de expansão e transformação do ensino superior brasileiro.

¹ A crise keynesiana culminou no declínio final na década de 1990, séc. XX, diante dos desígnios do Neoliberalismo, somada à Globalização e abertura do Mercado Internacional. Ver em: ANDRADE, Daniel. Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governabilidade. **Novos Estudos**, 2019.

O Estado, por sua natureza, apresenta a obrigação em implantação de Políticas Públicas que visem a seu desenvolvimento. Essa é uma situação assegurada em legislação, conforme leis da criação do Estado, o que dispõe de objetivos ao seu funcionamento, em função dos benefícios à população, que com clareza deve postular seus direitos. Nesse caso, avaliar políticas sociais destinadas à população de um Estado, vai além de sua implantação e implementação propriamente ditas, pois as políticas concernentes à saúde, educação, habitação, meio ambiente, dentre as diversas, precisam de um profundo olhar, à medida que tais políticas atendem a programa de Governo. Desta forma, as ideologias denominadas de “filosofias de bastidores” devem ser sempre avaliadas, devido a seu propósito de satisfação de um grupo e seus respectivos interesses.

Com base nos pressupostos em análise, faz-se importante realizar neste momento a diferenciação entre Estado e Governo. Entende-se Estado como aquele que agrega órgãos com permanentes ações que focalizam o bem-estar social, sempre com o intuito de proporcionar melhor qualidade de vida à população, visto que sua performance não se limita a um período determinado. Já o Governo corresponde a um período político definido, para atuar sobre as ações de Estado, quando lança e executa programas e projetos que devem viabilizar os princípios do Estado em benefício de um povo.

Assim pensando, as Políticas Públicas que um governo lança mão em executar a uma população, denominam-se de Estado em ação. Porém a preocupação é no sentido do entendimento de a quem determinadas Políticas Públicas querem alcançar, pois há nesse contexto a necessidade de uma sociedade como natureza humana, mas há também fundos ideológicos, visto que pode estar servindo à filosofia de um governo.

Para responder o problema formulado e atingir os objetivos propostos, procedimentos metodológicos foram delineados. Assim sendo, a abordagem adotada é do tipo qualitativa, o método epistemológico Histórico-Dialético e a técnica de Estudo de Caso, devidamente sustentados em pesquisa documental e de campo, junto ao *locus* cidade de Oiapoque/AP - *Campus* Binacional, com utilização da estratégia de pesquisa Roda de Conversa, por *e-mail*, dado o período de pandemia por COVID-19, tendo como interlocutores: representante do Diretor do *Campus*, cinco Técnico-Administrativos, um Docente de Curso de Licenciatura, e três Discentes – Biologia, Geografia e Pedagogia.

A presente Dissertação está dividida em quatro momentos: a seção 1 intitulada “Políticas Públicas educacionais e a Educação Superior brasileira: em foco o Programa REUNI na UFAM”

apresenta Políticas Públicas em permanente disputa, abordando o Liberalismo, o Neoliberalismo e a crise keynesiana, bem como as Políticas Públicas educacionais para a Educação Superior na Região Norte, especificamente a aplicação do REUNI na UFAM. Na seção 2, designada “Educação Superior e Políticas Sociais: a UFPA frente a frente com o REUNI,” e a referência se faz ao Estado capitalista, às Políticas Públicas e à crise no Neoliberalismo brasileiro, evidenciando a expansão da Educação Superior na Região Norte, no caso com a implantação do REUNI na UFPA.

No que concerne à seção 3, nomeada “Programa REUNI: defesa ou ataque à Universidade pública: o que dizem gestores e técnico-administrativos/UNIFAP?” trata das ameaças à Universidade pública, especificando o processo de interiorização da UNIFAP, com implantação do REUNI no *Campus* Binacional/Oiapoque, no qual se enfatizam dilemas e perspectivas vivenciados por atores sociais: representante da gestão do *Campus* e do Corpo Técnico-Administrativo.

Afinal, a seção 4, denominada “Retrato do REUNI na UNIFAP: (des)estímulo à tríade Ensino/Pesquisa/Extensão; qual a palavra da díade Docente/Discente?” ressalta o *status* conferido à tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, quando da aplicação do REUNI no então *Campus* Norte/UNIFAP, atual *Campus* Binacional/Oiapoque, procurando detectar dilemas e perspectivas vividos por Docentes e Discentes.

1 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: EM FOCO O PROGRAMA REUNI NA UFAM

O debate sobre a aplicação do REUNI como Política Pública voltada à Educação Superior não prescinde de abordar o papel do Estado capitalista no seio das políticas sociais. Decorre de tal noção o objetivo desta seção em caracterizar o REUNI no panorama de disputa que envolve a formulação de Políticas Públicas para a Educação Superior, remetendo ao Liberalismo econômico e seu desdobramento em Neoliberalismo, no âmbito da Região Norte. Para tanto, realizou-se estudo documental, tendo como objeto de pesquisa o Programa REUNI, tal como implantado no *locus* Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com a delimitação temporal 2000-2022.

A consecução do objetivo traçado neste segmento do texto relaciona-se à indagação de pesquisa: de que maneira o Neoliberalismo afeta as disputas características do campo das Políticas Públicas na área da Educação Superior? À guisa de nortear os debates em torno do problema ora apresentado, convém recorrer ao entendimento de Hofling (2001, p. 2, grifo do autora) em torno da relação Estado capitalista e Políticas Públicas:

Estado não pode ser reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais que conceberiam e implementariam as Políticas Públicas. As Políticas Públicas são aqui compreendidas como as de **responsabilidade** do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, Políticas Públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais.

Vale no momento entrar nas considerações a respeito das políticas sociais, as quais se referem às ações que definem os padrões de proteção social, quando representam benefícios a uma sociedade, sempre com vista à redução de desigualdades sociais em um dado contexto, ocorridas por meio de um desenvolvimento econômico. Importante lembrar aqui que as políticas sociais são oriundas de movimentos populares ocorridas no século XIX, a partir da notória tensão entre capital e trabalho, em meio à Revolução Industrial.

Diante da inicial reflexão acerca das Políticas Públicas e políticas sociais, entende-se necessário a discussão sobre o Estado capitalista e de que forma tal ente vem conduzindo tais Políticas, em favor de sua população. O debate em torno deste eixo gira sempre em nome de propiciar o tão sonhado desenvolvimento macro de um contexto social.

Hofling (2001) é marcante por discutir os aspectos do marxismo – corrente que deflagrou o maior e mais poderoso conjunto de críticas ao Estado capitalista –, considerando-o como teoria

capaz de abarcar várias abordagens. Isto porque seus postulados agregam diferentes tendências e teorias que tendem a explicar o funcionamento de um fenômeno social, tendo como aporte os pressupostos que asseguram a construção histórica de conceitos e, nesse prisma, remete-se ao posicionamento de dois autores, que amparados no marxismo, carregam teorias liberais e até mesmo neoliberais, para reflexão das questões que viabilizam o entendimento do papel do Estado e do Governo referentes à Política Pública e educacional em apreciação.

No caso em tela, Hofling (2001) está se referindo ao sociólogo alemão Claus Offe e ao economista estadunidense Milton Friedman, os quais aprofundam a temática sobre o Capitalismo, no sentido da acumulação do capital e outra sobre a produção capitalista, além do papel do Estado no contexto interno desse modo de produção, firmada nas reivindicações dos trabalhadores, assim como de setores não beneficiados pelo desenvolvimento do capital. Offe se destaca sobre o assunto, uma vez que analisa o Estado capitalista contemporâneo no seio das tradições capitalistas. O estudioso concebe o Estado como manifestante da sociedade de classes que concentra e manifesta as relações sociais de classes, onde estão instalados os conflitos e isso ocorre porque o Estado apresenta interesse na acumulação do capital e nas reivindicações dos trabalhadores.

O papel do Estado sob o Neoliberalismo é de regulador do Capitalismo, ancorado nas políticas sociais. Isso ocorre com a intenção de regular os desequilíbrios acarretados pelo desenvolvimento da acumulação capitalista, mas por parte dos neoliberais se encontra nessa linha de pensamento a preocupação de que o Estado acabe por intervir negativamente.

Essa possibilidade é factível, visto que as políticas sociais surgem justamente em função de inibir a iniciativa privada, colocando em risco os ideais capitalistas, do ponto de vista da acumulação do capital. Constata-se a preocupação com a implantação de políticas sociais que derrubem os mecanismos das concorrências privadas, enfraquecendo o livre mercado, porque para os neoliberais o livre mercado é apontado como equalizador dos indivíduos, além de causar intervenção nas oportunidades ocupacionais da sociedade:

A sociedade é uma ordem onde se dão interações entre indivíduos e/ou grupos. Já a política nos remete a disputas pelo controle de recursos sociais importantes para a coesão e reprodução de uma dada sociedade. Consiste de uma ordem específica de relações e interações sociais nas quais se processam os conflitos relativos à apropriação e ao controle dos recursos sociais relevantes, especialmente o poder. Por isso podemos afirmar que Política é um conceito que se refere a um conjunto particular de interações, diretamente relacionadas à distribuição do poder, nas relações sociais, atravessando diversas instituições. (SANTOS, 2016, p. 91).

O Neoliberalismo acaba por se apresentar na defesa dos princípios da liberdade de escolha individual e do livre mercado. Esse entendimento aponta as iniciativas do Estado para a reafirmação das iniciativas privadas e postula visão das políticas de privatização, fato que gera uma concepção de que cada indivíduo deve se colocar numa posição na sociedade de acordo com seu próprio mérito, alcançando o seu adequado lugar na sociedade. Percebe-se nesse posicionamento que a definição das Políticas Públicas para uma sociedade remete aos conflitos de interesse, fato definido na esfera de Estado e na sociedade bem presente.

1.1 Políticas Públicas em permanente disputa: Liberalismo, Neoliberalismo e crise keynesiana

As Políticas Públicas descortinam-se no cenário do Estado, cujo papel continua em relevo, visto que seu aparato está intrinsecamente ligado aos ditames da Economia, mote que norteará as discussões nesta subseção do texto. Esse momento remete ao entendimento que havia a disseminação de uma crise do conhecimento econômico que ameaçava a fortaleza do Capitalismo. Então, o economista inglês John Maynard Keynes postula novos caminhos de condução da Economia, de forma que se apresenta como o defensor das novas ordens nessa área. Compreendido por seus opositores como teórico da crise econômica, Keynes lançou mão do aparelho estatal, visto que acreditava nessa intervenção para o desenvolvimento econômico.

Para tanto, Keynes (1978, p. 120) resgata as origens do Liberalismo, de onde inicia um processo de formulação de teorias que se pode afirmar contrárias às do Liberalismo até então adotado para a condução e aquisição do capital ou chamado desenvolvimento econômico:

Esclareçamos desde o início os princípios metafísicos ou gerais sobre os quais, de tempos em tempos, se fundamentou o *laissez-faire*. Não é verdade que os indivíduos possuem uma 'liberdade natural' prescritiva em suas atividades econômicas. Não existe um contrato que confira direitos perpétuos aos que têm ou aos que adquirem. O mundo não é governado do alto, de forma que o interesse particular e o social sempre coincidam. Não é administrado aqui embaixo para que na prática eles coincidam. Não constitui uma dedução correta dos princípios da Economia que o auto interesse esclarecido sempre atua a favor do interesse público. Nem é verdade que o auto interesse seja geralmente esclarecido; mais frequentemente, os indivíduos que agem separadamente na promoção de seus próprios objetivos são excessivamente ignorantes ou fracos até para atingi-los. A experiência não mostra que os indivíduos, quando integram um grupo social, são sempre menos esclarecidos do que quando agem separadamente.

A argumentação de Keynes (1978) chega a ser convincente até mesmo entre seus adversários, uma vez que deixa claro que o Liberalismo está errado e não avalia esta forma como

razão moral, mas em especial em decorrência de ferir os princípios pragmáticos de uma realidade que exige o fazer para reversão de quadros ameaçadores, no caso da economia que sustenta o Planeta. O referido economista, então, se destaca por elaborar teorias e operacionalizar um contexto de desenvolvimento econômico com a presença do Estado e que se fundamentasse em princípios democráticos, atuando sob o pragmatismo que cedeu vez à operacionalização de ações que viessem a fortalecer o Estado no sentido mais amplo, a partir de sua divergência ao Liberalismo.

Torna-se imprescindível registrar que o Liberalismo marca sua primeira crise com a denominada contraditória superprodução e fome, feito que no ano de 1929 serviu como referência fundamental às demais crises ocorridas na Economia, aqui se tratando da brasileira. Naquele momento, registrava-se taxa de desemprego no País, que expressava 20% da população desempregado, manifestando uma séria crise do Liberalismo que abalava consideravelmente a economia do Brasil.

No debate que se processa nesse momento, Mota (2006, p. 11) remete a Keynes, destacando o entendimento de que somente o Estado poderia atuar sobre a crise com uma política de investimentos capaz de reverter tal quadro econômico, haja vista a ideia que se a responsabilidade nesse sentido atingisse grande porte, logo o nível de desenvolvimento se aceleraria. A autora assim expressa essa concepção:

Certamente, competia ao Estado capitalista administrar a crise econômica e, simultaneamente, fazer frente à expansão do socialismo. Da década de 20 ao final dos anos 1960, a ação reguladora do Estado promoveu certa estabilidade econômica, firmando a nova estratégia de acumulação que desencadeou um processo acelerado de concentração e centralização de capitais.

Neste sentido, buscam-se as lembranças dos momentos contraditórios instalados no País nos anos 1980, quando foi promulgada a Constituição Federal do Brasil, a denominada Constituição Cidadã, a qual foi oriunda de manifestações de movimentos sociais, quando da redemocratização do Brasil. Naquela ocasião, focou-se num cenário de maior garantia e ampliação dos direitos trabalhistas e sociais, porém concomitantemente houve ainda esforço na manutenção de ordens neoliberais, haja vista que por orientação do Banco Mundial (BM), o Brasil deveria aderir à política de combate à pobreza, conforme o instalado em países desenvolvidos, entretanto com teor que esbarrava na privatização de direitos sociais:

Enfatiza-se que a consolidação da Constituição de 1988 foi fruto da luta de vários movimentos sociais organizados pelo processo de redemocratização política no Brasil. Essa Constituição instituiu o conceito de Seguridade Social, reunindo as áreas da assistência social, saúde e previdência social. Prevê também um processo de descentralização das políticas sociais, através da instituição dos Conselhos de Direitos em nível local, possibilitando a ampliação dos canais de participação popular na elaboração, fiscalização e gestão das Políticas Públicas. (ARRAIS; PEIXOTO, 2012, p. 72).

Doravante faz-se análise das crises capitalistas que são expressas pelas crises econômicas causadas pela centralização e estagnação do capital. Assim, emergem políticas que tendem a reverter tal quadro ameaçador, porém na verdade há um outro objetivo indireto em sua composição: alimentar o acúmulo do capital, por meio de lucrativos planos de desenvolvimento da Economia, gerando abertura de grandes mercados, assim como viabilizando financiamento de grandes negócios privados – são as crises capitalistas “resolvidas” com altas dosagens de Capitalismo.

O Capitalismo e seus tentáculos se estendem na arena das Políticas Públicas. Assim manietadas, estudiosos e especialistas do Planeta debruçam-se sobre que conceito atribuir-lhes. Tanto é que a denominada *policy analysis* é a expressão traduzida em Português de análise das Políticas Públicas, defendidas atualmente como atividades práticas que podem ser oriundas ou não de governo, inclusive já afirmado anteriormente que são destinadas a espaços públicos.

Desse modo, as Políticas Públicas têm sido pensadas em diversos modelos, os quais se diferenciam tomando por base o campo que almejam atingir, para o alcance de determinado objetivo. Não se deseja restringir neste comentário que esses modelos de Políticas caminhem isoladamente na sua aplicação prática, entretanto a depender da situação, é possível que se unifiquem para cuidar de um único fenômeno.

Vale ressaltar que o Brasil ainda se apresenta de forma muito tímida no que concerne aos modelos dessas Políticas, desde sua concepção até a aplicabilidade. Uma obra clássica a esse respeito se encontra no livro em Língua Inglesa escrito por Thomas Dye (1992), intitulado *Understanding Public Policy*, a respeito do qual Santos (2016, p. 73) extrai um leque de modelos de análises políticas que geram as análises das Políticas Públicas, quando se tem como referências: os modelos institucionais, de processos, teorias dos grupos, de elite, racional, incremental, teoria dos jogos, da escolha pública e modelo dos jogos. Para a autora, ao longo do século XX, Dye tem influenciado a análise de Políticas Públicas e sua implantação a quem realmente se destina de forma eficaz, nos termos a seguir expressos:

Os estudos realizados a partir deste modelo entendem a Política Pública como produto das instituições políticas. Neste sentido, focalizam prioritariamente o papel do Estado e suas instituições, na produção das Políticas Públicas. Em geral, se atêm à análise de instituições governamentais específicas – em sua estrutura, organização, deveres e funções – sem inquirir, sistematicamente, acerca do impacto das características institucionais sobre os resultados da política.

Na possibilidade em tela nota-se o entendimento da Política Pública institucional oriunda das manifestações a respeito do papel do Estado, como resultado das instituições políticas, podendo-se afirmar que é onde acontece a produção dessa forma de Política. Ainda nessa compreensão, tais políticas atuam como elementos governamentais, considerando vários elementos como sua estrutura, organização, deveres e função, ou seja, sua visibilidade é o atingimento dos aspectos puramente institucionais, segundo o teor que apresenta em suas atribuições, situação que pode parecer isolada.

Entra-se neste momento na discussão do modelo elitista sobre as Políticas Públicas. Assim, os governados não apresentam influências sobre os governos para a implantação dessas Políticas. Sobre essa posição, a elite encara os governados como seres que não dispõem de suporte, de fundamentações, de informações que os façam participar da elaboração de tais Políticas. Nesse prisma não há inovações e interesses dos governados, haja vista que a elite define as coordenadas das Políticas Públicas, do que se pode dizer que essa elaboração é para o povo, e não com ele.

Santos (2016) afirma os fundamentos do modelo de uma política racional. Essa questão esclarece que os denominados ganhos por tal modelo excedem os fatores econômicos de uma Política Pública, mas se foca no alcance de ganhos políticos e sociais. Os responsáveis pela tomada de decisões, nessa teoria, devem ter segurança no que diz respeito a conhecerem todas as preferências e valores da sociedade e sua importância relativa, que conheçam bem as diversas alternativas políticas possíveis e suas consequências, façam corretamente o cálculo de custos entre os valores alcançados e os custos de realização e selecionem a alternativa política mais eficiente. Encontra-se, então, a fundamentação da política racional para as Políticas Públicas voltadas à consciência dos valores preditivos e competências para o cálculo dos custos e benefícios para semelhante implantação.

Em prosseguimento, Santos (2016) apresenta uma sequência de quatro modelos das Políticas. Inicialmente, emerge a discussão sobre o modelo incremental, com uma análise de que as políticas sociais não devem ter interferências no *status quo*. Nessa ótica aparecem cuidados na sua efetivação, à medida que agrega as informações da política racional, a qual afirma que existem

inúmeras variáveis incontroláveis no processo político social e com isso acredita essa vertente que o controle e a manipulação são incertos. Nesse sentido, os indivíduos esperam do Governo demandas pontuais e específicas.

Sob o prisma ora em análise, um segundo modelo, o da teoria dos jogos, está no rol dos modelos políticos. Essa teoria deixa claro que a decisão de apenas um ator do jogo não garante resultados, porque este depende das escolhas dos outros atores em situação de beligerância. Acredita-se, neste caso, que vários atores estão envolvidos para a tomada de decisão, contudo as decisões são pautadas por regras que todos os envolvidos têm que respeitar, de forma que os resultados das escolhas podem variar para o melhor ou para o pior. Há interesses diversos nessa situação, questão que se pode ilustrar na manutenção de Políticas Públicas envolvendo os cidadãos, governo e instituições, quando há um jogo de interesses e que a manifestação conflitante ocorre, mas pautada em regras que asseguram sua operacionalização.

Santos (2016) revela um terceiro modelo, que é o da escolha pública, acreditando que as Políticas Públicas nessa conjuntura advêm de decisões coletivas, mas considerando resultados que atendam aos interesses particulares. Aponta para o esclarecimento de que eleitores, políticos e burocratas apresentam interesses em se beneficiar de tais Políticas. Nesse caso faz-se necessário abordar o exemplo de instituições como companhias elétricas, de água e esgoto, de telefonia, as quais, por exemplo, se encaixam na condição de Políticas Públicas da escolha pública, embora seus objetivos sejam ganhos particulares.

Na sequência, há referência ao modelo sistêmico, segundo o qual as Políticas Públicas surgem para mover complexos fenômenos políticos. O ponto de partida desse quarto modelo gira em torno de análises significativas do ambiente, para assim pensar sistematicamente na promoção de Políticas dessa natureza.

Nessa vertente, esse modelo busca a explicação de como o ambiente e o sistema político podem afetar o campo nessa área, fazendo ainda uma reflexão inversa, como teor que carrega na própria nomenclatura de sistêmico. Isso significa que criação e operacionalização das Políticas Públicas devem ocorrer por um processo muito bem pensado, planejado, organizado, com sustentação de toda sua característica, visto que o objetivo é que funcione a contento e que, assim, promova os melhores e maiores benefícios a quem se destina.

1.2 Políticas Públicas para a Educação Superior: o REUNI na Região Norte; por dentro da UFAM

Políticas Públicas educacionais para a Educação Superior no Brasil possuem grande incidência nas primeiras décadas do séc. XXI, mas remontam à segunda metade do séc. XX. Importa frisar que a atenção especial à Educação Superior pública, isto é, que é fornecida de forma gratuita aos cidadãos brasileiros, nos anos recentes foram ainda mais aprofundadas com desdobramento promovido por governos após a redemocratização. O entendimento sobre o que são Políticas Públicas educacionais em permanente disputa manifesta-se relevante, do mesmo modo que a análise dos impactos do REUNI no contexto brasileiro, ressaltando as experiências no seio da Região Norte.

Neste caso, a discussão aqui apresentada sobre Estado e Políticas Públicas para a Educação Superior evoca a presença de Rúa (2009, p. 20). A autora entende que a definição de política antecede todo e qualquer debate sobre o tema, daí que seu conceito representa um “conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos.” A análise das Políticas Públicas requer a compreensão do papel do Estado, cujas ações interferem em dada realidade, quando se definem objetivos que viabilizem sanar determinados problemas.

As considerações sobre as políticas educacionais para a Educação Superior se expressam pelo cenário estabelecido no Plano Nacional de Educação 2014/2024 (BRASIL/PNE, 2014), em suas 20 Metas e 354 Estratégias. Dentre tal conjunto, três se referem ao ensino superior no Brasil: Meta 12 - Acesso à Educação Superior que se preocupa em aumentar em 40% o número de vagas no ensino superior de caráter público; Meta 13 – Qualidade da Educação Superior/titulação do corpo docente; e Meta 14 – Acesso à Pós-Graduação *stricto sensu*/ampliação do número de titulados. Esses elementos se convertem no grande desafio como mecanismo voltado ao propósito de aumentar significativamente a escolaridade média da população:

a expansão do ensino superior se inicia nos anos 1960, intensificando-se ao longo da década de 1970. Desse modo, em um período de vinte anos, o número de matrículas em estabelecimentos de ensino superior cresceu de 93.902, em 1960, para 1.345.000, em 1980, principalmente nas instituições privadas, que migraram de um percentual de matrículas de 44% para 63,3%. (MOTA JUNIOR, 2016, p.11).

Os dados sobre a expansão do ensino superior no Brasil são importantes, que mesmo apresentando cunho ideológico governamental e até mesmo pautados nas teorias neoliberais, houve um caminho de implantação de Políticas Públicas para garantir maior acesso à Educação Superior. Lembremo-nos de que tais Políticas são manifestações que visam à diminuição de desigualdades sociais. As políticas educacionais são caracterizadas como Políticas Públicas, as quais se fazem com vista a planos, diretrizes, metas e estratégias, com atenção à resolução de problemas sociais, como no caso as políticas educacionais para a Educação Superior, que exigem manifestação constante do Governo, intervindo para a expansão do acesso e da permanência.

Mota Júnior (2016) esclarece que nos anos 1980 houve um acréscimo considerável de universidades públicas, com registro de 65 delas. Não obstante, nesse mesmo período computou-se a existência de mais de 800 Instituições de Ensino Superior privado (IES), como universidades e faculdades, com ênfase ao ensino, ficando como tarefa precípua das universidades públicas alavancarem as atividades de pesquisas.

Na década de 90, séc. XX, a demanda por vagas na Educação Superior ainda era alvo de reivindicações, mas além dessa questão havia pressões sobre outros fatores impulsionando as Políticas Públicas destinadas ao desenvolvimento do ensino superior no Brasil. Em meio a essas exigências da sociedade instala-se no País o governo Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o qual com o *slogan* “mãos à obra”, direcionou a preocupação para uma acentuada reforma administrativa na Educação Superior no Brasil, vislumbrando a atenção em elementos como gestão interna, uso de recursos e capacidade ociosa, mas com especial direcionamento sobre a aquisição das formas de cooperação e formação de parceria no seio sociedade civil, senão vejamos:

Os governos dos anos 1990, sobretudo os de Fernando Henrique Cardoso, não deixaram de fazer uso dos recursos disponibilizados por seu farto arsenal legislativo. A ação contra o caráter público da universidade, iniciada ainda no regime militar, encontrou incentivo e reforço nunca vistos. Antes da LDBEN, e depois dela, um número importante de leis, medidas provisórias, decretos, decretos-leis, portarias, resoluções passou a definir os rumos do ensino superior brasileiro. Não causa surpresa, portanto, que na LDBEN de 1996 o capítulo específico sobre a educação superior e o que contém o maior número de artigos - 16,3% do total. Não é demais lembrar que, embora o discurso oficial sempre se refira ao sistema de ensino superior como um todo, define atribuições e prerrogativas somente as instituições credenciadas como universidades. Entre elas, as reformas recaem, preferencialmente, sobre as instituições da rede federal. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011, p. 78).

Embora não seja objetivo o aprofundamento e exaustão da discussão de capítulos pregressos da História, não se pode negligenciar alguns desdobramentos associados à origem da educação na Amazônia. Isso desde a colonização e catequização de índios feita por Jesuítas portugueses, passando pela criação dos primeiros colégios, até o advento das primeiras IES no Amazonas e no Pará.

A mera lembrança serve-nos para compreender minimamente a origem da educação no Norte brasileiro, e a centralidade que Pará e Amazonas têm no papel de desenvolver a Educação Superior na Amazônia. Neste aspecto, Bento *et al.* (2013) ilustram, inclusive, que no período de Grão-Pará, as províncias Belém e Manaus destinaram espaços próprios à formação acadêmica para docentes de nível médio. Fato que comprova o pioneirismo desses atuais Estados, no que tange à área da instrução escolarizada.

Amazônia, por sua riqueza natural, é palco de intervenções humanas, articuladas e sustentadas pelo Estado brasileiro, conforme a socióloga paraense Edna Castro (2012, p. 52) aponta, ao descrever algumas ações federais ao aplicar políticas nas décadas de 70 e 80, séc. XXI, tais como: colonização dirigida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) direcionada à produção familiar; incentivos fiscais para fazendas; construção de rodovias (ex.: Transamazônica e Perimetral Norte); incentivos para Zona Franca de Manaus; projetos minerais; e hidrelétricas. Visa-se ao desenvolvimento da Região, mas claramente favorecendo a exploração de recursos naturais, ao construir infraestrutura necessária para exploração mineral, por exemplo.

Logo a princípio, as políticas governamentais citadas não parecem ter conexão com o raciocínio aqui delineado, qual seja, a experiência do Programa REUNI nas universidades amazônicas. Porém, muito dessas práticas do Estado incidem na dinâmica educacional, posto que:

as políticas de desenvolvimento concebidas ou implementadas na Amazônia [...] determinaram uma infraestrutura tecnológica, bem como padrões de ocupação e colonização centrados somente no acesso, uso e controle dos recursos naturais. Este padrão vem gerando exclusão social e expulsão da população rural para as periferias das pequenas e médias cidades, bem como ocupação de bens públicos, gerando ainda conflitos de terra e violência no campo. Os dados educacionais da região refletem essa desigualdade (BENTO *et al.*, 2013, p. 146).

Paula e Almeida (2020, p. 1070), por seu turno, citam que o REUNI incidiu sobre custo, funcionamento da Pós-Graduação, na avaliação CAPES/MEC e na qualificação de docentes. Ampliou-se a quantidade de vagas disponibilizadas, bem como se verificou o aumento de oferta de

cursos e de matrículas de discentes, sem olvidar da significativa ampliação de pesquisas, da melhoria no que diz respeito à Pós-Graduação, além do incremento no quantitativo de titulação conferida a docentes:

Acredita-se que o acréscimo da mão de obra terceirizada para a cobertura das aposentadorias e vacâncias em cargos extintos possa ter influenciado na pouca variabilidade dos indicadores referentes a funcionários. Já a taxa de sucesso na graduação sinalizou o não alcance dos resultados esperados de redução das reprovações e evasões no curto prazo.

O REUNI, portanto, sendo uma ação do Estado brasileiro com o objetivo de ampliar o ensino superior no País, gerou uma série de desdobramentos da ordem estrutural, institucional e operacional nas Universidades brasileiras – disponibilização de mais cursos e vagas, atenção à pesquisa, contratação de docentes, além de criação de *campi* pelo interior dos Estados brasileiros. No entanto, tais movimentações não sanaram todas problemáticas existentes, como a baixa taxa de conclusão da Graduação, além de ter promovido o ensino superior privado. Merece atenção a experiência do Programa na Amazônia brasileira, na Região Norte, mais precisamente.

Hodiernamente, o REUNI como Política Pública implementada pelo Estado brasileiro, introduzido de Norte a Sul do Brasil, logicamente não escapou de figurar na Região Amazônica. Assim, com o objetivo de expandir a Educação Superior no Brasil, o Governo de Lula criou o REUNI, pelo Decreto 6.096/2007, cujo avanço e implementação, na parte brasileira da Amazônia, podem ser demonstrados com a experiência da Universidade Federal do Amazonas/UFAM. A partir desse caso específico, uma reflexão crítico-analítica pode ser feita, visando explicitar o modo como se deu o processo e seus impactos positivos e negativos, tendo como foco os objetivos e metas do Programa; tudo isso em um ambiente dotado com especificidade sócio-histórica ímpar, que é a Região Amazônica.

Vale esclarecer que a opção pela UFAM para demonstração da experiência do REUNI nas universidades públicas federais da Região Amazônica deve-se, sobretudo, à longa trajetória que a IFES possui em nível regional e nacional, sendo uma das universidades mais antigas do Norte do Brasil, além da Federal do Pará. Ambas as Instituições “conformaram universidades a partir da década de 1950 e pontificaram solitárias como as duas únicas Instituições Federais de Ensino Superior que ofereciam a formação na área de educação até a década de 1980”, segundo atestam Bento *et al.* (2013, p. 150). Trata-se de pioneirismo incontestado.

Com base na análise em processo, paira sobre a Universidade uma ameaça ao cumprimento de seu papel social, haja vista a falta de atenção do Poder Público. A comunidade acadêmica que vivencia o fazer das universidades deve protagonizar reivindicações por cumprimento de políticas consoantes aos Projetos e Programas concebidos pelo Poder Público, em nome da oferta de uma educação pública de qualidade, ao alcance da população, como forma de resistência aos problemas doravante assinalados, com o Estudo de Caso, na implementação do REUNI na UFAM.

A análise ora efetuada busca atingir o objetivo traçado no preâmbulo dessa seção, bem como responder ao problema de pesquisa então formulado. Para tanto, lançou-se mão de procedimentos teórico-metodológicos, tal como descritos, visando embasar a pesquisa documental empreendida junto à UFAM, em sua adesão ao REUNI, objeto de estudo ao qual se pode aplicar o Estudo de Caso, técnica que segundo Gil (2002, p. 45), exige a utilização da *pesquisa bibliográfica*, “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos,” bem como se recorre à *pesquisa documental*, a propósito da qual o autor explica que “enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.”

O momento agora é para o conhecimento acerca da efetivação, benefícios e limitações do Programa, sendo relevantes para a apreciação e análise crítica. Primeiramente, expõem-se duas experiências do REUNI na UFAM, uma nos *campi* do interior e a outra no *Campus* de Manaus. Do ponto de vista comparativo, o Governo de Lula da Silva gerou ampliação das matrículas em IES federais. Conforme aponta Silva (2019), no ano de início de seu Governo, o número de matriculados era de 567.101, enquanto em 2006 girou em torno de 589.821, apenas 4%. Por outro lado, após a implementação do REUNI houve grande salto, orbitando no final de seus dois mandatos, em 2010, o saldo de matriculados em 833.934, elevação de 41,4%.

Conforme Silva (2019, p. 28-29) na Região Amazônica brasileira, na UFAM, o REUNI foi introduzido na esteira do desdobramento de tal política. A expansão gerou a criação na primeira etapa dos “*campi* de Benjamin Constant, Coari e Humaitá. Na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2008, foram criados os *campi* de Itacoatiara e Parintins.” Esmiuçando a consolidação do Programa, a autora argumenta que a implementação e chegada da UFAM ao interior do Estado teve um início dificultoso, posto que tanto em Benjamin Constant (299 matrículas), Coari (263 matrículas) e Humaitá (300 matrículas), a infraestrutura dos locais era improvisada em “[...] igrejas, escolas e

salões comunitários.” Em cada *campi* foram criados 6 cursos de Graduação. Parintins disponibilizou 307 vagas enquanto Itacoatiara, 313 vagas, arremata a autora.

A aplicação do REUNI no âmbito na Educação Superior no Estado do Amazonas evoca uma interessante análise. Neste caso, Silva (2019) comparece ao debate, mencionando que a maior disposição de vagas, a verba para custeio, o investimento e a estruturação dos ambientes físicos dos então recém-criados *campi*, sofreram cortes orçamentários que afetaram profundamente o pleno funcionamento da política educacional implantada pelo Estado brasileiro.

A título de exemplo, Silva (2019, p. 38) faz constar que no ano de 2009, em Itacoatiara, “apesar de terem permanecido os seis cursos iniciais, o orçamento foi reduzido de R\$ 5.249.138,00 para R\$ 2.112.981,00.” Ao mesmo tempo, a autora ressalta o corte no orçamento desse *Campus*, indicando que por proximidade geográfica com a capital, Itacoatiara foi o menos afetado, ao passo que o de Humaitá, sendo distante 591 km de Manaus, teve uma perda de 50% no orçamento para 2009 e o de Benjamin Constant, que dista mais de 1000 km da capital amazonense, teve o menor custeio entre todos os outros.

Além disso, constatam-se a precarização do trabalho docente, levando a uma baixa qualidade do ensino. A falta de Técnico-Administrativos em Educação (TAE) ocasiona excesso de trabalho, não oferta de concursos públicos e até mesmo extinção de cargos/funções, o que leva à contratação de terceirizados, que consomem mais de 50% das verbas repassadas para a instrumentação do REUNI nos *campi*:

A situação dos estudantes se inclui nessa realidade. Embora sejam os destinatários do alcance quantitativo estabelecido pelo programa de expansão, a eles não estão sendo oferecidas as políticas de permanência necessárias, instituídas na assistência estudantil, que viabilizaria a continuidade dos estudantes na universidade. Nesse bojo, identificamos que nenhum Campus de expansão possui restaurante universitário, casa do estudante e equipe de atendimento multidisciplinar. (SILVA, 2019, p. 39).

Diante da análise proposta em seu trabalho, Silva (2019, p. 41) destaca que o principal empecilho para efetivação do REUNI nos *campi* de Benjamin Constant, Coari, Humaitá, Itacoatiara e Parintins foi o corte orçamentário feito pelo Governo Federal. Cumprem, ainda, as orientações do Banco Mundial, “[...] ao oferecer uma educação superior mínima, pautada sobre dados quantitativos de acesso, orientada pelo mercado e por isso preconizadora apenas de conhecimentos básicos necessários para o trabalho, e não para a formação humana.” (BANCO MUNDIAL, 2017).

A expansão promovida pelo REUNI no Amazonas propiciou a criação de *campi*, ampliando a oferta de cursos e vagas aos interioranos. Todavia, o corte de verbas destinadas ao Programa afetou sua implantação e funcionamento, impedindo a construção de infraestrutura necessária para o devido desempenho das sedes, contratação de funcionários e disponibilização de assistência estudantil.

Na sequência, cita-se a Dissertação de Mestrado produzida por Raimunda Monteiro Sabóia (2015, p. 158) intitulada *O Reuni na UFAM: repercussões na gestão pedagógica*. Trata-se de um trabalho que avalia propriamente, com pesquisa qualitativa, aspectos relacionados à atuação e formação de docentes, avanço e permanência de discentes, gestão pedagógica, dentre outros. O estudo se deu com docentes, discentes e técnico-administrativos, com aplicação de questionários a integrantes do curso de Ciências Biológicas do período noturno da UFAM. A autora afirma que:

O processo de implantação do REUNI na UFAM ocorreu de modo tumultuado, marcado por protestos e olhares desconfiados pela maioria das unidades acadêmicas. O REUNI para a gestão da UFAM foi encarado como uma grande oportunidade de investimentos em infraestrutura física e contratação de pessoal (docentes e técnico-administrativos), o que vem permitindo mudanças na cultura organizacional buscando o alcance do funcionamento desta Universidade.

Apesar do bloqueio inicial a essa política educacional introduzida pelo Governo Lula (2003-2010), a gestão da Universidade se apossou das propostas e objetivos do Programa com uma perspectiva positiva. Isto equivaleu a uma visão de desenvolver tal universidade amazônica.

Dentre os dados explicitados por Sabóia (2015) é útil evidenciar os principais impactos positivos alcançados por essa política naquela IFES, a título de exemplo: houve crescimento de 24% na oferta de vagas via Sistema de Seleção Unificada (SISu) e Processo Seletivo Contínuo (PSC) na Graduação entre 2008 e 2012, período de vigência; contratação de docentes cresceu 32,7%, enquanto de técnico-administrativos cresceu 14,1%; os projetos pedagógicos de todos os cursos passaram por alterações, seguindo a proposição de reestruturação curricular do Programa.

Em contrapartida, alguns objetivos não foram atingidos, conforme Sabóia (2015) aponta. Semelhante frustração gerou efeitos negativos que reverberaram na UFAM, quanto à Meta Global estabelecida pelo Programa em aumentar a proporção professor-aluno. Da mesma forma, o objetivo em incrementar a taxa de conclusão, firmado em 90%, não foi atingida, mas somente a mínima de 38%, abaixo do que estabeleceria a política implementada.

Dando prosseguimento aos pontos negativos, Sabóia (2015) acrescenta que o rápido processo de expansão prejudicou estruturas administrativas e o modo de gerenciar demandas. Logo, a dinâmica organizacional foi afetada; não houve a atenção necessária para acompanhamento do REUNI, gerando desconhecimento do impacto dessa política educacional e de suas ações em geral; além de se registrar o despreparo de gestores para administrar problemas relativos ao descumprimento em entrega das obras embaixadoras do Programa.

Evidenciados todos os elementos observados ao longo do texto, convém dar a merecida atenção a alguns pontos negativos, positivos ou até mesmo àqueles que não obtiveram consecução, no que se refere à experiência da UFAM na implementação do REUNI. Nas fontes consultadas, inicialmente nota-se a menção de aspectos negativos como: tumulto, protesto e descrença por parte da comunidade acadêmica, quanto ao êxito do Programa naquela IFES.

Neste mesmo sentido de desvantagem, consta a forma autoritária, antidemocrática e até mesmo sumária, associada ao advento dessa política, junto à UFAM, mecanismo que assinala a apreensão gerada no seio da Academia amazonense. Por outro lado, os resultados apontam para o não cumprimento de uma das metas estipuladas pelo REUNI, estimando taxa de 90% de conclusão de Curso para alunos de Graduação, sendo que os números obtidos não ultrapassaram aos 38% - menos da metade esperada.

No que se refere a vantagens obtidas com a instauração do Programa REUNI, o ponto positivo que há de ser destacado corresponde a aumento digno de registro na contratação e efetivação de professores. Foi desta maneira que a Universidade Federal do Amazonas passou a alcançar um percentual na ordem de 32,7%, neste quesito, correspondendo ao dobro do quantitativo anterior à implantação do REUNI.

Na pesquisa efetivada destacam-se, ainda, propósitos não atingidos, configurando “promessas não cumpridas” pelo REUNI, como é o caso de obras de infraestrutura jamais entregues, que se perpetuam. O referido fenômeno confirma a incredulidade experienciada pelos segmentos acadêmicos perante a adesão da Administração Superior em franco apoio à instalação da referida política de expansão da Educação Superior no seio da Instituição Federal de Ensino Superior ora em análise.

Os desdobramentos relacionados evidenciam a ambiguidade do REUNI inserido na UFAM e seus *Campi*. De um lado está claro o aumento efetivo de docentes a integrem o quadro da instituição, no entanto objetivos e metas concernentes aos discentes de Graduação não obtiveram

êxito, estando muito aquém do que se pleiteava. O processo conturbado e autoritário é mais um dos aspectos contraditórios da introdução do Programa na universidade amazonense e a pouca efetividade das reformas estruturais soma-se ao referido processo.

Registradas as facetas que adornaram o REUNI na UFAM, é notório que essa política educacional, antes de tudo, promoveu o avanço educacional tão necessário e urgente no Amazonas. Todavia, assumiu traços pouco expressivos do ponto de vista geral, no que diz respeito ao estipulado em seus objetivos e metas. Infelizmente, deixou em aberto a relevância em criar políticas educacionais direcionadas ao ensino superior que compreendam as necessidades e especificidades regionais, que variam no Brasil.

Devidamente calcada nos resultados da pesquisa documental empreendida, é possível formular a seguinte conclusão: apesar dos percalços vivenciados pela UFAM, o Programa REUNI deixou registrada sua marca, fornecendo indícios aos governantes acerca da necessidade de depuração das políticas públicas educacionais dirigidas à expansão da Educação Superior de nosso País. Que as intercorrências tenham efeito profilático para novas incursões nessa seara!

2 EDUCAÇÃO SUPERIOR E POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL: A UFPA FRENTE A FRENTE COM O REUNI

Concepção de Estado e a natureza da Política Pública são variáveis intrinsecamente ligadas a qualquer programa educacional, independentemente do nível de ensino a que se destine. No estudo em apreço as lentes convergem para a Educação Superior, no âmago da qual busca-se atingir o objetivo de detectar o grau de identificação entre o REUNI, como objeto de estudo eleito e as metas estipuladas no âmago de um Estado capitalista, assumindo como *locus* de pesquisa a Universidade Federal do Pará (UFPA).

Do objetivo formulado nesta seção do texto decorre o problema de pesquisa: qual o *modus operandi* do Estado capitalista ao adotar a política de expansão da Educação Superior, sob os auspícios do REUNI? Neste viés, desenvolveu-se pesquisa documental, no interregno 2000-2022. Para nortear a discussão teórica doravante empreendida, toma-se como suporte a concepção de Hofling (2001, p. 4), estudiosa que amplia a dimensão política de Estado, considerando seu posicionamento que compreende a função estatal sobre o Capitalismo contemporâneo, visto que apresenta olhar sobre a realidade capitalista e as mudanças sociais.

Nessa vertente, carrega-se importante reflexão, ao aprofundar contribuições do Estado capitalista, no que diz respeito às políticas sociais, como regulador das relações sociais para manutenção do Capitalismo, visando à acumulação. Nos próprios termos da autora, remetendo à concepção de Claus Offe, sociólogo alemão contemporâneo:

Essencialmente voltado para o conteúdo das ações do Estado, Offe tem desenvolvido argumentações na perspectiva de responder as questões básicas que podem ser assim formuladas: como o Estado capitalista atua para preservar as relações no conjunto da sociedade de classes? Quais as relações de interesses na determinação das ações do Estado? Enfim, como se originam e a partir de que movimentos de interesses surge a política social do Estado capitalista? (OFFE *apud* HOFLING, 2001, p. 4).

Essas indagações correspondem ao entendimento de Claus Offe (*apud* HOFLING, 2001) a respeito da simetria nas relações entre os proprietários do capital e dos proprietários da força de trabalho. Nesse prisma, o Estado atua como regulador a serviço da manutenção capitalista em seu conjunto, o que ocorre por meio das políticas sociais.

As presentes considerações se registram no fato de que nada mais é que a forma como o aparato estatal tenta resolver os problemas duradouros de trabalho não assalariado em trabalho assalariado. Assim sendo, o papel do Estado não se restringiria a apenas cuidar das qualificações

de mão de obra para o mercado, mas cuidar de políticas e programas sociais voltados ao controle de parcela da população não incluída em processos produtivos do mundo capitalista.

Noutro giro, Milton Friedman (*apud* HOFLING, 2001) desenvolve reflexão sobre a perspectiva neoliberal, no que concerne ao papel do Estado capitalista e suas políticas sociais. Para essa linha de pensamento há uma reflexão sobre o Liberalismo, à proporção que este conceito visa à manutenção do Capitalismo, para garantia dos direitos individuais e isso se caracteriza pela não intervenção do Estado na propriedade privada.

Daí ocorre a intervenção do Estado em arbitrar sobre essa questão, e não regular conflitos que surgem na sociedade civil em função das lutas de classes. Com a grande crise do Capitalismo nos anos 1970, foi contraposto o posicionamento de John Mynard Keynes (1883-1946), economista britânico pró Estado de bem-estar social, e assim, termina-se instalando o pensamento de menos Estado e mais mercado, girando em prol do Capitalismo como manutenção e riqueza do capital:

Especialmente em **Capitalismo e liberdade**, focaliza o Capitalismo competitivo – organizado através de empresas privadas, em regime de livre mercado – como um sistema que exercita a liberdade econômica. Atribui ao Estado o papel de promotor de condições positivas à competitividade individual e aos contratos privados, chamando atenção para os riscos decorrentes da intervenção estatal nas esferas da vida em sociedade. (HOFLING, 2001, p. 8, grifos da autora).

No caso do Brasil, passou por importantes e largos avanços a respeito da Política Nacional de Assistência Social, quando caracterizado pelo Sistema Único de Assistência Social nos anos de 2000, mais precisamente. Porém, as políticas sociais mantiveram-se sob a mira do Neoliberalismo, fato que revela a destituição daqueles que dependem do trabalho e se submeteram às políticas de assistência social para assim obter a garantia de vida, mesmo que não se assegure sua dignidade como condição humana. Tal situação indica política neoliberal do Estado, considerando os desempregados que engrossam a fileira da pobreza em nosso País.

2.1 Estado capitalista e as Políticas Sociais: a crise do Neoliberalismo brasileiro

A trajetória capitalista do Estado brasileiro, tal como se apresenta, agrega novas estratégias de políticas sociais, sempre amparadas nos fundamentos neoliberais, quando no cenário do mundo da pobreza surgem manifestações a respeito de estratégias sociais, políticas e ideológicas. Para tentar reverter o quadro de pobreza no País, recorre-se a mecanismos de combatê-la na sociedade

brasileira, instalando-se recursos de transferência de rendas às pessoas em situação de vulnerabilidade social, conforme apreciação de que:

Em consonância com as orientações dos organismos financeiros internacionais, as políticas de enfrentamento à pobreza no Brasil baseiam-se, predominantemente, na abordagem monetária da pobreza absoluta, em que os patamares de rendimentos são centrais para a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos. Nesse sentido, as linhas de pobreza são definidas a partir de um mínimo necessário à aquisição de bens para a reprodução dos indivíduos. (ARRAIS; PEIXOTO, 2012, p.73).

Essa perspectiva de política redistributiva apresentou-se inversa ao desenvolvimento do Estado brasileiro, pois o crescimento econômico e a liberação dos mercados possibilitariam a redução da pobreza no Brasil. Nesse contexto, constata-se as mascaradas formas de manutenção do Estado capitalista, à medida que essa realidade externa as desigualdades sociais e a perene luta de classes que o caracteriza.

A redistribuição de renda aliada a outros mecanismos é embargada, quando não há providências de novas estratégias de condições, para que a classe trabalhadora se distancie da linha de pobreza. Um outro tipo de óbice ocorre quando os lugares de privilégio da economia do Estado capitalista abrem oportunidade para a manutenção da burguesia e das diferentes formas de exploração da mão de obra de trabalhadores, visando ao capital, em si, para enriquecimento de uma fração privilegiada da população.

No pós-segunda Guerra Mundial, o Estado não foi dispensado de investimentos econômicos, a exemplo do que fora na primeira Guerra Mundial, visto que uma guerra se faz com grandes empreendimentos, os quais são financiados por grandes indústrias. Os incrementos na Economia são necessários, em especial quando do período pós-guerra, portanto a questão que se apoiou no momento em políticas protecionistas, na abertura de mercados, chamadas de liberdade de comércio, fazem jus aos planos de reversão da crise na época. Os Estados Unidos foram os grandes investidores, em função de deterem $\frac{2}{3}$ da economia mundial, atingindo o patamar de potência econômica mundial.

Sob a influência keynesiana, a política de investimento na produção passou a dar lugar a um novo modelo de desenvolvimento. Isso à proporção que essa forma keynesiana abriu precedentes apenas para um mecanismo provisório de acumulação de capital, o qual não cabia mais aos olhos de investidores por parte da intervenção estatal, mas que se assegurasse por uma dinâmica

que não estivesse mais ligada à política do pleno emprego até então; o que deveria se reverter na plena liberação dos mercados mundiais à livre iniciativa privada.

Esse fato se deu por intermédio de reivindicações de políticos e ideólogos liberais na contramão do Estado sob as políticas de desregulamentação econômica. Em apreciação ao caso, Santos (2016, p. 9) expressa o entendimento a seguir transcrito:

O Liberalismo e o Marxismo são duas correntes teóricas que explicam a relação entre o Estado e a Sociedade no sistema capitalista. Para o Liberalismo, a participação do Estado na vida social deve ser mínima, cabendo ao Mercado realizar a distribuição de bens e serviços; e ao indivíduo, buscar realizar suas pretensões, de acordo com seus recursos, seus esforços e suas escolhas. Já para o Marxismo, o Capitalismo promove uma grande desigualdade.

No percurso capitalista do Estado brasileiro, para os propósitos deste estudo, é importante convergir à reflexão sobre a crise econômica dos anos 1980, a qual foi supostamente caracterizada pelo excesso de democracia. Tal fato é decorrente das inúmeras reivindicações das classes trabalhadoras de movimentos sociais e sindicais, que interferiram na estabilidade econômica e automaticamente no acúmulo do capital:

Países **centrais** lideraram a nova orientação econômica, apropriadamente designada ‘neoliberal’: Inglaterra-1979; Estados Unidos-1980; Alemanha-1982. No ano de 1973, contrariando o princípio fundamental de um **Estado Mínimo** e não intervencionista, o Chile inaugurou a guinada neoliberal (sustentada por Pinochet e assessorada por Milton Friedman), demonstrando claramente as maneiras de se impor limites à democracia- sem qualquer prejuízo ao pensamento liberal- uma vez que pelo ideário neoliberal ‘puro’, um regime autoritário é mais propício à implementação da liberdade ao mercado que um ‘democrático’. (MOTA, 2006, p. 13, grifo da autora).

Em se tratando dos efeitos da crise no Brasil nas décadas de 80/90, como forma de reaver o desenvolvimento econômico e dar rentabilidade ao País, o Governo Collor (1990-1992) tomou providências no sentido de revertê-la e comercializou 15 estatais brasileiras. Esse fato ganhou maior abertura com Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), cuja filosofia para o desenvolvimento econômico do Brasil se sustentava também no Neoliberalismo. Essa realidade ficou mais acirrada, quando da organização do Plano de Reforma do Aparelho do Estado, que visava à retomada da Economia e ao acúmulo do capital, norteando a abertura de privatizações como políticas de desenvolvimento econômico no País.

Ainda sobre o Governo FHC, seu Ministro da Administração (1995-1998), Bresser Pereira, pautou sua gestão nos escritos de seu livro: *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina*. Calcado nessa fundamentação e na observância das crises anteriores, Bresser afirmou que erros do passado são responsáveis pela crise do Estado, na época impulsionada pelos aspectos fiscais, burocráticos e administrativos, situação que merecia manifestação do Estado na promoção de políticas do tipo público não estatais. Tal concepção gerou alguma discordância com o Presidente da República, quanto ao papel que deveria ser atribuído ao Estado, episódio assim analisado por Mota (2006, p. 15, grifos da autora):

Eliminando-se as contradições teóricas entre Ministro e Presidente, prevaleceu a alternativa ‘forte para liberar’, já que o mercado não pode dispensar a estrutura de Estado. Na prática, a política **neoliberal** ou **social-liberal** requeria reformas econômicas orientadas ao mercado: ‘privatização, desregulamentação, liberalização comercial, assim como a disciplina fiscal e as políticas monetárias restritivas, são maneiras de reformar e fortalecer o Estado, de aumentar a sua governança, e não de enfraquecê-lo.’

Trata-se no momento de realização de considerações da crise de segunda geração do Neoliberalismo, quando no ano 2000, o economista Joseph Stiglitz foi afastado do Banco Mundial, acusando-o, e de forma extensiva o Fundo Monetário Internacional (FMI), de terem imposto modelos de desenvolvimento econômico que se distanciava de todos os aspectos humanos. Sobre essa questão, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o FMI reconheceram as afirmações de Joseph Stiglitz - que o sistema capitalista se apresentava numa encruzilhada e que os modelos neoliberais estavam sob ameaça e que não vinham mais surtindo efeito em termos de desenvolvimento econômico.

Assim, a Organização das Nações Unidas (ONU) abriu discussão para a criação de um novo pacto mundial, o qual foi denominado de Metas do Milênio. Essa realidade se assegurou na promoção do crescimento sustentado, o que internacionalmente se caracterizava em reformar a arquitetura financeira internacional, sem modelo único, mas com as devidas características de cada país com o intuito de grandes desenvolvimentos econômicos.

Foram diversas as versões de conceitos sobre Políticas Públicas, as quais ganham outro formato, a partir dos anos 1990, com a participação de grupos sociais em processos de decisões, quanto à gestão dessas Políticas, as quais não aparecem mais a partir desse período como prerrogativa especificamente do Estado. Existe, então, nova concepção que carrega fundamentação de que o lançamento das mesmas não tem propriedade naqueles que a tornam públicas, entretanto

a visão é de a quem se destina. Semelhante entendimento da atualidade gera a formatação do conceito de Políticas Públicas no sentido de serem medidas que atuam em espaços públicos, que podem gerar bens públicos, ou não. Santos (2016, p. 60) sintetiza esse panorama de forma cabal:

A consolidação do campo das Políticas Públicas, como atividade prática e como objeto de reflexão, está associada ao crescimento da intervenção do Estado na economia, bem como em outros domínios da vida social, ocorrida fortemente após a Segunda Grande Guerra (2ª metade do século XX), particularmente na Europa e nos Estados Unidos. O esforço de reconstrução demandado, sobretudo na Europa, ao lado da falência da ideia de mercado autorregulável e da afirmação da teoria econômica keynesiana, estimulou governos e instituições multilaterais a buscarem ‘resolver problemas’, ou alterarem situações sociais consideradas inadequadas ou insatisfatórias. Para tanto, conhecimento e planejamento foram os instrumentos utilizados: era preciso reunir informações detalhadas sobre o Estado de coisas e programar ações, no tempo, que produzissem efeitos desejáveis.

O modelo de processo neste cenário são os mecanismos de que se lança mão para a sistematização das Políticas Públicas, que envolvem: identificação do problema, formulação de propostas, legitimação da política que se converte em busca de apoio político, implementação da política e avaliação. Essa questão decorre do comportamento de atores políticos como: eleitores, burocratas, juízes e grupos de interesse. (DYE, 1992, tradução nossa). Porém, a afirmação do autor sobre o modelo de processo permite maior reflexão a respeito, por acreditar que fica bem claro como as políticas são formuladas, mas seu conteúdo não aparece explícito.

Há nos estudos de Dye (1992), considerações importantes sobre o modelo da teoria de grupos na formulação de Políticas Públicas. Consta-se a formulação de tal teoria como pautada na atuação harmônica entre os grupos sociais, quando há nesse sentido uma fragilidade, já que essa harmonia pode estar embasada em ideologias que se distanciam de um olhar de desenvolvimento social alicerçado em Políticas Públicas.

Os grupos sociais são organizações com interesses afins que se organizam para a pressão aos governos, buscando atendimento de suas demandas. Por conseguinte, os grupos sociais são os intermediários entre os indivíduos e o Governo, posição que trava disputas que cheguem a influenciar as Políticas Públicas, mas se vê fragilidades nesses grupos, dado que carregam ideologias que podem ou não estar a favor de benefícios à coletividade.

Santos (2016, p. 35) entende que “a expressão Política Pública refere-se necessariamente a aspectos da vida social relacionados à esfera pública, ou seja, aspectos de interesse comum ao conjunto dos cidadãos de uma comunidade, ou de um grupo.” Isto representa que Políticas Públicas devem ser definidas com base em interesses que tragam benefícios à coletividade, o que na sua

mais profunda minúcia encontra teor de desenvolvimento social, não podendo se confundir com mecanismos de cunho puramente assistencialistas, pois se deve à existência que promova o desenvolvimento não somente da pessoa em si, mas agregada a um dado contexto. Nesse caso, as Políticas Públicas se voltam para o amplo desenvolvimento de uma sociedade nos mais diversos campos do conhecimento humano.

Adiante da análise dos modelos de políticas, Santos (2016, p. 78) identifica ciclos das Políticas Públicas, os quais têm visão sustentada em formas sistematizadas e coerentes para efetivação de sua aplicabilidade. Nessa premissa, resgata-se o modelo de política racional, mesmo considerando as críticas a respeito, à medida que externa a necessidade de organização do ciclo que sua elaboração e aplicabilidade requerem.

Para tanto, Santos (2016) diz ser importante atentar às três fases referentes às Políticas Públicas, sendo: Identificação do Problema/Formação da Agenda de Políticas Públicas; Formulação da Política/Tomada de Decisões para Implementação; e Avaliação, questões que merecem atenção. A autora identifica essa primeira fase da seguinte maneira: “a definição de um problema depende essencialmente do modo como os decisores e a sociedade compreendem uma determinada questão. Desta definição depende, por sua vez, o modo como problema será discutido e que soluções serão apontadas,” aspecto que merece atenção específica.

O posicionamento ora em foco revela o que se pode denominar de grande efervescência política. Afirmação decorre da compreensão de que um problema remete à constatação de que os fatos não falam por si mesmos, uma vez que são passíveis das mais diversas interpretações. Por essa razão, definir um problema exige a compreensão das várias interpretações para se chegar ao consenso. Como exemplo, consta a situação dos moradores de rua que vivem em espaços públicos por satisfação de necessidades individuais, de maneira que as Políticas Públicas para esse fim dependerão da interpretação de tal problema, que pode esbarrar na fragilidade das políticas habitacionais, na forma de apropriação de espaços públicos ou outros.

Na ilustração ora em evidência, há que se refletir sobre o papel dos governos na condução de Políticas Públicas, sendo mister administrar conflitos sociais antes mesmo de se agravarem e fugirem do controle. Assim é que Políticas nessa condição de atividade prática seriam a contenção e o gerenciamento do conflito, o que ocorre por intermédio da mobilização dos desvios, da inclusão ou exclusão de questões, da obstrução de determinados temas da agenda das Políticas Públicas. Santos (2016, p. 69) ressalta que a manipulação da agenda pública prioriza situações e passa a ser

denominada de mobilização dos desvios, fato que objetiva a organização da agenda de conflitos: “a definição do problema é forma fundamental de exercício de poder. E a definição das alternativas para enfrentá-lo seria o ‘supremo instrumento de poder’, à medida que estas alternativas definirão que conflitos serão equacionados. Os demais serão simplesmente excluídos da agenda,” noção que configura transição para a fase seguinte.

Esse momento se reserva, então, à discussão da segunda fase - Formulação da Política/Tomada de Decisões -, que se apresenta como crucial para a construção de Políticas Públicas, conforme Santos (2016). Assim, a formulação de uma política exige um processo sistematizado de etapas, a saber: reunião/coleta e sistematização de dados e informações; análise dos mesmos, segundo estruturas teóricas e ideológicas (valores/interesses); tomada de decisões. Esta, por seu turno, atravessa todo o ciclo das Políticas Públicas, desde a definição do problema e sua inclusão na agenda, até a escolha de objetivos e estratégias.

A observância dessa trajetória por todos os ciclos permite o entendimento de que as decisões das Políticas Públicas passam por diferentes arenas e todos os níveis da administração pública. Como exemplo disso, ora se pode tratar de macroeconomia ou mesmo de problemas pelos quais passa algum bairro da cidade; outro caso se apresenta com situações sobre a educação, visto que se pode lançar Políticas Públicas ao nível nacional, assim como pode haver uma preocupação a esse respeito com a demanda de um município ou de escolas.

Portanto, o campo que exige implantação de Políticas Públicas segue um longo percurso para a sua devida implantação, iniciando na identificação do problema que busque solução de caráter coletivo. A implementação surge como meio dessa efetivação de Política. Nota-se que Santos (2016) faz referência sobre esse processo ao relatar que determinadas experiências em modelos de implementações estrangeiras acontecem quando se precisa de redimensionamentos para alcançar seu objetivo.

A operacionalização das Políticas Públicas conduz a uma terceira fase – a de Avaliação –, haja vista que pode haver implementação para atingir apenas novos alvos. A mencionada intervenção deixa de ser responsabilidade do Poder Público, mas que se faça por instituições externas e, dessa forma, se fundamentar na definição e compreensão dos objetivos da política; disponibilidade de recursos; capacidade de gestores em reunir e controlar recursos; capacidade do sistema de se comunicar e controlar os indivíduos e organizações envolvidos nas tarefas, quando “a implementação passa a ser vista como um momento crítico no ‘Ciclo de Políticas Públicas’,

torna-se objeto de uma extensa produção teórica, que por sua vez, não é homogênea nem em seus pressupostos nem em suas recomendações.” (SANTOS, 2016, p. 85), conclui a autora.

Avaliação de Política Pública abarca pesquisas que revelem se a mesma está acontecendo conforme o planejado. Ademais, procura-se constatar se tal Política está ou não atingindo os fins para os quais foi elaborada, situação que leva à sua reestruturação, ou não, cuja avaliação pontua elementos fundamentais para a elucidação de sua condução, como o exame do objetivo de forma sistemática e empírica sobre os efeitos das políticas.

Ressalta-se que a avaliação de pesquisas difere de outras, tendo conteúdo direcionado, quando Santos (2016, p. 85) observa que tal avaliação volta-se “a tomada de decisões e é gerada para a análise de problemas de gestão definidos pelos tomadores de decisão, e não pelos pesquisadores” [...]; “tem o caráter de um julgamento em termos dos objetivos do programa/política” [...]; “está inserida no cenário da Política Pública propriamente dita, e não no cenário acadêmico”; [usualmente] envolve conflito entre pesquisadores, avaliadores e executores da política”; e “seus resultados não são publicados; envolve pesquisadores em aspectos levantados por agências de financiamento e de melhoria da situação social.” Avaliação é fase que requer cuidados especiais, pelo fato de envolver destino de pessoas e/ou entidades.

Para concluir sua análise em torno dos ciclos da Política Pública, na fase de Avaliação, Santos (2016, p. 92) considera três aspectos relevantes: a eficiência, a efetividade e a eficácia. A eficiência se direciona ao foco do custo/benefício da Política Pública, de forma que se tem como alvo que os benefícios devem sempre superar os custos; na efetividade, faz-se uma análise se seus objetivos e metas foram alcançados; a eficácia, às vezes confundida com eficiência, configura-se pelo grau de satisfação dos beneficiados. A autora ressalta que as técnicas e os instrumentos de avaliação de Políticas Públicas vão-se inovando segundo a forma de avaliação requerida:

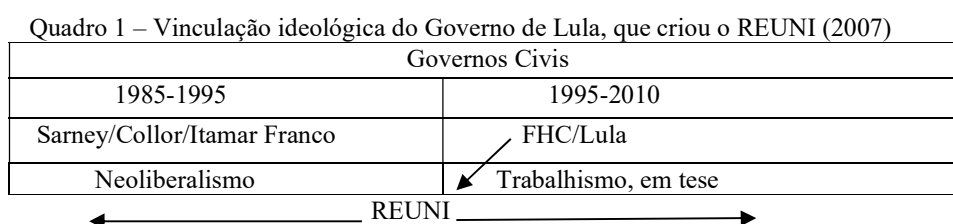
A expressão Políticas Públicas refere-se a aspectos de interesse comum ao conjunto dos cidadãos de uma comunidade, ou de um grupo (aspectos da vida social referidos à esfera pública). [...] A esfera pública é, por excelência, a esfera de ação do Estado, enquanto a esfera privada é a de ação dos indivíduos na sociedade civil. [Tal] separação é uma marca das sociedades capitalistas e democráticas contemporâneas, e a forma de administração do Estado passa por essa distinção.

Em prosseguimento à abordagem das disputas travadas no âmago das Políticas Públicas de um Estado capitalista, não se pode olvidar de remeter às afirmações de Shiroma, Moraes e Evangelista (2011) sobre a Reforma do Estado, planejada nos anos 1990, em especial com FHC (1995-2002). A tônica daquela política indica preocupação em viabilizar mecanismos que viessem

a otimizar seu programa de Governo, visando ao desenvolvimento econômico do País. Essa nova roupagem do Estado aliava-se aos redimensionamentos frente à avaliação, autonomia e melhoria do ensino. Nesse contexto, emergem Políticas Públicas destinadas à demanda por ensino superior no Brasil, abrindo precedente para a ampliação das vagas, mas com ênfase em IES privadas, para as quais os financiamentos públicos claramente convergem.

2.2 Expansão da Educação Superior na Região Norte: o REUNI na UFPA

No estudo das Políticas Públicas lançadas à época do Governo neoliberal de FHC, vê-se uma dedicação ao ensino superior, principalmente do ponto de vista do acesso, com fomento ao privatismo. Essa ênfase típica do Partido da Social Democracia brasileira/PSDB ironicamente transpassou para o governo subsequente – Partido dos Trabalhadores (PT), sob a batuta de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), cuja feição progressista e trabalhista não deveria permitir tamanha concessão na ideologia do PT. Vide esquema sintético no quadro a seguir:



Fonte: elaboração própria.

Do ponto de vista político, a bandeira ideológica da social democracia de FHC e o trabalhismo de Lula possuem distância em termos de conteúdo, proposta, ação e vínculo de classe, quando relacionado ao Neoliberalismo de Sarney, Collor e Itamar. No entanto, na prática essa distância não é tão grande, quando se trata da completude do REUNI, criado no Governo Lula, posto que o Programa abarca em suas proposições relações próximas ao setor privado e respectivas Instituições de Ensino Superior/IES.

O PNE vigência 2001-2010 apresentava a responsabilidade em aumentar a oferta do ensino superior em 30%, fato que veio acontecendo no período mencionado. Nessa convergência, tal expansão na esfera pública foi marcante, em especial quando da criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI, amparado pelo Decreto n. 6.096/2007, com os objetivos de:

Garantir condições suficientes à ampliação do acesso e permanência de estudantes nas universidades; assegurar a qualidade nas instituições, por meio de inovações acadêmicas; promover a articulação entre os diversos níveis de ensino (graduação, pós-graduação e educação básica, profissional e tecnológica); como também qualificar a gestão de pessoas e os recursos da infraestrutura das IES. (BRASIL/REUNI, 2007).

Segundo indica o documento intitulado Diretrizes Gerais (BRASIL/MEC, 2007, p. 4), “[...] o REUNI tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos [...]”. Nisso consiste a proposta-chave do Programa.

O ensino superior no Brasil tem grandes responsabilidades no desenvolvimento social. Por isso, Políticas Públicas são necessárias nesse sentido, a fim de aquisição de mecanismos que as favoreçam, para atuar na essência das demandas da sociedade brasileira. Daí a importância da Academia para ensejar o atendimento a tais necessidades, haja vista concepções de que “Universidade é uma instituição indispensável para o desenvolvimento humano [...] As atividades acadêmicas necessitam construir com as próprias mãos um novo jeito de pensar e principalmente aprender a aprender, para melhor inovar a realidade, a sociedade, a própria Universidade.” (ALMEIDA; ALMEIDA, 2008, p. 8). Trata-se do papel social que a Universidade deve cumprir.

No afã de atendimento à demanda por ensino superior, o Poder Público há de considerar que sendo o Brasil país continental que integra a América do Sul, ressaltam-se aqui muitas diferenças entre as regiões brasileiras, no que concerne à sociedade, política, economia, cultura, religiosidade, etnia, dentre outras. A região Norte do Brasil abriga grande parte da extensão territorial nacional, porém nela reside o menor percentual de brasileiros. Do ponto de vista da biodiversidade é um colosso natural, posto que abriga o bioma amazônico, que se estende para além das fronteiras brasileiras e conforma grande variedade de ecossistemas.

As primeiras experiências educacionais na Amazônia datam da época da colonização portuguesa, em que os Jesuítas, muito mais do que educar, catequizaram os povos indígenas que aqui faziam morada. Esses mesmos missionários criaram o primeiro curso superior, ao construir o Colégio Santo Alexandre (1695-1799); no Grão-Pará o ensino público passou a vigorar com escolas de nível primário; após a Cabanagem – revolta contra a colonização que culminou em mortes, a educação deu um salto com a criação de escolas de aprendizes para formação profissional e como mão de obra, para tentar reorganizar a economia tão afetada pelo conflito; Belém e Manaus

se destacam à época por terem locais específicos para formação acadêmica de professores de nível médio. (BENTO *et al.*, 149-150, p. 2013). Assim, registram-se mais de quatro séculos de História.

O impacto causado pela centralidade dada à produção de Políticas Públicas voltadas à exploração de recursos naturais do bioma amazônico por parte do Governo, ao longo do tempo, pouco contribuiu para o desenvolvimento da sociedade e, portanto, da educação. A propósito da questão, Pereira (2020, p. 63) manifesta-se, salientando que:

a ciência, conduzida especialmente por meio de universidades, pode e deve produzir conhecimentos e informações necessárias para orientar as estratégias de desenvolvimento para a região. É dentro dessa proposta que o ensino superior também pode contribuir significativamente através da formação de profissionais, do desenvolvimento da pesquisa, da extensão e da gestão.

Isso significa que o foco em políticas educacionais, não somente para o ensino superior público federal, mas também aquelas que atendem à Educação Básica, aos níveis Fundamental e Médio, são pertinentes para o desenvolvimento da Região Amazônica. É necessário que a Amazônia e sua população sejam favorecidas e alcancem estabilidade a partir de uma ótica que seja saudável para o ambiente natural e em nível societário, também.

Com efeito, pôde-se citar algumas das principais políticas de Estado voltadas para a Região Norte do Brasil, sobretudo aquelas que visam à exploração de recursos naturais provenientes da imensa riqueza biológica amazônica. Há, também, os megaprojetos de desenvolvimento ou até mesmo os recentes movimentos que denominam de neodesenvolvimentismo. A política educacional esmiuçada ao longo desta pesquisa foi construída não com foco somente na Região Norte do Brasil, mas em todas as cinco regiões do País. No entanto, a sua introdução nas respectivas IFES da Amazônia repercutiram e geraram impactos que não devem ser desconsiderados em estudos e pesquisas.

Na contemporaneidade, o Programa REUNI figura como Política Pública do Estado brasileiro, que se espalhou País afora. Ao ser lançado, seu objetivo consistia na expansão da Educação Superior, sob os auspícios do Governo Lula (2003-2010), que no caso deste estudo, o interesse converge para a Região Norte, aqui centrado na Universidade Federal do Pará, procurando avaliar-lhe metas, além de pontos negativos e positivos, decorrentes da especificidades do *locus* de aplicação do Programa. Bento *et al.* (2013, p. 150) destacam a UFPA e a Universidade Federal do Amazonas/UFAM como as duas únicas IFES que “ofereciam a formação na área de educação até a década de 1980,” fato deveras representativo do pioneirismo de ambas as IES.

Alicerçado nos termos empregados, o presente estudo envereda pelos procedimentos teórico-metodológicos, buscando alcançar o objetivo formulado em deslindar o problema evidenciado no introito deste texto, os quais norteiam a pesquisa documental ora em relevo, que se volta à análise da adesão da UFPA ao REUNI. Neste ângulo, optou-se pelo Estudo de Caso, sob o prisma de Gil (2004, p. 45), para quem essa técnica de pesquisa utiliza como base a investigação bibliográfica, aliada à consulta a fontes em documentos que ainda não receberam “tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaboradas, de acordo com os objetivos da pesquisa,” situação na qual se enquadra a pesquisa documental levada a efeito.

Envereda-se, agora, pela experiência da Universidade Federal do Pará/UFPA, para com a aplicação do REUNI em seus *campi*. No decurso da exposição, utiliza-se a pesquisa feita por Luciene das Graças Miranda Medeiros (2012), denominada como *O REUNI – uma nova regulação da política de expansão da educação superior: o caso da UFPA*, em que a autora usa o método de pesquisa Estudo de Caso, empregando entrevista semiestruturada com docentes daquela IFES, análise documental e observação; tem como eixo identificar de que modo incidiu o Programa no trabalho docente, na estrutura da Academia em nível de Graduação e em que influenciou na chamada cultura acadêmica.

No caso em análise, Medeiros (2012, p. 287) deixa esclarecido de antemão a necessidade de partir do princípio da não-generalização, isto é, não tomar como universal a experiência vivida pela UFPA com a introdução do REUNI e comparar a outras IFES brasileiras. Isso à medida que se deve “respeitar a densidade histórica de cada universidade e as especificidades de sua cultura institucional e suas relações com o contexto onde está inserida.”

Comparando-se ao caso do *Campus* Binacional-Oiapoque/AP, objeto de estudo desta Dissertação, pode-se dizer que UNIFAP, UFAM e UFPA como pertencentes à Região Norte do Brasil, esta última tem história e peso sobremaneira em relação àquela, além de uma cultura institucional de maior impacto e uma escala de influência que ultrapassa até mesmo as fronteiras amazônicas. Mas similaridades existem lá e cá, ainda mais no âmbito do REUNI e de seus efeitos na Educação Superior em IFES Amazônica.

Na sequência, Medeiros (2012) esclarece e distingue sua análise em dois eixos: no primeiro apresenta a sua interpretação geral no que tange ao REUNI; ao passo que no segundo, a pesquisadora trata nomeadamente do Programa de Reestruturação e Expansão, evidenciando suas repercussões na UFPA. Desse modo, os resultados obtidos no primeiro eixo apontam que a partir

da implantação do REUNI evidencia-se: a) uma nova formatação da Educação Superior, que possui claramente vínculo com o Neoliberalismo, ideologia do Capitalismo; b) o prisma de abordagem demonstra o novo modo de regular a expansão da Educação Superior no País; c) a regulação proposta pelo REUNI propicia o contrato entre MEC e respectivas universidades, atendendo às demandas oriundas das universidades e segmentos da população que vivem no interior do País; d) programa construído Governo Lula, trata-se de uma continuação das políticas do ex-Presidente FHC, que dentre outras mudanças, concede a docentes maiores compromissos acadêmico-administrativos; e) adoção de uma política estratégica para promover a expansão da Educação Superior no Brasil, que entre 2008 e 2010 criou 14 universidades federais e 126 *campi*.

Em seguida, o eixo que discute o REUNI na UFPA pode ser resumido baseado nos seguintes apontamentos de Medeiros (2012), a qual argumenta que o REUNI, sendo uma nova forma para expandir a educação de nível superior, implica em: a) reorientação da estrutura acadêmica de Graduação e, ao mesmo tempo, aumento da precarização do trabalho docente, tendo um viés que mercantiliza a Educação Superior; b) implantação autoritária do Programa, dado o pouco tempo para discussão e adesão à proposta, segundo admite parte dos entrevistados; c) aumento discreto no orçamento da UFPA, alcançando os 25% entre 2008 e 2011, sendo que os *campi* do interior receberam menos recursos (47,2%) se comparado a Belém (52%); d) repercussão positiva da infraestrutura criada sobre o trabalho docente, todavia, nos *campi* do interior muito se improvisou para alcançar as metas estabelecidas; e) descrença dos entrevistados que a meta de 90% de conclusão da Graduação será alcançada; f) acréscimo de 401 docentes, embora se almejasse 513, com aumento de 16% de docentes fazendo parte do quadro efetivo da Instituição, passando de 2.440, em 2007, para 2.841 em 2010.

Os objetivos e metas do REUNI desenvolvidos na referida IFES, originaram melhoras, não obstante ter havido impactos negativos no cerne do Programa. Merece atenção o problema levantado por Medeiros (2012), situando o mencionado Programa como uma política atrelada à ideologia neoliberal e, portanto, a serviço do modo de produção capitalista. Neste mesmo sentido, Aragón (2012, p. 7) argumenta que:

A débil capacidade científica regional na Amazônia brasileira e nas demais amazônias nacionais, apesar dos esforços realizados nos últimos anos para fortalecê-la, é reflexo da ausência de projetos nacionais de educação superior, ciência e tecnologia à altura do desafio que o desenvolvimento da Amazônia representa para os países e para o mundo, mas, para a própria região, que sejam capazes de reinventar a Amazônia e de gerar uma universidade transformadora de alta qualidade centrada nos interesses regionais.

Diante dos dados expressos por Medeiros (2012) com a experiência da UFPA com a implantação do REUNI, emerge a reflexão sobre o balanço da política implementada pelo Governo Federal, notadamente naquela instituição expressiva e de renome na Amazônia brasileira. As fontes manuseadas apontam para um processo que ocorreu com expressa rapidez, foi “tumultuado”, houve “protesto” e “desconfiança” frente ao avanço de implantação do Programa, bem como a “forma autoritária” utilizada gerou apreensão na comunidade acadêmica.

Somam-se, ainda, os resultados que convergem para o não cumprimento de uma das metas estabelecidas pelo REUNI, a qual requeria a taxa de 90% de conclusão de discentes, no âmbito da Graduação. A título de ilustração, os docentes entrevistados pouco acreditavam no êxito da meta.

Ao mesmo tempo que a pesquisa revela aspectos negativos ou não alcançados, citam-se nuances que podem ser lidas como positivas, tal como o aumento na contratação e efetivação de docentes, alcançando 16% a mais de novos professores efetivos.

Urge a formulação de políticas “para” e provenientes “da” Amazônia brasileira. A “Universidade transformadora” deve servir à população amazônica, aos seus interesses, objetivando desenvolvimento regional seguro e responsável, com uma Educação Superior atenta à especificidade inerente à Região, cuja experiência com o REUNI no Norte do Brasil evidenciou que o Programa gerou contratação de docentes, expansão pelos *campi* no interior não só do Pará como de outros Estados, do mesmo modo que gerou desconfiança, precarização do trabalho docente, alterações administrativas, dentre outros.

Convém mencionar que no Pará, tanto quanto em outras Unidades da Federação nortistas, a adesão ao REUNI contraditoriamente ocasionou avanços, mas também discrepâncias e lacunas. O dito é inevitável, já que se trata de instituição de ensino do Norte, com histórico e relevância acadêmico-científica, inclusive o Programa passou a ser criticado desde a falta de legitimidade em sua aplicação, estendendo-se ao questionamento quanto à sua efetividade. Tudo se resume na descontinuidade que historicamente vem caracterizando as políticas educacionais em nosso País.

3 PROGRAMA REUNI: DEFESA OU ATAQUE À UNIVERSIDADE PÚBLICA; O QUE DIZEM GESTORES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS/UNIFAP?

Neste segmento de texto o objetivo é de analisar o advento do REUNI na UNIFAP/*Campus* Binacional, à luz da postura de gestores e técnico-administrativos. O problema consiste em indagar: para o *Campus* Binacional Oiapoque/AP, o REUNI significa uma defesa aos problemas de expansão da Educação Superior para as regiões longínquas, ou um Programa que reforça as ameaças à Universidade Pública?

O desenvolvimento da pesquisa trilhou por três ancoradouros. Inicialmente abordaram-se as ameaças que pairam sobre a Educação Superior pública, gratuita e de qualidade. Na sequência, traçou-se uma linha do tempo compatível ao nascimento da Universidade Federal do Amapá (1990), aliada a Programas de Interiorização ao longo da década, estendendo-se à implantação do REUNI (2007). Como fechamento, rumou-se ao nascedouro do *Campus* Binacional/Oiapoque até sua implementação (2013-2023), culminando com os dilemas e perspectivas vivenciados por gestores e técnico-administrativos do referido *locus* de pesquisa.

3.1 As ameaças à Universidade pública

A história da Educação brasileira registra um profundo histórico de atuação autoritária na educação escolar. Sabe-se da dificuldade em sair de um patamar como esse em período curto, pois é um processo que mesmo amparado legalmente é necessário vontade política para tanto. A Constituição de 1988, atenta para as garantias contidas no Artigo 206 sobre a liberdade, o pluralismo, a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, a valorização dos profissionais, a gestão democrática e a qualidade. Em seu Artigo 207 trata da autonomia universitária, em contraposição ao modelo universitário autoritário instalado na ditadura militar, vislumbrando uma nova ordem, ao menos em nível legal da existência de universidades que apresentassem a sua verdadeira função social, por meio de autonomia na condução de seus fazeres.

Oliveira (2019) abre discussão a respeito de que a Educação Superior no Brasil supostamente é cara e ineficiente, de acordo com diversos documentos, comparando ao setor privado. A autora menciona que um deles é oriundo do Banco Mundial (BM, 2017). Trata-se de “um ajuste justo: análise da eficiência e equidade dos gastos públicos no Brasil.” Essa situação é concernente à avaliação falaciosa de que o Governo brasileiro gasta muito em educação pública

quando, na verdade, o correto seria afirmar que é destinado apenas 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em Educação Superior no País.

O teor de documentos provenientes de Organismos Internacionais, tal como o recém-mencionado por Oliveira (2019) afasta o Brasil, cada vez mais, da universalização da educação. Precisamente, corresponde à democratização do acesso à Educação Superior, haja vista que:

Esta democratização só foi possível pela combinação de Políticas Públicas (como o REUNI, as políticas de estímulo à permanência dos estudantes e as cotas sociorraciais), com planejamento e financiamento adequados, especificamente para este fim, e com um quadro de crescimento do emprego, da formalização e da renda do trabalho, que permitiu que as famílias pudessem se organizar de forma a manter alguns de seus integrantes na educação superior. (OLIVEIRA; WELLE; BATISTA, 2021, p. 6).

A questão da austeridade dos gastos públicos, amparada pela Emenda Constitucional - EC 95/16 (BRASIL/EC, 2016), trouxe mudanças na sociedade brasileira, quando se começou um questionamento sobre a eficácia das Políticas Públicas referentes à inclusão social, acarretando ameaças ao acesso ao ensino superior público. Isso à medida que iniciou um processo de corte no orçamento das universidades, abrindo espaço para a atuação do setor privado, o que remete à tendência de privatização do ensino público, fragilizando uma das mais importantes conquistas constitucionais, como direito e como bem público.

O recém findo governo Bolsonaro (2019-2022), assim como o seu Ministro da Economia, Paulo Guedes, recorreram ao discurso da austeridade, como forma de ataque às Universidades públicas do País. Essa negação à Educação Superior pública esteve presente em suas manifestações administrativas, considerando os ataques sobre as Políticas Públicas que visam à inclusão social. Os referidos ataques já são históricos, porém o governo Bolsonaro não tem pudor nesse sentido, na tentativa de colocar em risco tantos ganhos no processo de inclusão social no País, conquistados com muito esforço de movimentos sociais e da população em geral:

Cabe lembrar que durante o processo eleitoral de 2018, diversas instituições públicas de educação superior sofreram intervenções policiais para impedir a realização de discussões políticas ou manifestações, o que levou a que a Ministra Carmen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, suspendesse, na véspera do segundo turno das eleições, decisões que determinavam ações policiais nas instituições de educação superior. (OLIVEIRA; WELLE; BATISTA, 2021, p. 12).

Fares e Oliveira (2020) tecem uma reflexão acerca da ameaça às universidades públicas brasileiras, especificamente aquelas dirigidas aos docentes, relacionados à ampliação da carga

horária, à pressão psicológica e ao assédio institucional, fato posterior à Reforma Trabalhista de 2017. Essa realidade ficou bem clara com o posicionamento do Governo Bolsonaro, aliado à manifestação de desprezo proferido por alguns de seus Ministros, assessores e partidários, desferindo acusações às IES públicas. Essa prática foi constante, tanto que em fevereiro de 2021, o Ofício do Ministério da Educação (MEC), citado pelos autores, alerta que as manifestações políticas nas universidades podem ser caracterizadas como “imoralidade administrativa”, fenômeno que gera punições disciplinares.

Percebe-se com isso que todas essas punições, incluindo os cortes orçamentários e a crise do mercado de trabalho, remetem a fragilidades no processo de inclusão social promovido pelas universidades públicas. Contudo, tais IES públicas vêm apresentando resistência, uma vez que seguem garantindo acesso e produção de conhecimento, apesar dos inúmeros mecanismos governamentais para fragilizar essa ordem de conquistas do ensino superior no Brasil. Oliveira, Welle e Batista (2021, p. 14) ilustram a situação, citando a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição - PEC 32/2020 (BRASIL, 2020), a qual propõe reforma administrativa, apresentando pontos que acarretarão problemas para a educação como um todo, a saber:

i. a inclusão do princípio da subsidiariedade no Art. 37 da CF 88, tornando o poder público complementar ao setor privado e prevê que seja possível firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades, públicos e privados, para a execução de serviços públicos, inclusive com o compartilhamento de estrutura física e a utilização de recursos humanos de particulares, com ou sem contrapartida financeira; ii. o desmembramento do Regime Jurídico Único em cinco novos tipos de contratos, com a criação do vínculo por experiência e a diferenciação entre cargo com prazo indeterminado e cargo típico de Estado, somente este último contando com estabilidade; iii. a ampliação dos casos para a contratação temporária, arriscando a profissionalização da burocracia pública e a previsibilidade e continuidade da prestação de serviços públicos; iv. a concessão de ‘superpoderes’ ao Presidente da República na reestruturação do Estado brasileiro, com as mudanças realizadas no Art. 84.

O teor da PEC 32/2020 (BRASIL, 2020) preocupa, porque se aprovada, afeta diretamente as IES públicas brasileiras, considerando que fortalece a concessão de subsídios ao setor privado, em detrimento do público. Atualmente o *status* desta Proposta encontra-se sob perspectiva de arquivamento, à medida que a postura adotada pelo atual Presidente da República, Lula da Silva, é desfavorável à sua aprovação, enquanto o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), sinaliza favoravelmente à tramitação e aprovação da PEC. (SINTRAJUFE/RS, 2023). Ademais, o teor do documento fere conquistas da carreira do magistério superior: segue a lógica de contratação temporária; concede superpoderes ao Presidente da República, que poderá intervir

na Universidade; abre o espaço para nomeação de pessoas alheias à Academia, como é o caso de coordenador de Curso e diretor de Departamento.

Nota-se nessa discussão que as universidades públicas continuam vulneráveis aos ataques governistas, que vislumbram sua degradação e aniquilamento do processo construído ao longo da redemocratização no Brasil. Consta-se, então, que o autoritarismo se aliou para reunir forças visando infligir duro golpe à Educação Superior no Brasil, inclusive está bem claro que a PEC em debate concernente à reforma administrativa está a serviço desses ataques.

Destarte, é cientificamente comprovado que as universidades públicas do Brasil cumprem um importante papel no processo de inclusão social. Portanto, desempenham sua função social, merecendo grande destaque, por se voltar à ampliação do atendimento a segmentos populacionais caracterizados como marginalizados socialmente, conforme o excerto a seguir:

Apesar de estar sob ameaças diversas, a inclusão enquanto ‘estoque’ na educação superior ainda prossegue, pois o quadro nas Instituições de Educação Superior Públicas ainda permanece como sendo o de maior inclusão que na média histórica. Assim, embora sob ameaça, a educação superior ainda cumpre um papel social e educacional importante. No entanto, os ataques sofridos pela educação superior têm feito com que, mais recentemente, caia a ampliação da inclusão na educação superior. (OLIVEIRA; WELLE; BATISTA, 2021, p. 15).

São várias as formas de intimidação às Universidades públicas do Brasil. Tal assertiva pode ser ilustrada pelo estado de vulnerabilidade de família de estudantes do ensino superior; perdem poder aquisitivo; sofrem com a ausência de Políticas Públicas em outras áreas sociais; experimentam ampliação da informalidade e do desemprego – fatores que interferem na capacidade financeira para manutenção de familiares no Curso superior. Este é o retrato dos cortes das Políticas Públicas de inclusão, como afirmado anteriormente, a partir de 2015.

Ao longo da História da Educação no Brasil, constata-se a sazonalidade do atendimento às demandas educacionais, que ficam à mercê do projeto de governo instalado no País. Nos governos a partir dos anos 1990 até hoje, é forte e clara a manutenção do Neoliberalismo, posto que gestores formulam políticas de cunho ideológico, que não priorizam a Cidadania, tampouco asseguram vida digna à população, característica que macula o papel do Estado em prover Políticas Públicas de inclusão social, em nome do desenvolvimento da Nação.

O REUNI promoveu mudanças substanciais na Educação Superior brasileira, ao mesmo tempo que gerou questionamentos à forma como foi organizado e inserido nas IFES como Política

Pública educacional instituída pelo Estado brasileiro. A repercussão promovida pelo Programa propiciou a criação de *campi* distantes dos grandes centros, ou capitais, maior oferta de cursos e vagas, qualificação de docentes e incremento da pesquisa, dentre outros. Com vista ao entendimento do REUNI no *Campus* Binacional/Oiapoque-AP, descrevem-se os processos internos ocorridos na UNIFAP, tais como a interiorização, articulações que resultaram na criação do *Campus* fronteiriço. A dimensão teórico-metodológica é apresentada ao final da seção.

3.2 A Interiorização da UNIFAP: de Macapá a Oiapoque, com implantação do REUNI (1990-2007)

Na década de 90, séc. XX, cria-se a Fundação Universidade Federal do Amapá/UNIFAP, autorizada por meio do Decreto n. 98.977, de 2 de fevereiro de 1990 (BRASIL, 1990). Em 1991, com a nomeação da reitora *pro tempore* Maria Alves de Sá, a UNIFAP realiza o primeiro vestibular para os cursos de Direito, Educação Artística, Enfermagem, Geografia, História, Letras, Matemática e Secretariado Executivo (UNIFAP, 2016, p. 4), contando com apenas o *Campus* Marco Zero. Como instituição pioneira da Educação Superior no Amapá, é o principal centro produtor de conhecimento científico no âmbito estadual, que se descortina no panorama geopolítico a seguir ilustrado:

Mapa 1 – O Oiapoque/AP como integrante do Platô das Guianas



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_das_Guianas#/media/Ficheiro:Guyanas.svg

Para abordar a conformação geopolítica em que o *Campus* Binacional está inserido, é mister debater acerca da categoria/noção fronteira. A propósito dessa questão, Rodrigues (2015, p. 141) afirma que a origem desse debate remete ao “surgimento dos Estados Modernos, ou seja, à definição do Estado-Nação, [cuja] preocupação com a delimitação dos espaços de domínio e de exercício da soberania se consagra, reforçando a relação território e poder.” Neste sentido, estabelecer uma área territorial significa delimitar ou separar um território do outro, formando várias fronteiras, haja vista o exemplo do Platô das Guianas aqui retratado, configurando um verdadeiro mosaico de Estados-Nação, cuja peculiaridade no que concerne a Oiapoque como fronteira-Norte brasileira, é descrita a seguir.

Em seu processo de expansão para o *hinterland*, a UNIFAP transpôs limites territoriais, saiu da capital Macapá e atingiu um dos 16 municípios do Estado do Amapá – Oiapoque. Mas quem habita a fronteira Norte de nosso País? O IBGE (BRASIL, 2017) informa que os primitivos habitantes da região são antepassados dos povos Waiãpi, que ocupavam a extensão territorial do rio Oiapoque; dos Galibi e Palikur, concentrados no vale do rio Uaçá e seus afluentes, sendo os povos indígenas com maior expressividade no Estado.

Somam-se aos antepassados dos Waiãpi os créoles, antillesses, cearenses, paraenses, maranhenses, ribeirinhos e caboclos de diversos lugares. Juntos, formam o tecido étnico e complexo que constitui a região, a qual não pode ser definida somente como “terra de índios”, ou de “não índios”, de caribenhos e de amazônicos, mas como um lugar de fronteira, o lugar da diversidade e da alteridade, um lugar de encontros e desencontros realizados há séculos. Cabe mencionar que a palavra Oiapoque tem origem tupi-guarany, sendo uma derivação do termo "oiap-oca", que significa "casa dos Waiãpi".

O Oiapoque foi criado ainda no período de Território Federal do Amapá (1943-1988), na data de 23 de maio de 1945, pela Lei 7.578, situado ao norte do Estado do Amapá, com uma área de 22.625 mil km², fazendo limite com Calçoene, em pequenos trechos com Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari e com o Município de Laranjal do Jari. O rio que delega nome à cidade está situado ao norte e representa o limite da fronteira internacional com o território ultramarino Guiana Francesa, possessão político-administrativa de raízes coloniais do Estado francês. (SOUZA, M., 1995), cuja capital é Cayenne.

Depreende-se do recém mencionado que o interesse de ambas as partes – Brasil *versus* França – não se referia a qualquer questão de direito originado nos primórdios do “descobrimento”

dessas terras, menos ainda na solidariedade para com os habitantes que residiam nessas terras contestadas. A cobiça assentava-se no potencial econômico que a região passou a apresentar a partir dos últimos anos do séc. XIX, quando se desvelou a extração de ouro advindo das jazidas regionais.

Souza, N. (1999) destaca outras atividades econômicas importantes: o setor primário, a criação de animais e o plantio de algumas culturas como mandioca para a produção de farinha, milho (*Zeamays*), cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum L.*) e laranja (*Citrus sinensis*), além de extração mineral; no setor secundário: artesanato e confecção de joias de valor grande adicionado. Quanto ao terciário, o autor destaca as atividades comerciais nas cidades de fronteira – Clevelândia (Brasil) e Saint Georges (Guiana Francesa).

Segundo Romani (2010), a região do rio Oiapoque integra historicamente um amplo território denominado Platô das Guianas, que inicia no delta do rio Orenoco, na Venezuela, e se estende até o divisor de águas da margem esquerda do rio Amazonas. Por conseguinte, essa região é reconhecida como a “Guiana brasileira”, pautada culturalmente em origens distintas, como a créole e caribenha, a cabocla, a indígena e a amazônica. Os documentos históricos acusam que essa região apresenta, há séculos, considerável população ameríndia e fluxo migratório intenso. Assim, a região tem diversos aspectos, podendo ser entendida como: espaço de intersecção e de redes de relações interculturais; terra de “refúgio” populacional e de pioneiros em busca do “eldorado”; e ainda, zonas de contatos e conflitos pautadas em ciclos migratórios irregulares de diversas ordens associados aos processos históricos, mas sobretudo, como espaço de “não lugar” ou como a “fronteira” em construção.

Em prosseguimento, Romani (2010) entende que a ausência de poder do Estado corroborou para o refúgio de migrantes diversos, africanos e seus descendentes e povos nativos que escapavam dos apresamentos, resgates e escravidão, de revoltas regionais a exemplo da Cabanagem/Pará e/ou da exploração econômica colonialista do Caribe. Para o autor, a região de Oiapoque participa de uma cultura caribenho-amazônica pautada em suas raízes sócio-históricas, fatores que se distinguem da capital Macapá, dominada por portugueses a partir do século XVII, pois apesar de existir um núcleo urbano guianense do outro lado do rio Oiapoque – a cidade de Saint Georges de l’Oyapock, liga-o ao Brasil pela Ponte Binacional que, apesar de concluída e inaugurada, possui restrições à circulação –, desde os tempos coloniais essa região caracteriza-se pelo fluxo constante de migrantes para ambos os lados do rio. Mas, cabe indagar: e os direitos elementares daquele povo de fronteira, notadamente, cidadania e educação?

Assegurado na Constituição Federal do Brasil e regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases, cabe a todo cidadão fazer valer o seu direito à educação. A Escola, em seu papel social, precisa assumir a função de guardião destes direitos, visando ao reconhecimento e à valorização da cultura de cada indivíduo e grupo, independentemente de sua origem étnica, cultural, social, econômica, orientação sexual e nacionalidade.

Para Candau (2008) é necessário separar diferentes concepções de multiculturalismo, o qual se divide em: assimilacionista; diferencialista ou monoculturalismo plural; e interativo, também denominado interculturalidade. A autora relata que a abordagem assimilacionista parte da afirmação de que vivemos numa sociedade multicultural no sentido descritivo; a concepção diferencialista parte da afirmação de que, quando se enfatiza a assimilação, se termina por negar a diferença ou por silenciá-la; e o multiculturalismo interativo é a afirmação de que nas sociedades em que vivemos os processos de hibridização cultural são intensos e mobilizadores da construção de identidades abertas, o que supõe que as culturas não são puras.

De acordo com Sacristán (1995) a Escola precisa desenvolver habilidades pedagógicas para incluir-se na cultura do aluno, e não apenas pretender que o aluno se adapte à cultura escolar. A Escola não opera no vazio e a cultura que ali se transmite e constrói, não opera em mentes sem significados prévios, sem leituras de mundo particular.

Costa (2000) entende que a história da formação do Brasil e de sua educação é formada de povos de diferentes etnias e continentes, caracterizando um processo de miscigenação ao longo do tempo, que deu lugar à diversidade cultural, étnica e linguística. As escolas da fronteira do Brasil (Estado do Amapá-Oiapoque) com a França (Guina Francesa – Saint Georges) têm características similares devido à proximidade geográfica, considerando o número de brasileiros que estudam em Saint-Georges e cidadãos com dupla nacionalidade (brasileira/francesa) que estudam em Oiapoque.

Em referência à Educação, os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEA (BRASIL/MEC, 2011) mostram que Oiapoque não conseguiu cumprir as metas previstas, que em 2011 eram na ordem de 4.1. Todavia, o município alcançou o Índice 3.1 e apresenta 50 escolas de Educação Básica; desse total 26 estaduais, 21 são municipais, uma federal e duas são privadas, orientadas por modos diversos de se fazer escola e de se buscar o desenvolvimento dos alunos. No entanto, no item qualidade educacional a realidade dessas escolas é muito parecida aos demais problemas enfrentados, tendo pontos diversos em comum, por meio dos quais emerge uma questão grave no panorama educacional atual de Oiapoque.

O município de Oiapoque necessita de muitos investimentos em educação, o que corresponde a uma nota baixa no IDEB, e talvez, a distância da capital (Macapá) aumente a necessidade de melhorias e investimentos em todos os setores sociais, principalmente na educação. Registre-se que apesar de possuir uma riqueza cultural complexa, é pouquíssimo explorada no âmbito da Escola. Vê-se a necessidade de ampliar a discussão desse problema naquele município.

Durante os anos 1990 a UNIFAP desencadeou um processo de expansão rumo à fronteira Norte. Assim, criou-se Programa de Interiorização designado “I Projeto Norte de Interiorização”, que organizou sistematicamente mecanismos de oferta de curso superior para as comunidades do interior do Estado do Amapá.

Em obediência aos preceitos do referido Projeto de Interiorização (UNIFAP, 2004) em parceria com o Governo do Estado do Amapá e com as Prefeituras Municipais, a UNIFAP deu início às atividades na modalidade modular, com o funcionamento dos cursos nos períodos de recesso escolar. As aulas ocorriam em janeiro, fevereiro e julho, adotando um sistema intensivo de aulas, com atendimento de formação de professores para suprir as necessidades de profissionais habilitados dos municípios fronteiriços. Estava lançada a célula-mater para o “II Programa de Interiorização,” que passou a formar, de maneira sistemática, professores municipais e estaduais.

Implantar a Educação Superior no Amapá é tarefa desafiadora, dada sua diversidade cultural. Na implantação de *Campus* em Oiapoque, os desafios se ampliam por ser área de fronteira, assim como pelo difícil acesso em determinado momento, o que se justifica pela inacabada estrada de acesso (BR-156), mas a população necessita dessa demanda que responda às exigências daquela sociedade. Essa questão ganha vida com dois Projeto de Interiorização da Universidade Federal do Amapá e, posteriormente, com a criação do *Campus* Norte e a conseqüente elevação a *Campus* Binacional, foco de interesse desta pesquisa, a seguir abordado.

3.3 Das origens à implementação do *Campus* Binacional (2013-2023)

O desejo em alterar o *status* de *Campus* Norte para *Campus* Binacional/UNIFAP está associado à manifestação do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando de sua visita ao Estado do Amapá, momento em que cogitou a criação de uma Instituição Federal na fronteira Norte do Município de Oiapoque, Estado do Amapá/Brasil, com a Guiana Francesa/França. Nesse sentido, as discussões a respeito ganham vida entre as instituições científicas do Amapá, assim

como em Brasília. No que tange à formatação da sonhada Universidade, no final de 2007 e início de 2008, por ter sido citada no plano de ação franco-brasileiro, a Declaração Conjunta realizada entre o Presidente Lula e o Presidente Nicolas Sarkozy, foi assinado então no dia 12 de fevereiro de 2008 para sua efetivação. (UNIFAP/PPCD, 2013).

Diante do exposto, constata-se de imediato o intuito da implantação do *Campus* Binacional na fronteira do Município de Oiapoque com a Guiana Francesa, e respectiva estrutura física, aliada a uma política de estreitamento das relações entre os mais diversos ramos, como o cultural, social, econômico, dentre outros. Para tanto, iniciou-se a construção de prédio com três pavimentos que contemplasse dependências como salas de aula, laboratórios, assim como alojamento para professores e pesquisadores. Essa iniciativa é o primeiro recurso alocado pelo Ministério da Educação-MEC, no sentido da implantação do *Campus* Binacional, gerado em 2010, ano de sua implantação em Oiapoque:

Os recursos que apoiarão as estratégias para organização da parte física e administrativa do novo *Campus* foram previstos a partir da reunião de Pactuação do *Campus* Binacional, datada de 23 de dezembro de 2010. Essa reunião ocorreu entre a Secretaria de Educação Superior, mais diretamente com a Diretoria de Desenvolvimento da Rede de IFES, representada pela Profa. Adriana Rigon Weska; Coordenadora Federal de Planejamento e Orçamento das IFES, representada pela Sra. Maria Fernanda Nogueira Bittencourt; coordenador Geral de Gestão da Rede de IFES, Marco Aurélio S. Brito, e o representante da UNIFAP, Prof. José Carlos Tavares Carvalho. (UNIFAP/PPCD, 2013, p. 6).

Assim que, a Resolução n. 01/13-CONSU (UNIFAP, 2013) “transforma o *Campus* de Oiapoque em *Campus* Binacional (Anexo E),” passando a ser administrado por uma direção geral, com uma estrutura técnico-administrativa própria. Registre-se que em 2021 o Deputado Federal Pedro da Lua (PSC/AP) protocolou Projeto de Lei (AMAPÁ, 2021), o qual propunha criar a Universidade Federal Fronteiriça Binacional (UFFB), argumentando que o *Campus* Binacional pode adquirir autonomia total em seu funcionamento e inclusive passar contar com Cidade Universitária. Desde aquela ocasião o Projeto continua em tramitação na Câmara dos Deputados, em Brasília, tendo uma de suas justificativas que a demanda não seria proveniente apenas de Oiapoque, mas de todo o Platô das Guianas.

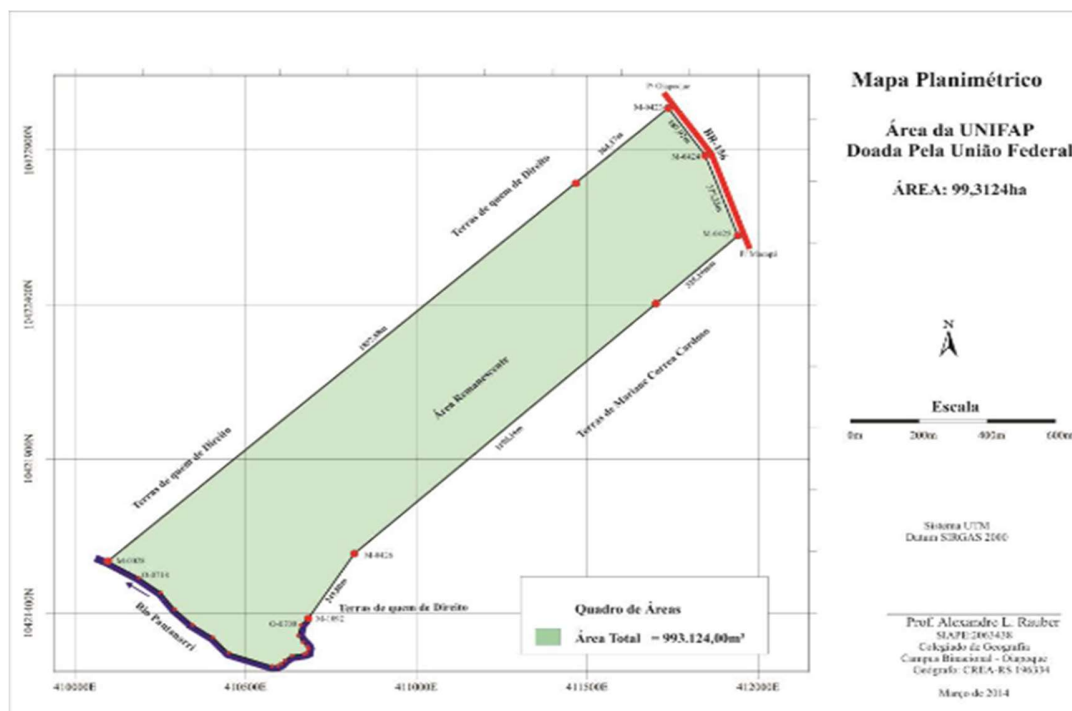
Desse modo, a Universidade Federal do Amapá, que desde o ano de 1999, tem atuado no Município de Oiapoque, por meio da implantação do Projeto Norte de Interiorização, passou a constituir Unidade Administrativa. Isso gerou entendimento de que fronteiras se quebram na hora

em que se estabelecem os termos de cooperação, em virtude de uma realidade global e tecnológica que se expande a cada momento, assim configurada:

O *Campus* Binacional do Oiapoque/UNIFAP, em fronteira com a Guiana Francesa, é uma instituição nacional que nasce com um perfil interdisciplinar e transfronteiriço. Isso coloca aos acadêmicos, docentes e sociedade a ampliação das relações já bem estreitas entre o Estado do Amapá, a Guiana Francesa e, por extensão, com outras regiões da França. Essas relações se concretizam, por exemplo, por acordos comerciais e intercâmbio científico e cultural que já existem entre instituições do Estado, estudantes e pesquisadores. (UNIFAP/PPD, 2013b, p. 6).

O *Campus* Binacional da Universidade Federal do Amapá, no Município de Oiapoque, apresenta-se com uma estrutura física para agregar a demanda atual, porém seu plano de desenvolvimento já visualiza a construção de uma Cidade Universitária. Tal iniciativa ampliará mais ainda a infraestrutura do *Campus* Binacional. Para isso, a União realizou doação de 100 hectares de terras para abrigar os cursos já existentes e os novos a serem criados, conforme a demanda exige da realidade local, além de alojamento, restaurante universitário, anfiteatro e centro poliesportivo. No sentido de visualização do ora exposto, segue a localização da área e respectivas características. (UNIFAP, 2016, p. 17):

Mapa 2 – Área da UNIFAP *Campus* Binacional, junto ao km 4 da BR 156 (2014)



Fonte: elaboração do Prof. Dr. Alexandre Rauber. Inc: UNIFAP/PPD, 2016.

Ao proceder análise ao Mapa 1 verifica-se o potencial que Cidade Universitária apresenta, ensejando esforço conjunto de representantes do Poder Público no sentido de atendimento à demanda por formação advinda da zona de fronteira franco-brasileira. Neste sentido, a extensão da área transferida à UNIFAP e o concernente projeto de expansão não podem comportar inércia de gestão quanto ao clamor socioeducacional envolvido. Na pesquisa em tela foi possível aquilatar o grau de engajamento de gestores e técnico-administrativos em empreitada de tamanha envergadura, conforme sequência do texto.

3.4 *Campus* Binacional/Oiapoque: dilemas e perspectivas sob as lentes do Gestor e do Corpo Técnico-Administrativo

Ao avaliar o processo ocasionado pelo REUNI na Educação Superior do País emergem as diversas nuances que compõem o quadro analítico, desde o papel do Estado capitalista sob as políticas sociais, passando pelas políticas educacionais implementadas na área, bem como pela ameaça à Universidade Pública até a análise do Programa na UNIFAP. Do ponto de vista prático, coletaram-se dados empíricos para análise da aplicação dessa política no *Campus* Binacional de Oiapoque, conforme procedimentos teórico-metodológicos a seguir discriminados.

Para a compreensão da realidade, esta pesquisa utiliza como referência epistemológica o *Método* denominado Materialismo Histórico-Dialético (MHD), para superar a dicotomia das abordagens científicas, nas quais uma enfatiza a objetividade do conhecimento e a explicação dos fenômenos, enquanto a outra aceita a subjetividade dos fenômenos humanos, procurando interpretá-los. Nesta conjuntura, Gamboa (2003) destaca que o Método em realce se consolida no final do século XIX e tem sua matriz filosófica com o materialismo dialético, com Karl Marx e seu método da Economia Política, ao traçar os parâmetros de novo método científico, que traduz as contribuições do empirismo inglês (Locke e Hume) e do Idealismo Alemão (Kant, Schelling e Hegel), elaborando então uma nova abordagem, conhecida também como materialismo histórico.

O MHD explica os fenômenos sociais do ponto de vista da sua realidade e seu movimento histórico, estruturado em princípios epistemológicos da corrente marxista, que observa discurso, análise e interpretação da realidade, considerando a evolução das relações sociais. Deve-se entender que “o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos.” (JOSÉ FILHO, 2004, p. 64). Esse diálogo crítico desnuda a realidade em estudo.

Esta adesão à linha de pensamento marxista propicia o entendimento do problema pesquisado, dado que acompanha o desenrolar dos fenômenos a partir de sua movimentação histórica e das relações sociais que daí advêm. A reflexão crítico-analítica promovida deve ser exercitada, para o melhor desenvolvimento dos desígnios próprios e inerentes à tarefa do pesquisador de prescrutar os fenômenos.

A utilização dessa forma de abordagem possui extrema relevância, posto que trata dos rumos/caminhos que levaram à problemática lançada na pesquisa, proporcionando reflexões acerca das percepções e sentimentos dos sujeitos pesquisados. Conforme assinalam Meirinhos e Osório (2010, p. 51) “os modelos qualitativos sugerem que o investigador esteja no trabalho de campo, faça observação, emita juízos de valor e que analise.” Ora, o empreendimento produzido aqui tem como participantes sujeitos específicos, visando tecer análises a respeito das informações empíricas obtidas, o que permite a testagem de pressupostos lançados.

Soma-se a isso a *técnica* ora utilizada, que é o Estudo de Caso, justamente pensando que a abordagem aqui empreendida é a qualitativa. Conforme Yin (2001, p. 19) essa técnica representa “a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo ‘como’ e ‘por que’, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real,” como no caso em referência.

Como forma de dar provimento à análise dos dados de empiria, faz-se necessário ressaltar que para garantir o anonimato dos agentes sociais consultados via contato eletrônico, dado o período de crise sanitária que grassava nos países em decorrência da Pandemia por COVID-19, lançou-se mão do seguinte recurso de designação dos Servidores do *Campus*: o Gestor (G) e cinco funcionários Técnico-Administrativos (T-A), aos quais se lançou a questão-problema referida no início desta seção: para o *Campus* Binacional-Oiapoque/AP, o REUNI significa uma defesa aos problemas de expansão da Educação Superior para as regiões longínquas, ou um Programa que reforça as ameaças às Universidades Públicas?

Antes de esmiuçar a fala expressa por (G), é válido mencionar uma coincidência temporal que findou por interferir na tônica conferida às respostas para a indagação feita aos sujeitos – o contato eletrônico ocorreu entre 17-20 fev./2021, quando no dia 9, o Reitor encaminhara ao MEC solicitação de transferir Cursos de Direito e de Enfermagem do *Campus* Binacional-Oiapoque, para outro município, *Campus* Santana, município contíguo à capital, Macapá.

Este caso de tamanha repercussão e consequências imprevisíveis, passou a gerar uma descontinuidade administrativa que se sobrepôs ao teor da questão-problema então dirigida aos depoentes, cujo tempo e mobilização estavam tomados pela situação nevrálgica que se lhes apresentava. Assim sendo, impõe-se uma contextualização da dinâmica que objetivou remover os Cursos de Enfermagem e Direito, do Binacional.

Entre 2018 e 2022, à época do primeiro mandato do Reitor da UNIFAP, Júlio César Sá de Oliveira, hoje reeleito para o quadriênio 2022-2026, repercutiu uma notícia desde Oiapoque até Macapá, que abalou entidades estudantis, docentes e técnico-administrativos. Tratava-se do conteúdo de um rol de documentos emitidos pelo Gabinete da Reitoria (GR) para a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC), solicitando a remoção de Cursos do Município de Oiapoque para o de Santana, conforme a seguir discriminado:

Primeiro, o Ofício-GR n. 057/2013, relativo à “transferência do Curso de Enfermagem do *Campus* Oiapoque para o *Campus* Santana” (Anexo F); dois anos depois, o pedido fora reiterado pelo Ofício n. 202/2021 (Anexo G). Em ambas as ocasiões a motivação alegada remontava ao “cenário de escassez orçamentária das Universidades Públicas brasileiras, e [também] às limitações insanáveis [...] de oferta, essa é a melhor decisão a ser tomada, ao se considerar a observância dos princípios administrativos da eficiência e da economicidade.” (UNIFAP/GR, 2021a).

As referidas solicitações geraram descontentamento generalizado entre entidades estudantis e população do Oiapoque, levando a movimentações políticas contrárias a essa mudança. Assim sendo, a Bancada Federal do Amapá, que representa o Estado na Câmara dos Deputados, juntamente ao então Governador Waldez Goés, reuniu-se ao Reitor Júlio Sá, comprometendo-se por esforço conjunto, para manter os respectivos Cursos ofertados no município.

Tal compromisso de suporte financeiro e estrutural ensejou a elaboração de um terceiro documento, anulando os dois anteriores. O Reitor encaminhara à SESu/MEC a “desconsideração da solicitação de transferência dos cursos de Direito e Enfermagem, do *Campus* [Binacional-Oiapoque para o de Santana],” conforme Ofício 318/2021-GR (Anexo H), no qual constava que o Executivo Estadual e o Legislativo Federal viriam a garantir:

recursos para a Unifap, e a intervir junto ao Município e ao Estado do Amapá, possibilitando recursos para dar condições de melhorias da estrutura do respectivo Município de Oiapoque e Estado, nos campos de estágio dos dois cursos, como hospital e estrutura do judiciário [...] Na reunião, o Governador do Estado também foi sensível a essa questão e comprometeu-se a enviar esforços para resolver melhoria da estrutura estadual que dá suporte aos estágios supervisionados dos cursos. (UNIFAP/GR, 2021b).

Antes da apreciação do mérito do documento em epígrafe, ressalva-se que em seu preâmbulo constava que o Curso de Direito também fora alvo de solicitação de retirada de Oiapoque, por meio do Ofício GR-n. 201/202. Porém no decurso da pesquisa empreendida, não se localizou tal correspondência no *site* da UNIFAP. Retomando-se o cerne da questão:

Apesar de ter voltado atrás na medida solicitada à SESu/MEC, a demonstração oficial da Reitoria merece atenção. Em sua argumentação defendendo a mudança dos Cursos de Direito e Enfermagem, algumas queixas são plausíveis, como as que envolvem a baixa qualidade do Curso de Enfermagem à época (haja vista a “nota 2” dada pelo MEC/INEP, que o Ofício da Reitoria endereçado à SESu/MEC justifica para mudança, bem como a falta de estrutura hospitalar na cidade de Oiapoque para discentes estagiarem).

Esses pontos evidentemente devem ser melhorados. No entanto, não podem ser motivo para desconsiderar a conquista do *Campus* Binacional e um legado do REUNI – a oferta de Educação Superior às regiões interioranas do País.

Dentre o cenário do período em que os cortes nas verbas destinadas às IFES estavam sendo feitos pelo Governo Federal, destaca-se a redução de 18,2% para o orçamento do MEC no ano 2021, perdendo o equivalente a R\$ 4,2 bilhões (UNIFAP/ASCOM, 2020). Apesar da justificativa orçamentária em que então se encontrava a Gestão da Universidade Federal do Amapá, a iniciativa ignorou a relevância de oferecer Cursos tão cruciais para a sociedade a uma população que dificilmente de outro modo conseguiria acessar.

Dessa forma, na busca de elucidação dos fatos, a pesquisa optou por consultar aos atores sociais dos segmentos da população universitária. Trata-se dos já mencionados Gestor (G) e cinco Servidores Técnico-Administrativos (T-A), a seguir discriminados.

Primeiramente, no que se refere à manifestação de (G) fica explícito a ênfase dada à falta de espaços para discentes dos Cursos de Direito e Enfermagem estagiarem, sendo um dos aspectos que aparecem nos Ofícios enviados pela Reitoria à SESu/MEC. Sobre o assunto, (G) apresenta a questão, destacando outros aspectos calcados em sua ótica e vivência, ora editadas:

3.4.1 Com a palavra o Gestor (G)

*“Tem algumas coisas na avaliação do MEC que não dá para esconder aqui. Mas, por exemplo, **algumas potencialidades ficam em plano de fundo, pois às vezes o próprio professor não quer que o curso fique, sabe? Aqui é uma maré que nada ao contrário: são poucos os professores que valorizam o Curso...**”*

*“Não tinha enfermeiros suficientes para a supervisão das primeiras turmas; não tínhamos enfermeiros aqui. Pelo estudo que foi feito aqui, o hospital deveria ter no mínimo 42 enfermeiros para dar conta da escala de trabalho, pois foi promovido de Unidade mista para Hospital. Ai não tinha esses profissionais. Então, na primeira vez o MEC veio e avaliou negativamente. **Agora a avaliação foi positiva, pois todos os 63 alunos formados estão trabalhando, ou seja, as vagas que eram ocupadas por gente de fora já estão sendo ocupadas por pessoas daqui.** Essas pessoas que eram alunos, estão sendo positivos na questão social do Curso e repercutindo positivamente na nota do Curso, pois agora temos monitores suficientes para suprir o Estágio.”*

*“Os postos de saúde aqui são precários; temos deficiência de infraestrutura. Mas aí a saúde indígena, que era um campo que antes não tínhamos acesso, hoje todos os enfermeiros que trabalham no Oiapoque quase sem exceção são enfermeiros do Binacional. Ganham em média R\$ 8 mil reais para ser enfermeiro indígena. **Na pandemia quem segurou a demanda foram os enfermeiros formados na UNIFAP. O curso tem essa função social muito forte.**”*

*“Agora mesmo surgiu a proposta de tirar os Cursos de Direito e Enfermagem daqui. Os indígenas fizeram manifestação, queimaram pneus aí na frente. Os vereadores foram a Macapá, se reuniram com o Reitor e conseguiram milhões em Emenda [Parlamentar] para fazer o Bloco novo, ou seja, **a cidade toda se mobilizou, pois as pessoas não querem que saia, querem que fiquem, porque são essas pessoas que vão acabar acessando o nível superior.**”*

*“A questão de o Curso sair daqui vem um pouco de ‘uma lenda urbana’ de que todos os Cursos vão embora, que a Universidade vai fechar; só que na prática não existe um documento, uma indicação oficial nesse sentido. Mas aí considera-se que o Curso estava deficiente da sua estrutura e que também havia ali uma intenção, quem sabe, politicamente falando. Isso porque essa situação de o Curso sair de Oiapoque, se eu não me engano, surgiu do próprio Prefeito de Santana, pois o Campus de sua cidade está mais desenvolvido e tem o campo de Estágio; então seria mais indicada a transferência para lá. **Houve uma movimentação política: os deputados tomaram a frente e sendo o segundo maior eleitorado do Estado, seria mais viável que o Curso fosse para aquela região. [...] Os mesmos parlamentares que estavam por trás dos bastidores pedindo a retirada do Curso vieram para cá ficar de mãozinha dada com o povo. A gente que sabe dos bastidores fica só olhando ‘a cara dos bonitos, aí.’**”*

*“Sobre o curso de Direito temos um cenário de retração no Oiapoque. O Tribunal de Justiça criou uma Justiça itinerante, virtualizou tudo e a Justiça do Amapá está 100% virtual. Isso é bom por um lado, mas ruim por outro porque agora os Servidores que estavam aqui foram deslocados para Macapá. Então, hoje só fica aqui pela representação mínima: juiz, chefe de secretaria, oficial de justiça e um estagiário. **Hoje os processos todos tramitam por uma central de mandados em Macapá, o que quebra um pouco essa dinâmica de audiências, de estágio, que é possível de acontecer, já que essas audiências são todos virtuais – tanto faz o aluno estar em Oiapoque ou em Macapá, ele vai poder atingir a conexão.**”*

A título de demonstração da estrutura e equipamentos alocados no *Campus* Binacional, expõe-se a seguir a Foto 1, na qual se observa o mau estado de conservação do material destinado ao Laboratório do Curso de Enfermagem:

Foto 1 – Aparelho do Curso de Enfermagem/Oiapoque encaixotado (2021)



Fonte: acervo próprio.

Dos fragmentos aqui expostos algumas considerações advêm. Primeiramente, destacam-se os agentes/personagens envolvidos na trama que terminou no pedido de mudança dos Cursos de Enfermagem e Direito do *Campus* Binacional. Se até mesmo alguns docentes dos Cursos concordaram com a ideia de retirar sua oferta de uma localidade, é digno de nota considerar os problemas naquele ambiente. O conflito de interesses e o jogo de forças é tanto que parlamentares amapaenses articularam e firmaram entendimento para transferência dos Cursos em evidência.

Nesse processo sobressaem pontos negativos que foram apontados por defensores das alterações enviadas – e depois abandonadas pela Reitoria da UNIFAP – a exemplo da nota baixa dada pelo MEC ao Curso de Enfermagem e a dificuldade de acesso ao Estágio Supervisionado, tão necessário à prática formativa de ambos os Cursos. Entretanto, na fala de (G) consta registrado o grau de retorno e eficácia dos formandos em Enfermagem para a população do Oiapoque, como mencionado na pandemia da COVID-19, uma das piores crises de saúde do mundo contemporâneo, que afetou expressivamente o Brasil.

Uma vez descritos os apontamentos feitos por (G), o eixo seguinte da análise investigativa aqui produzida trata do contato por *e-mail* com cinco Técnico-administrativos do *Campus* Binacional. Dá-se destaque às condições de trabalho, relação interna com outros segmentos e representação em conselhos superiores, ora retratados:

3.4.2 Corpo Técnico-Administrativo (T-A) em perspectiva

Da mesma forma que ao Gestor (G), dirigiu-se indagação aos Técnico-Administrativos (TA): para o *Campus* Binacional-Oiapoque/AP, o REUNI significa uma defesa aos problemas de expansão da Educação Superior para as regiões longínquas, ou um Programa que reforça as ameaças à Universidade pública?

Nessa órbita, expõem-se trechos dos relatos proferidos, quando indagados por *e-mail*:
[Técnico A]: “Reuni? Não seria isso que estamos fazendo? Não seria o ato de se reunir?”

A resposta do Técnico A é jocosa, entretanto equivale a um trocadilho carregado de sentidos: excesso de confiança em sua estabilidade como Servidor público; indiferença para com os destinos do *Campus* em que ele atua; descaso relativo às ameaças que pairam sobre a educação pública ou, no limite, desconhecimento sobre o REUNI, afinal trata-se de um Programa lançado há 16 anos! Qualquer que seja a possibilidade, só poderia ser testada com (re)pesquisa...

*[Técnico B]: “Tenho aqui um documento intitulado como ‘Plano de adequações estruturais para o campus Binacional.’ Na verdade, eu deixei essa mensagem para fazer de rascunho porque falta papel aqui senão eu já tinha rasgado isso daqui. A gente vê a diferença, eu não quero generalizar, mas por exemplo. **Como que cria uma comissão para tratar do retorno e não tem um técnico para representar?** Um exemplo que tem aqui: abrir a janela para circulação, ventilação. Hoje uma Servidora tá lá trabalhando na coordenação de Geografia. Fui lá hoje e não consegui ficar muito tempo por causa do mofo. Então, um dos pontos que os professores solicitaram foi esse para que eles retornem, no pós pandemia.”*

Em seus termos, o Técnico B expressa descontentamento com a falta de democracia na representatividade do técnico, inclusive prevista em legislação. Com sua categoria frequentemente excluída de comissões e afins, o servidor consultado manifesta postura relativa para com planos e projetos institucionais, inclusive os de adequações estruturais, considerando a inércia administrativa em abrir uma simples janela em uma sala de coordenação de Curso, que se mantém *ad eternum* confinada, com proliferação de ácaros e fungos. Daí a descrença no provir...

*[Técnico C]: “Quero falar sobre a questão da representação nos Conselhos, principalmente no CONSU; já teve umas situações que eu precisei ir às reuniões em Macapá e eu posso lhe dizer que senti na pele algumas situações. Na época da reitora Eliane Superti, ficou acertado o incentivo à representação, conselheiros, tivemos chapas eleitas. Fomos eleitos. Tínhamos 2 representantes oficiais e 2 vices. Mas o que acontece? Ficou no papel. Quando era para ir para Macapá a gente solicitava passagem e não tinha, solicitava diária e às vezes caía muito depois. Fica um pouco difícil pedir compromisso do conselheiro, a não ser que a pessoa morasse em Macapá, tivesse onde ficar em Macapá. **Por isso entra a questão de apatia por causa da falta de credibilidade da instituição - gestão, reitoria -, nós acabamos sendo penalizados.**”*

À semelhança do Técnico B, seu colega Técnico C também se manifesta contra a inércia da Administração Superior e, desta feita, com a falta de cumprimento dos compromissos assumidos, quanto à efetivação da representação de apenas 15% da categoria de Técnicos junto aos Órgãos de deliberação coletiva, no seio dos quais impera a supremacia docente, na ordem de 70%, conforme legislação federal. No caso, a representação de técnicos relativa ao *Campus* Binacional, fica mais prejudicada, pela dificuldade de deslocamento para Macapá, por mais de 600 km, com pavimentação em só um trecho da BR 156, que liga ambos os municípios. Em seus termos, o Servidor se ressentido que sua categoria venha sendo punida pelos gestores, nos quais não deposita confiança. Assim, procura justificar a apatia que muitas vezes é apresentada por tais funcionários...

[Técnico D]: “Eles [os docentes] de fato não conhecem a realidade, os coordenadores que são os professores nem sabem a rotina, não sabem o cronograma. Tem professor, a maioria, que pensa: ‘eu sou professor, sei lá, de Geografia, tenho PhD, detenho todo o conhecimento do mundo.’ Mas o que essa pessoa entende de administração? Tem professores aqui que são extremamente arrogantes, julgam-se superiores a nós, técnico-administrativos.”

A verbalização do Técnico D patenteia uma certa animosidade que aflora na relação entre sua categoria profissional e a de docentes, notadamente com aqueles que assumem Coordenação de Curso, dos quais se lhes exige conhecimento técnico-administrativo, algo iminentemente característico de cargo não-docente. Assim, o professor ao assumir tal encargo, estaria invadindo a seara alheia. No caso, como são todos colegas, a solução residiria na promoção de atividades de conciliação advindas das Pró-Reitorias concernentes.

*[Técnico E] “Antes da pandemia cada um tinha sua sala, seu computador. Agora está diferente: até a central de ar não funciona! A situação do Servidor pede o seguinte: a gente precisa vestir a camisa. Só que a lei fala que a gente tem que ter a mínima condição de trabalho, mas desde que cheguei aqui agora que a gente tá normalizando. **É o mínimo do mínimo de qualidade que temos aqui.** A UNIFAP e IFAP, por exemplo, são situações completamente diferentes: o IFAP ele tem em cada canto orçamento próprio, o campus do IFAP no Oiapoque tem em média R\$ 700 mil de orçamento, por semestre; tudo que eles precisam de fato eles conseguem com esse orçamento. **A gente retornou ao trabalho [pós-pandemia], foi essa a ordem, mas a UNIFAP não deu condições de trabalho: a Biblioteca está mofada até o teto, os laboratórios estão mofados até o teto. Então, quer dizer que a minha saúde vale menos que a saúde do professor? Não temos água mineral para beber!**”*

Na manifestação do Técnico E observa-se novamente uma espécie de rivalidade (T-A versus Docente), haja vista a sua indignação: “*a minha saúde vale menos que a saúde do professor?*” Todavia, quando ele menciona que o *Campus* precisa o “*mínimo do mínimo de qualidade*”, ele não diz que os professores estão atuando em condições de excelência, em detrimento dos T-A. Ao contrário, voltando-se ao Instituto Federal do Amapá – IFAP/Oiapoque,

ele observa que tal IFE possui orçamento próprio e boas condições de funcionamento, enquanto o *Campus Binacional/UNIFAP* “*não dá condição de trabalho [...], até a central de ar não funciona*”, ou seja, como no adágio popular “a grama do vizinho está mais verde...” O que equivale a uma crítica à Administração Superior/UNIFAP. Situação que cabe averiguação posterior para avaliação.

A Foto 2 explicitada na sequência demonstra a infiltração que contamina a estrutura e a alvenaria do *Campus Binacional* em uma das dependências internas da Instituição:

Foto 2 – Infiltração na estrutura do *Campus Binacional-Oiapoque* (2021)



Fonte: acervo próprio.

A Foto 3 ilustra o piso interno em uma das salas, todo molhado em decorrência do problema estrutural do teto da sala, com o agravante de ameaçar o mobiliário e equipamentos, inclusive prejudicando o desenvolvimento normal das aulas:

Foto 3 – Piso molhado devido à infiltração no *Campus Binacional-Oiapoque* (2021)



Fonte: acervo próprio.

A estrutura, conforme evidenciada, representa prejuízo às atividades cotidianas tanto de Gestor e Técnico-Administrativos, quanto de Discentes e Docentes. As Fotos 1, 2 e 3, por exemplo, representam algumas das problemáticas de natureza infraestrutural, presentes no Binacional.

É generalizada entre os membros do aparato técnico-administrativo do *Campus* Binacional uma única perspectiva e explicação para a presença deles em região de difícil acesso e de fronteira – a abertura de edital ano após ano é um atrativo para aqueles dispostos a garantir a almejada estabilidade financeira. No Brasil isso é marcante e muito fortemente no Amapá tal propósito é atingido após a aprovação no concurso público e posterior entrada no ramo do Serviço Público.

Outro eixo discutido versa a respeito da representação dos Técnico-Administrativos em conselhos institucionais e deliberativos da UNIFAP. Em certo momento obteve-se representação eleita no CONSU, todavia por barreiras monetárias e geográficas – aliadas a uma evidente falta de cumprimento de acordos preestabelecidos pela Reitoria –, culminou na falta de efetividade e de força representativa dos representantes da categoria situados no Oiapoque. Salienta-se, ainda, à época da pandemia da COVID-19, o contexto interno do *Campus* Binacional e a Comissão criada entre docentes que desconsiderou a perspectiva dos Técnicos.

Em escala ainda mais elevada e tensa o disparo acusatório feito por um dos T-A concernente à relação técnicos/docentes, revela uma escala conflituosa entre as partes, em que definiu alguns docentes do Binacional como “*arrogantes*”, achando-se por vez “*superiores*” quando em relação aos técnicos. O nível dessas tensões leva à reflexão que tem como última instância o resultado aparente: desalinhamento, desconexão e desordem entre as partes, o que é lamentavelmente pouco benéfico para uma instituição que ainda é recente e tenta se manter diante da enormidade de fatos que tanto atentam contrariamente à continuação dessa Universidade fronteiriça do extremo-Norte.

Uma das poucas participantes do estudo que é proveniente do Oiapoque e, inclusive, formou-se na primeira turma de Direito que o *Campus* ofertou, já demonstra um dos avanços ocasionados pela adesão da UNIFAP ao REUNI. Logo, da oferta de vagas em Cursos que até então era um sonho distante dos moradores do extremo Norte do Brasil, tornou-se real e repercutiu na vida dessa pessoa e, certamente de sua família.

Interessante notar o interior do processo conturbado em que se deram os questionamentos pela sociedade oiapoquense, que assumiu um papel combativo a uma dinâmica instaurada de cima para baixo, na qual houve consulta e debates para abordar as problemáticas que cercavam o

Binacional. A postura adotada pelos munícipes exprime o exercício da cidadania, a luta por direitos, levando em consideração que a educação é um bem público.

Do ponto de vista político, as relações de poder e articulações políticas incidem no questionamento à retirada dos Cursos de Enfermagem e de Direito. O Prefeito de Santana, Sebastião [Bala] Ferreira da Rocha, é apontado pelo representante do Gestor do *Campus Binacional*, como uma das figuras a tentar arrematar os Cursos de Oiapoque para Santana.

Além disso, é útil a reflexão a respeito da oscilação dos parlamentares: ora aderiram à proposta de mudança, quando o contexto favorecia; ora se tornaram contrários ao processo então solicitado pelo Gabinete da Reitoria da UNIFAP – que sem consulta prévia ao corpo Docente, Discente e Técnico-Administrativo, atuou contra os interesses do Oiapoque. Tal ação política reflete a existência de representantes parlamentares descompromissados com as conquistas sociais, e sim mais interessados em se promover politicamente.

Esses Servidores tem histórias variadas, entretanto possuem ponto de encontro em um local específico no interior do vasto bioma amazônico na fronteira franco-brasileira. Os Técnico-Administrativos, reivindica Cury (2000, p. 105), são “um conjunto de servidores públicos devidamente organizados e regulamentados por regimento que tem por objetivo executar leis e objetivar as políticas governamentais.” Desse modo, a experiência e olhar crítico dessa classe fornece dados cruciais para o melhor entendimento dos dilemas e perspectivas que circundam o Binacional, Oiapoque-AP.

O exercício de funções técnicas é dotado de sentido prático e normatizado por orientações internas inerentes ao local em que desdobra atividade administrativa. Neste caso, o local é o Campus Binacional, Oiapoque/AP, território em que as informações coletadas dão conta que entreveros pessoais e burocráticos ocorrem, afetando bastante a dinâmica laboral exercida.

Dessa maneira, os T-A do Binacional relacionaram algumas das principais problemáticas que envolvem suas ações trabalhando em IFES de área transfronteiriça – suas experiências são úteis para compreensão do que representa o REUNI nessas circunstâncias, que parecem ter sido desconsideradas no momento da aplicação dessa política educacional.

4 RETRATO DO REUNI NA UNIFAP: (DES)ESTÍMULO À TRIÁDE ENSINO/PESQUISA/EXTENSÃO; QUAL A PALAVRA DA DÍADE DOCENTE/DISCENTE?

A presente seção tem como objetivo avaliar os desdobramentos do REUNI na UNIFAP/*Campus* Binacional, segundo a ótica de professores e alunos, tendo como problema de pesquisa a indagação: qual o *status* conferido à tríade Ensino, Pesquisa, Extensão no processo de implementação do REUNI, no *Campus* Binacional/UNIFAP?

Para consecução das intenções em epígrafe convém lembrar o *modus operandi* do Governo Federal na sua forma de expansão da Educação Superior, além dos limites dos grandes centros do País. No Amapá, sua Universidade Federal – UNIFAP, foi instituída pelo Decreto 98.977/90 (BRASIL, 1990), restringindo-se ao *Campus*-sede, Marco Zero, na capital do Estado, Macapá. Naquela mesma década de 90 a Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) criou dois Programas de Interiorização no *Campus* Norte, com sede em Oiapoque (UNIFAP, 2016).

Ao fazer referência ao *Campus* Binacional Oiapoque/AP, deve-se pontuar a questão fronteiriça inerente a essa unidade de ensino pesquisada. O mapa geopolítico apresentado a seguir resume a especificidade regional por se situar no Norte brasileiro, bem como ilustra a divisa com o território ultramarino francês, a Guiana Francesa:

Mapa 2 – O Oiapoque/AP como fronteira Norte do Brasil/Guiana Francesa



Fonte: Base Cartográfica Sirgas (2017). Disponível em: <https://irip.org.br>

Em conformidade com Tostes e Ferreira (2017), tanto Guiana Francesa quanto o Amapá – e o Oiapoque – são regiões periféricas que compreendem um corredor transfronteiriço que pode ser ainda mais aprimorado com a conclusão da BR-156 e a integração total do Brasil ao restante do Continente, por meio da ponte Binacional Brasil/França. Essa condição possibilita diálogo e permuta não somente de saberes, mas também de oportunidades e desenvolvimento sustentável, com reflexos socioeconômico, político-cultural e educacional, sobremaneira.

Uma vez ilustrada a conformação do espaço geográfico do *locus* de pesquisa, envereda-se pelos procedimentos teórico-metodológicos adotados. Após 17 anos de criação da UNIFAP, a União lançou o Programa REUNI (BRASIL, 2007), para reestruturar e expandir as IFES, ocasião em que a UNIFAP já contava com o *Campus* Santana (2005) e *Campus* Norte/Oiapoque (2007). Foi desta maneira que, após 23 anos de criação, e seis sob égide do REUNI em outras IFES, a UNIFAP recebeu proposta de adesão ao referido Programa, fato que se consumou com a aprovação da Resolução n. 01/2013-CONSU, que “transforma o *Campus* de Oiapoque em *Campus* Binacional” (UNIFAP, 2013), na fronteira franco-brasileira.

No sentido de consubstanciar objetivo e problema de pesquisa organizou-se o teor do texto da forma a seguir: discutiu-se o *status* conferido a Ensino, Pesquisa e Extensão ao longo da instalação do REUNI no *Campus* Binacional/UNIFAP. Da mesma forma, abordou-se o interregno 1990-2007, ocasião em que Oiapoque migrou da condição de município-sede do *Campus* Norte/UNIFAP, para assumir o papel de “campo de aplicação” do REUNI em território amapaense. Afinal, transcorridos dez anos (2013-2023) de implementação, o estudo culmina com os dilemas e perspectivas experienciados pela díade Docente/Discente, no *locus* de pesquisa.

Neste contexto, enfrentaram-se muitas dificuldades no desenvolvimento das atividades didático-científicas, em face da não concretização de objetivos contidos e não implementados no Projeto REUNI, no *Campus* Binacional. Neste caso, enfatiza-se a incipiência de sua infraestrutura física do aparelhamento tecnológico, de laboratórios, acervo bibliográfico, bem como a precarização do trabalho Docente e de Técnico-Administrativo, fatores que interferem tanto na relação professor/aluno, quanto no processo ensino-aprendizagem, prejudicando o desempenho das atividades discentes.

4.1 O *status* da tríade Ensino, Pesquisa e Extensão

A indissociabilidade Ensino/Pesquisa/Extensão é uma constante na Educação Superior brasileira, calcada em princípios neohumboltianos. Tal conexão estipula a complementação entre esses diferentes conceitos, considerados em paridade no processo de desenvolvimento do saber científico e deste para com a sociedade. Em sua tese de Doutorado Tauchen (2009, p. 112) delinea:

O ensino constituiu-se como base da instituição encarregada de transmitir o conhecimento profissional e cultural socialmente válido. Ironicamente, à medida que preservava sua hegemonia institucional, fundada no conhecimento, emergiam as demandas da sociedade industrial. A necessidade de novos conhecimentos científicos e tecnológicos, assim como novos ideais de universidade, balizou a inserção da pesquisa como mais uma atividade universitária. A universidade amplia sua relação com a sociedade, mas não assegura a integração. Na expectativa de realizar essa função e fortalecer seu compromisso social, incluiu-se a atividade de extensão.

Do ponto de vista cronológico – e histórico – Tauchen (2009) sintetiza as fases das atividades praticadas na Universidade. Evidentemente o Ensino está na origem desta instituição, dado que era a partir dele que os saberes eram passados. A Pesquisa aparece em uma fase posterior atrelada à necessidade de outros conhecimentos científicos e tecnológicos a serem utilizados no âmbito econômico. Nessa época o modo de produção capitalista ganhava forma e, então, exigia esforço visando à afirmação da sociedade do capital, mas Economia precede à Educação, quando deveria ser ao contrário e diante disso, ajudar a constituir uma sociedade igual para todos. A Extensão surge como um dos últimos avanços das atividades feitas pela Universidade, estabelecendo uma relação com a sociedade em que a responsabilidade social é interesse-mor.

No Brasil, o contexto histórico que culminou na combinação Ensino/Pesquisa/Extensão remete a desdobramentos com a criação da Universidade do Rio de Janeiro e da Universidade de São Paulo. Na primeira, porém, o Decreto que criou a instituição fluminense não contemplava a pesquisa, seguindo o modelo francês, enquanto nesta última, a Revolução Constitucionalista de 1932 favoreceu a criação da universidade em solo paulistano, onde pesquisa era uma das atividades centrais, tendo como influência a Universidade de Berlim. (TAUCHEN; FÁVERO, p. 2011).

Salienta Maciel (2010, p. 180) “[...] com relação ao ensino e à pesquisa, será na Reforma Universitária, Lei 5.540/68, que aparecerão pela primeira vez como funções associadas da Universidade, em que pese o contexto mais amplo ser desfavorável”. Alcançando, conseqüentemente, *status* legal as duas atividades, em conjunto, na Universidade brasileira.

A introdução da Extensão como atividade a ser desempenhada no âmbito universitário pode ser compreendida a partir da descrição feita por Gonçalves (2015, p. 1233). A autora afirma que, primeiramente, Extensão no Brasil desde muito foi lida como modo de dissipar o conhecimento junto à sociedade, como assistência à população carente, além de ter ligação aos planos de desenvolvimento da ditadura militar. Todavia, literalmente consta que:

Mais marcadamente a partir do final dos anos de 1970, o processo de questionamento da ditadura e de posterior redemocratização do país foi acompanhado de fortalecimento dos movimentos sociais, com proposições de maior abertura política, mas também acadêmica, atribuindo-se à educação um papel fundamental, e às Universidades funções sociais e políticas, o que necessariamente envolve a Extensão.

A influência de fatores e experiências externas marcaram a combinação entre as atividades de Ensino e Pesquisa nas universidades públicas brasileiras; já a Extensão emerge na conjuntura política pós-governo ditatorial civil-militar, em que a democracia se renovava no País, adquirindo papéis político-sociais e somando nova formatação. Do ângulo institucional, a tríade universitária obteve sustentação no ordenamento jurídico com a Constituição Federal de 1988, Artigo 207: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL/CF, 1988, p. 174). Daí exige-se a construção de uma prática científico-acadêmica que equilibre esses diferentes aspectos, possibilitando uma formação ampla.

Explicitada a complexa rede que liga os três diferentes eixos inclusos no “pacote” que reflete a missão da Universidade pública federal, parte-se para a demonstração do *status* da tríade, no Brasil. A seguir, consta o exame das políticas direcionadas a esse princípio indissociável presente na Educação Superior brasileira ao longo das últimas décadas e, mais recentemente, com as políticas que afetaram drasticamente o desempenho das IES.

Em Tese de Doutorado que versa a respeito do tema *O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: um balanço do período 1988-2008*, a pesquisadora Alderlândia da Silva Maciel (2010) traça a rota que seguiram o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, desde a Constituição Federal de 1988 até o ano de 2008. Para tal feito, evidencia o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), entidade que primeiro fez proposições estruturando tal princípio, discutindo as propostas de Universidade brasileira e destacando também as políticas educacionais instituídas no decorrer dos governos dos presidentes da República Fernando Henrique e Lula da Silva.

Em resumo, no Governo FHC, como esclarece Maciel (2010, p. 167), as políticas adotadas ao longo dos oito anos que presidiu o País, foram pouco benéficas para a tríade em consideração, ancorada nos desígnios e orientações do Banco Mundial que, dentre outras coisas, objetivava imprimir a privatização da Educação Superior em toda América Latina, inclusive o Brasil:

Observa-se que as reformas na educação superior durante o octênio FHC contribuem muito para dissociação do ensino, pesquisa e extensão enquanto parâmetro de organização e funcionamento das Instituições de Ensino Superior no Brasil, e que as políticas públicas educacionais são pautadas, em sua grande maioria, por orientações mais amplas, como as do Banco Mundial, por exemplo, que se fundamenta no documento *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* (1995), que sistematiza orientações para diferenciação institucional, diversificação de fontes (de recursos) e privatização para educação superior na América Latina.

A gestão de Lula/PT, ocorrida na sequência da de FHC/PSDB, como pertencente a espectro político oposto, logo no princípio sugeria outra perspectiva de atuação governamental. Não obstante, deu prosseguimento aos direcionamentos processados pelo ideal neoliberal, empreendendo medidas que garantiram a política de expansão da Educação Superior – em frentes diversificadoras e privatistas.

Por exemplo, emergem leis como a que criou a Parceria Público-Privada (PPP); o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); Decreto que favoreceu a abertura das Universidades ao capital internacional; o Programa Universidade para Todos (PROUNI), dentre outros (MACIEL, 2010, p. 169-170).

Ainda que proveniente da classe trabalhadora, sindicalista e militante, Lula adotou política até certo ponto vinculada ao governo de seu antecessor. Embora acompanhando a “barca”, o Governo do petista produziu alguns avanços na Educação Superior. A autora destaca que:

Por outro lado, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como parâmetro fundamental para organização e funcionamento das Instituições de Ensino Superior se distancia da realidade, seja pela flexibilidade de criação das IES seja pelas condições concretas de viabilidade, principalmente nas IES públicas que buscam – em algumas condições pautadas pela própria legislação, como é o caso da Lei de Inovação Tecnológica, e Parceria Público-Privada, por exemplo – nas empresas privadas condições de realizar suas funções (MACIEL, 2010, p. 177).

Em que pese a contribuição do ANDES-SN para a forma que atingiu o princípio de indissociabilidade, Maciel (2010, p. 181) destaca que, mesmo que Ensino, Pesquisa e Extensão estejam presentes na CF/1988, Art. 207 e na Lei de Diretrizes e Bases - LDB/1996, tal princípio

não está bem exposto, abrindo precedentes que só leis complementares poderiam definir a dinâmica da tríade humboldtiana no interior da Universidade brasileira. É nessa dinâmica que a legislação na própria LDB prevê os controversos Centros Universitários, cuja ênfase recai sobre o Ensino, em detrimento dos outros elementos. Para a autora, é por esse e outros motivos que:

somente cerca de 3% das 2.252 praticam a associação ensino-pesquisa-extensão e somente cerca de 17% do total de alunos matriculados no total de IES viveriam, durante sua formação, a experiência dessa associação ou de universidades de pesquisa, os demais cerca de 83% formando-se em universidades de ensino.

A exposição desses dados estatísticos impressiona pelo pouco impacto positivo que gerariam em 17% de discentes que passariam pela experiência que combina Ensino, Pesquisa e Extensão. Sobretudo, é demonstrativo da ineficiência nacional em fazer valer a legislação, de cumprir um princípio valoroso que garante formação ampla e complexa.

Nesse prisma, a Educação em sua amplitude parece limitada a poucos estudantes brasileiros que frequentam a Universidade. (MACIEL, 2010, p. 182). Contudo, a pesquisadora admite a relevância de 3% de instituições ofertarem a tríade universitária humboldtiana em suas atividades, dado o fato de representarem os centros de produção científica mais relevantes do Brasil. Ainda assim, o foco é mais na Pós-Graduação do que na Graduação em geral:

Por outro lado, apesar da pouca extensão, do ponto de vista quantitativo, do número de instituições e de matrículas de graduação, não se pode deixar de considerar que esses 3% representam as universidades mais importantes do país, em especial pela pós-graduação *stricto sensu*, pelo volume e importância da pesquisa e da própria extensão que desenvolvem, embora muitas delas somente cumpram o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no nível da pós-graduação.

Apesar disso, é justo o questionamento acerca da pouca efetividade da política de Pesquisa e Extensão. Decerto, o reconhecimento das principais instituições que concentram essas atividades é válido, entretanto, o direcionamento da reflexão deve prosseguir no sentido de indagar o seguinte:

As Universidades afastadas e distantes dos grandes centros do País, emergentes, não mereceriam que vigorasse a tríade Ensino/Pesquisa/Extensão? Em resposta a essa indagação, deve-se considerar que a não efetividade impossibilita a formação de discentes na Graduação e pouco contribui para potencializar conhecimento e produção acadêmico-científica, por parte de docentes e discentes.

Mais recentemente no Brasil pós-Lula (2003-2010), após o *impeachment* da ex-Presidente Dilma Roussef, assumiu a Presidência o até então seu Vice-Presidente, Michel Temer. Tal instabilidade política alimentou a possibilidade de o pejorativamente designado “baixo clero” da Câmara dos Deputados, conquistar parte do eleitorado brasileiro e alcançar o posto mais elevado do Executivo Nacional - a Presidência da República. Assim, Jair Messias Bolsonaro elegeu-se em 2018. Araújo e Macedo (2022, p. 13), em relato técnico, exibem o cenário ocasionado:

O conjunto de iniciativas do governo Bolsonaro podem ser vistas como um processo sistemático de desmonte das políticas públicas de educação superior pública. Os cortes expressivos de orçamento implicando em dificuldades para o funcionamento das instituições, os cortes nas agências de fomento à pesquisa e pós-graduação impactando fortemente todo o sistema de produção do conhecimento e de formação associados aos ataques às políticas de inclusão acentuando as históricas desigualdades de acesso e de oportunidades educacionais, o desrespeito ao processo democrático das IFES, o discurso permanente de desqualificação das instituições apresentando-as como perdulárias e de baixa produtividade (temas não tratados neste artigo mas que fazem parte da agenda de desmonte) consolidam um cenário de contínua degradação das atividades.

Uma vez expressas nesse fragmento de texto as ações do Governo Federal no mandato do agora já ex-Presidente da República, constata-se que a administração da educação no período sofreu significativos impactos que incidem diretamente na tríade Ensino, Pesquisa e Extensão. Os cortes no Ministério da Educação tocaram em todas as áreas da Universidade.

Não apenas a tríade universitária, que possui amparo legal, mas políticas de acesso e permanência, a Pós-Graduação, até os discursos proferidos que colocaram em xeque a Universidade, refletem as (in)ações do Governo Bolsonaro. À medida que a referida gestão não se constitui no objeto deste estudo, outras pesquisas precisam ser levadas a efeito.

O *status* da tríade Ensino, Pesquisa e Extensão solicita especial atenção. Pede-se, necessariamente, a construção ou reconstrução da política educacional brasileira, no que tange ao cumprimento desse princípio. A expansão dessas atividades, que são indissociáveis, beneficiará a produção do conhecimento científico, a formação de discentes e docentes, a dissipação do conhecimento revertido a sociedade calcado em políticas públicas, por exemplo. Isso só será possível se todas as instituições tiverem a possibilidade de fazer valer tal princípio.

4.2 Oiapoque/AP: de sede do *Campus* Norte/UNIFAP a campo de aplicação do Programa REUNI (1990-2007)

O Inciso III, da Constituição Federal/1988, carrega teor sobre a redução das desigualdades sociais e regionais. Dessa garantia legal reflete a expansão da Educação Superior atender parte da população desassistida, por residir nos mais longínquos lugares, ofertando número de vagas em cursos que atendam às demandas regionais e locais, além de promover desenvolvimento científico e tecnológico que a sociedade atual exige para seu pleno funcionamento, com mecanismos seguros de acesso e permanência que responda às expectativas das áreas em carência.

Mesmo que tardio, o direito constitucional à Educação Superior espraiou-se ao Amapá com a criação da UNIFAP, em 1990. Inicialmente contava-se apenas com o *Campus* Marco Zero, na capital – Macapá, porém estendeu-se para o interior do Estado, alcançando a fronteira Norte, em Oiapoque, com desdobramentos explorados no decorrer do texto. Por ora eis uma breve contextualização do referido município que no Brasil Colônia fazia parte da Capitania do Grão-Pará. No início do século XVI, os portugueses da América travaram lutas com outros europeus, para estabelecer domínio territorial ao sul do rio Oiapoque - na época conhecido como rio Vicente Pinzón - e ao norte do rio Amazonas, para expandir os impérios colonizadores que cada grupo representava, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2017).

Ainda conforme IBGE (2017), o município de Oiapoque originou-se da morada de um mestiço, em data que não se pode precisar, de nome Emile Martinic, o primeiro habitante não-índio da localidade, que então passou a ser conhecida como "Martinica"; e ainda hoje não é raro ouvir essa designação, notadamente de habitantes mais antigos. Em 1907, o Governo Federal criou o Primeiro Destacamento Militar do município, que servia de abrigo a presos políticos, o qual anos depois foi transferido para Santo Antônio, atual distrito de Clevelândia do Norte, com a denominação de Colônia Militar. Para consolidar a soberania nacional sobre as áreas limítrofes, face ao contestado franco-brasileiro, foi então erguido um monumento à Pátria, indicativo do marco inicial do território brasileiro.

De acordo com Souza, M. (1995) a criação de Oiapoque ocorreu na data de 23 de maio de 1945, ocasião em que as terras do Amapá haviam sido desmembradas do Pará, constituindo o então Território Federal do Amapá, *status* jurídico-administrativo no qual permaneceu desde 1943 até que a CF/1988 o elevou à categoria de Estado, à semelhança do ocorrido a Roraima. Situado no extremo setentrional do Brasil, a condição periférica no âmbito nacional e o estabelecimento de

relações transfronteiriças na vida cotidiana da população compõem os elementos fundamentais para a caracterização do contexto regional. Caboclos e índios de várias origens, negros e *créoles* oriundos do Caribe ou da Amazônia, constituíram outras formas de pertencimento e, decerto, não se consideravam portugueses, franceses ou brasileiros, evidenciando que a disputa geopolítica se deu na área diplomática e política.

No que concerne às atividades econômicas, Souza, N. (1999) menciona que no setor primário destacam-se a agropecuária e a extração mineral; no secundário, artesanato e madeiras; no setor terciário, há o comércio entre os próprios moradores do município e os comerciantes do lado francês, o que é fomentado pela entrada de produtos a preços competitivos oriundos de Saint Georges e de Clevelândia.

A região do Oiapoque esteve, durante um longo tempo, como um território sem clara definição geopolítica ou um “não lugar”, ressaltando-se que no caso dos dissabores entre portugueses e franceses no século XVII, na foz do rio Amazonas em Macapá, firmou-se a dominação dos lusitanos naquelas águas e terras até as proximidades do rio Araguari. O Tratado de Utrecht, estabelecido diplomaticamente em 1713, procurou limitar a soberania da França ou de Portugal sobre essa região, concebida como “zona neutra” ou “espaço-tampão no norte do Amapá” (ROMANI, 2010, p.3). Tratava-se de território contestado a partir do século XVIII, que só foi definido em 1900, com a assinatura do Laudo Suíço.

Com o advento dos anos 1960, registrou-se fluxo migratório para Macapá e Oiapoque, região norte do Estado do Amapá. O local passou a receber brasileiros oriundos das diversas regiões do Brasil, muitos dos quais utilizavam Oiapoque como meio para se deslocar a regiões de garimpo na Guiana Francesa e Suriname, e como fonte de mão de obra para impulsionar o processo de construção da Base Aeroespacial de Kourou/Guiana Francesa, que tivera início na referida década. (SOUZA, C., 2014). O autor cita que na composição da população do Município do Oiapoque, além dos povos indígenas de diversas etnias, habitam homens e mulheres oriundos de vários Estados do Brasil, principalmente do Pará e do Maranhão.

Percebe-se que a questão cultural, na qual a diversidade de etnias caracteriza a forma de vida das populações em áreas fronteiriças, é bem presente no cotidiano de uma cidade com essas características, uma vez que a interculturalidade passa a influenciar no comportamento das pessoas e, conseqüentemente, na cultura dessa região, como no caso de Oiapoque. Assim, várias

instituições de ensino, sejam federais, estaduais, municipais ou privadas, precisam perceber essa diversidade de culturas para a constituição e consolidação do processo educativo.

No panorama ora em destaque, alunos dessa fronteira vivenciam uma diversidade cultural significativa, tal como o contato com a música francesa, danças, música brasileira regional, com as diversas línguas faladas na fronteira, o folclore local, jogos e outras tecnologias. Costa (2000) entende que a instituição escolar precisa abrir suas portas e permitir que as identidades culturais possam emergir e favorecer movimentos de articulação e integração.

Para tanto, é importante construir um currículo escolar integrador das manifestações culturais e traços particulares destes cidadãos brasileiros e cidadãos de dupla nacionalidade. A problemática da Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e a crítica para com relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira.

Neste contexto, há que se oferecer ao aluno a possibilidade de compreender que o Brasil é um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal. Para que isso aconteça, é mister preparar o estudante no sentido de lidar com os temas atuais da sociedade, o que constitui condição indispensável para tratar com questões cada vez mais interligadas e que se modificam rapidamente, como as culturais.

Registra-se que os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL/PCN, 1997) dão ênfase à pluralidade cultural, sendo que o currículo escolar é um documento que deve ser construído e organizado com base nessa pluralidade. Deve-se considerar que em uma proposta curricular voltada à cidadania, a Pluralidade Cultural ganha especial significado, por propiciar elementos para que a criança estabeleça relações entre a democracia, a consolidação do pleno cumprimento de direitos, a coexistência de diferentes grupos e comunidades, e sua própria vida, no cotidiano.

Vieira (2002) contribui à questão defendendo que aqueles que participam da educação escolarizada são seres com uma bagagem prévia de crenças, significados, valores, atitudes e comportamentos adquiridos fora das escolas. Assim, educação intercultural pressupõe a intenção da interação e exige uma revisão dos métodos e dos conteúdos de ensino-aprendizado para que sejam contemplados aspectos da vida multicultural.

Perante o horizonte multifacetado ora delineado, nos anos 1990 a UNIFAP insere-se naquele mosaico geopolítico socioeconômico-cultural num processo de expansão fronteira-Norte

adentro. Floresce, então, o “I Projeto Norte de Interiorização,” que refletia um convênio firmado com o Governo do Estado do Amapá e as Prefeituras Municipais (UNIFAP, 2004). Desta maneira, então, estava dada a “largada” para o crescimento de uma Instituição Federal de Ensino Superior recém-instalada na Região Norte brasileira.

Esse primeiro Programa de Interiorização da Universidade Federal do Amapá teve o mérito de permitir a criação do “II Programa de Interiorização”, para o atendimento de uma demanda específica de professores da rede estadual e municipais de ensino. A medida que se faz representar neste momento transcendeu ao acolhimento do público proveniente do Ensino Médio, fato que gerou oportunidades ao *hinterland*, na aquisição de habilitação para as exigências do mercado de trabalho vigente, no que concerne à área da educação escolar.

O presente texto procurou retratar o processo de interiorização da Educação Superior no Estado do Amapá, sob a chancela da Universidade Federal do Amapá. No que se refere à expansão desse nível de ensino, é imprescindível fazer constar a peculiaridade de haver ocorrido em território de fronteira – no caso a franco-brasileira, aqui representada pelo *Campus* Binacional-Oiapoque/AP, área de difícil acesso, decorrente da pavimentação inacabada da BR 156, que se prolonga por intermináveis sessenta anos, representando um lamentável recorde, típico das disparidades regionais que grassam em nosso País. Esse é o cenário do então *Campus* Norte/UNIFAP, atualmente denominado de Binacional, *locus* da pesquisa levada a efeito, a seguir descortinado.

4.3 *Campus* Binacional-Oiapoque/AP: dez anos depois (2013-2023)

O Presidente Lula, na ocasião da assinatura da Declaração Conjunta, propôs a criação de um Centro de Estudos e Pesquisas sobre a Biodiversidade na cidade de Oiapoque. O objetivo então traçado era o de desenvolver a cooperação universitária e científica, pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia, e para essa iniciativa teria que contar com a parceria entre a UNIFAP e outras instituições.

A partir de tal premissa essa realidade foi ratificada no ano de 2009, por meio do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo brasileiro e o francês, o que ganhou publicação no Diário Oficial da União no dia 8 de janeiro de 2009, manifestação que instituiu o Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica:

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) apresentou um pré-projeto do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica em reunião realizada no dia 17/05/2009 no Ministério das Relações Exteriores – MRE. A UNIFAP teve acesso oficial a esse pré-projeto, no dia 21 de maio de 2009, através do FAX/MEC/AI/Nº 91/09 da Assessoria Internacional do MEC, para manifestar parecer. A manifestação da UNIFAP sobre o pré-projeto foi apresentada em reunião ocorrida no MCT em 02 de junho de 2009, com representantes do MCT, Ministério da Educação, Ministério das Relações Exteriores-MRE, Instituto Brasileiro da Amazônia-IBAMA, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade-ICMBIO e Governo do Estado do Amapá. (UNIFAP/PPD, 2013, p. 7).

Tal articulação que envolveu a participação de uma variedade de sujeitos, representou os primeiros passos com vista a conciliar interesses e constituir estrutura mínima ao futuro *Campus* Binacional de Oiapoque/AP. Uma vez criada em 1990, então decorridos 21 anos, em 2011 a UNIFAP ainda se encontrava em processo de Interiorização, com o então *Campus* Norte em Oiapoque, o qual ofertava apenas um Curso em regime modular – Curso Superior Intercultural Indígena. Assim é que nesta linha do tempo só em 2013 ocorre a efetivação do assim denominado *Campus* Binacional, iniciando-se a edificação de novas estruturas, com o propósito de:

ampliar a capacidade do *Campus* e receber novos cursos. Através da Resolução 01/2013 do CONSU/UNIFAP, o então *Campus* Norte é transformado em *Campus* Binacional, instituindo 7 novos cursos: Letras-Francês, História, Geografia, Pedagogia, Ciências Biológicas, Direito e Enfermagem, que tiveram o ingresso das primeiras turmas no primeiro semestre de 2014. (UNIFAP, 2016, p. 5).

Realizou-se, então, um dos objetivos primordiais promovidos pelo REUNI, quando de sua criação pelo Estado brasileiro no ano de 2007, na Região Norte, fronteira do Brasil. É um marco para Educação Superior do Amapá e, em especial, de Oiapoque, local estratégico que concentra grande diversidade étnico-racial e sociocultural. O momento que ora se reserva ao *Campus* Binacional da Universidade Federal do Amapá, no Município de Oiapoque, se direciona ao nível da realidade, potencialidades e desafios da educação nessa fronteira franco-brasileira. Tal aspecto gerou um processo intenso de migração e de mudanças no campo socio-educacional, desde a implantação do *Campus*, abalando toda a dinâmica da cidade, que requer infraestrutura adequada de funcionamento, pois induz aos demais setores direta ou indiretamente relacionados:

Podemos afirmar que o município com características tão peculiares precisa de pessoas engajadas em projetos educacionais, culturais e relativos ao patrimônio. Isso considerando também que a cidade tem problemas relacionados à infraestrutura, saneamento básico - e dependendo do período do ano (em consequência das fortes chuvas que precipitam na região amazônica) - apresenta também dificuldades quanto ao abastecimento de bens de consumo da comunidade do extremo norte do Brasil. (CORREA; ALVES, 2016 p. 6).

Ancorada na premissa anunciada, a UNIFAP cumpre papel fundamental na área da educação, em Oiapoque, com a instalação do *Campus* Binacional em 2013. Um dos fundamentos de sua existência reside na formação de profissionais na área da educação que atendam às necessidades dos municípios das redondezas no desenvolvimento de pesquisas próprias e em acordo de cooperação técnico-científica.

Um primeiro ponto nesse sentido tratou-se de formação de profissionais habilitados para atuar em uma das poucas universidades públicas com oferta de ensino superior de natureza específica a populações indígenas. Assim, criado desde 2007, o Curso Superior Intercultural Indígena, passou a designar-se Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, para formar professores com essa etnia, qualificados a ministrar aulas em escolas indígenas, respeitando as especificidades cultural e linguística, bem como as manifestações tradicionais das etnias contidas no Município de Oiapoque.

No que diz respeito à Educação Básica ministrada em Oiapoque, no momento da instalação do *Campus* registrava-se lacuna no número de profissionais bem formados ao atendimento às exigências estipuladas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96. A demanda estava expressa nas mais diferentes áreas de formação de profissionais em distintos campos do conhecimento. Assim é que se passou a ofertar os já referidos sete novos Cursos: Ciências Biológicas, Direito, Enfermagem, Geografia, História, Letras e Pedagogia, com distintas formas de justificativa:

A UNIFAP a cada dia desenvolve trabalhos com foco para o desenvolvimento da região de fronteira. Na universidade existem profissionais técnicos, especialistas, mestres, doutores que com o passar do tempo na cidade e o maior conhecimento das questões transfronteiriças propõem estratégias para a formação humana, intelectual e profissional do município. Ao se compreender as especificidades, torna-se mais viável a resolução de problemas educacionais já vivenciados há longo tempo. A consolidação da universidade no município é marco para as pessoas que durante muito tempo achavam que as políticas públicas na fronteira não teriam efeito. No município há um grande número de estudos, temáticas ainda inexploradas, inéditas em todas as áreas de conhecimento, se consideramos que a maior parte das pesquisas já realizadas e publicadas não contemplam todas as áreas e saberes desta parte da região amazônica, assim como de outras do Brasil. (CORREA; ALVES, 2016, p. 6).

A Universidade Federal do Amapá, por meio do *Campus* Binacional, está consolidando trabalho no sentido de pesquisas para a formação de profissionais em Ciências Humanas e na área da Saúde, inclusive implantando projetos de atividades de Extensão na comunidade de Oiapoque.

Suas atividades não se esgotam nesse sentido, pois apresenta acordos internacionais e transfronteiriços, consolidando termos de cooperação com os países do território conhecido como Platô das Guianas: Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela. Esses acordos geraram o fomento de atividades conjuntas que têm o intuito da mobilidade acadêmica, além de publicações bilíngues e promoção de eventos internacionais. Vale citar que:

devido à proximidade e à relação favorável entre a UNIFAP e a Universidade da Guiana Francesa, alguns eventos são mais frequentes, e em todos que já ocorreram, a participação de acadêmicos foi fundamental e bem representativa. Entre eles, pode-se citar neste ano de 2016, a Jornada de estudos *Circulation des individus, des savoirs et des pratiques culturelles dans le Plateau des Guyanes / Circulação de indivíduos, saberes e práticas culturais no Platô das Guianas*; em 2015 o *1er Rencontre Interuniversitaire de Lèttres UNIFAP et UG: 1ere Semaine de Lèttres du Campus Binational de l'Oyapoque: Échange Culturel des langues et littératures/ 1º Encontro Interuniversitário de Letras UNIFAP e UG: 1ª Semana de Letras do Campus Binacional de Oiapoque: Intercâmbio Cultural de Línguas e Literaturas* e o *1er Séminaire International de Criminologie de l'Oiapoque: Droits Humains et Système Pénitentiaire* oul Seminário Internacional de Criminologia do Oiapoque: Direitos Humanos e Sistema Penitenciário. (CORREA; ALVES, 2016, p. 6).

Os eventos ora relacionados são alguns que tiveram repercussão nacional e internacional. Porém, não se pode desconsiderar que na fronteira com a Guiana Francesa ainda se limita à liberação de acadêmicos, pesquisadores e professores do *Campus* Binacional naquele país, o que é contraditório com os acordos assinados, sob alegação de invasões nas áreas de garimpo.

Neste ponto torna-se imprescindível considerar que a integração nacional é uma premissa dos acordos. Desta maneira, não se pode esperar tanto tempo para que os acadêmicos e pesquisadores possam ter acesso direto, no sentido de ampliação das pesquisas, em favor do desenvolvimento de ambos os países.

Vale ressaltar que as potencialidades dessas regiões fronteiriças estão asseguradas nas performances dos indivíduos que atuam nas áreas educacionais e de pesquisa, fato que carrega enorme responsabilidade no estreitamento das ações das universidades da Guiana Francesa com o *Campus* Binacional/Universidade Federal do Amapá. Cumprir Acordos requer séria responsabilidade de condução conjunta de projetos que pretendam viabilizar não somente a qualidade do ensino superior ofertado nas fronteiras, sobretudo no desenvolvimento social, cultural e econômico de toda a região, sendo subsídios de implantação de políticas públicas que visem à redução das desigualdades sociais tão criticadas ultimamente:

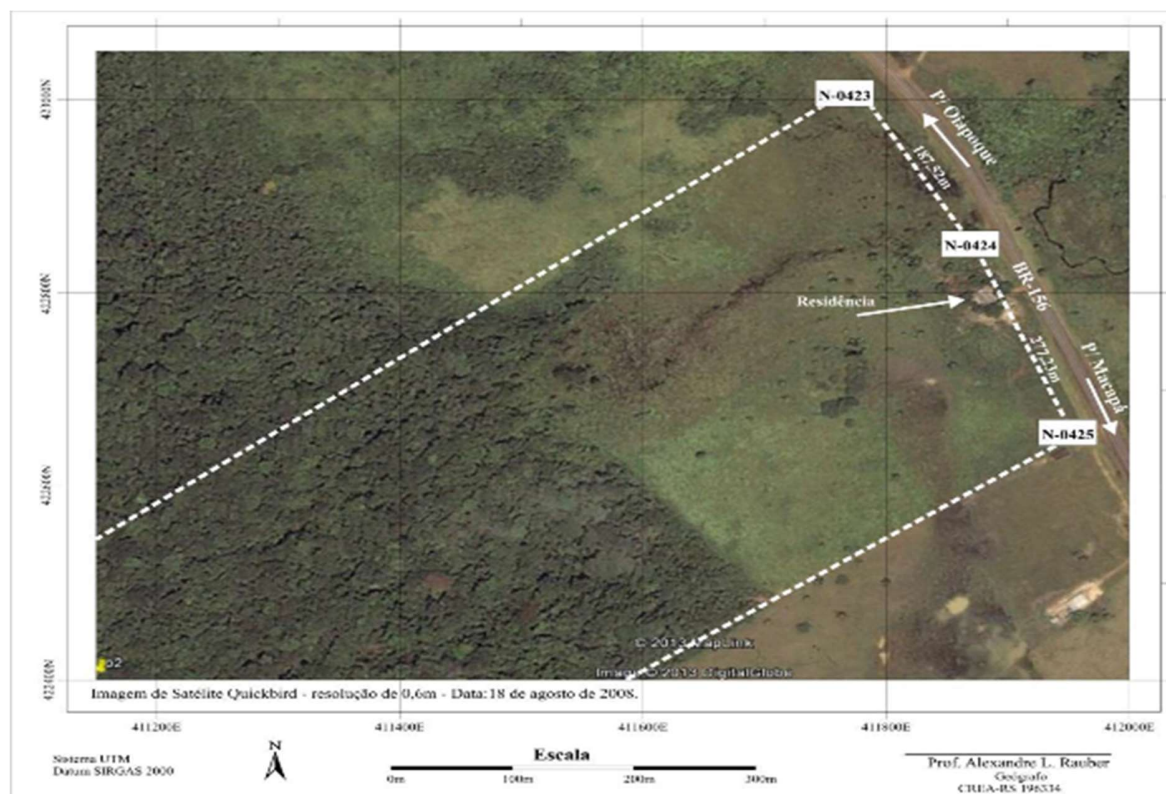
Na fronteira de Oiapoque, assim como em outras pelo Brasil, várias questões já foram apontadas neste sentido, algumas até diagnosticadas, mas falta ainda a efetiva aproximação de atores sociais, que possam fazer circular os saberes, os conhecimentos das comunidades tradicionais da região – com respeito aos seus costumes, crenças e identidade cultural - , assim como a contribuição das outras culturas para a formação de uma sociedade equilibrada politicamente, com opinião e capacidade de pensar as dificuldades não como problemas locais, mas como desafios universais. É exatamente neste ponto que concluímos: o investimento na formação de profissionais para atuar na região deve continuar em parceria com instituições, sejam elas brasileiras ou estrangeiras, mas com o intuito de se aliar ao poder público em todas as escalas: municipal, estadual ou federal. E a instituição que deve representar esta ligação na fronteira entre os setores educacionais é a universidade, para a resolução de problemas primários ligados à qualificação profissional, estes que retardam o desenvolvimento regional, e também para sinalizar por meio da pesquisa e extensão as demandas da sociedade local. (CORREA; ALVES, 2016, p. 11).

Nota-se nesta reflexão que a UNIFAP, *Campus* Binacional-Oiapoque, granjeou uma relativa inserção no entorno da fronteira Norte do País, com o desenvolvimento de algumas de suas potencialidades, das quais não se há de prescindir. Não que se pretenda descartar a internacionalização, as parcerias e acordos internacionais, o que já se discutiu anteriormente sobre sua importância. Trata-se de coerência com os objetivos para os quais foi instalado um *Campus* de natureza fronteiriça.

Vale ainda indicar que o projeto de construção de novos espaços físicos do *Campus* Binacional do Município de Oiapoque tem caráter de garantir a expansão universitária ao nível tanto de Graduação quanto de Pós-Graduação. Torna-se evidente que não se deve esgotar nesse patamar, em decorrência do que consta estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que apresenta uma visão futurista, à proporção que deve planejar para anos posteriores de implantações e implementações.

Assim é que, o *Campus* Binacional, que ainda se encontra em fase de expansão para congregar aproximadamente 1.000 alunos, 80 professores e 30 técnicos, apresenta uma estrutura física dotada de 15 salas de aula, 10 laboratórios, sendo 6 já implantados e 4 em processo de implantação, além de biblioteca, auditório, diversas salas administrativas e banheiros com acessibilidade. Acrescenta-se a construção de dois novos blocos de três pavimentos, situação que amplia a disponibilidade da infraestrutura do *Campus*:

Mapa 3 – Planimétrico de detalhe sobreposto à imagem de Satélite Quickbird, evidenciando o desflorestamento junto à testada da área da BR156 (2018)



Fonte: elaboração do Prof. Dr. Alexandre Rauber. Inc: UNIFAP/PPD, 2016.

Em análise ao Mapa 1 observa-se a característica única que possui o *Campus* Binacional do Oiapoque de possibilitar o compartilhamento de saberes na área de fronteira Brasil/França, constituindo oportunidade de desenvolvimento para ambos os países. No entanto, o esforço governamental é crucial para a manutenção e o aproveitamento dessa especificidade (fronteira franco-brasileira, logo, fronteira do Brasil com a União Europeia), a benefício da sociedade amapaense em geral, e da população do Oiapoque, em específico.

No cenário ora retratado desenvolveu-se a pesquisa de campo respaldada em arcabouço teórico que trilhou desde a indissociabilidade da tríade Ensino/Pesquisa/Extensão e enveredou pela instalação do REUNI em solo amapaense, culminando com a instauração do *Campus* Binacional-Oiapoque, que agora em 2023 completa dez anos, no decurso do qual reúne um corpo docente/discente que soma vicissitude típicas de quem coexiste com as demandas de IES em expansão, com a peculiaridade diária de fronteira. Doravante, expõem-se os procedimentos metodológicos que embasaram a abordagem a professor e ao aluno ali situados, desenvolvendo suas respectivas atividades.

4.4 *Campus Binacional-Oiapoque: dilemas e perspectivas sob o prisma de Docentes e de Discentes*

O método implica, para Marx, uma determinada posição do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele suas múltiplas determinações (NETTO, 2011, p. 55). Marx não trabalhava com definições. Em sentido inverso às abstrações mais tênues, as determinações mais simples vão sendo carregadas das relações e das dimensões que objetivamente possuem e devem adquirir para reproduzir as múltiplas determinações que constituem o concreto real. Dessa forma, deve-se manter a indissociável conexão que existe em Marx entre a elaboração teórica e formulação metodológica, pois nela encontramos plenamente articuladas três categorias: Totalidade, Contradição e Mediação.

Na concepção marxista, conforme Netto (2011), a Totalidade concreta e articulada é a própria sociedade burguesa, que é dinâmica e seu movimento resulta no caráter contraditório. Nesta perspectiva, por meio da categoria da Contradição pode-se fazer uma reflexão teórico-prática sobre a realidade educacional concreta, pensada e compreendida em seus mais diversos e contraditórios aspectos. A sociedade capitalista está estruturada em classes sociais antagônicas, nas quais a burguesia é detentora dos meios de produção e o proletariado, detentor da força de trabalho. A luta de classes como dinâmica de enfrentamento, resistência e disputa entre a burguesia e a classe trabalhadora, pouco aparece na implementação das Políticas Públicas.

Nesse caso, o REUNI, objeto de estudo dessa pesquisa, também pode ser analisado à luz da Mediação da luta de classes, pois na trajetória do Projeto original apresentado pelo Governo Federal, em 2004, até o Projeto final houve três reformulações. Trata-se do resultado das pressões dos movimentos sociais e segmentos organizados da classe trabalhadora, dentre as quais constam os docentes das IFES, com seu sindicato Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior/ANDES-SN.

Em relação à ênfase na análise de dados escolheu-se o *tipo de pesquisa* qualitativa, por ser uma apreciação interpretativa profunda do objeto que permite que sejam levadas em conta a complexidade e as especificidades. Semelhante forma de abordagem tem sido utilizada para “descrever uma situação social circunscrita (pesquisa descritiva), ou para explorar determinadas questões (pesquisa exploratória), que dificilmente o pesquisador que recorre a métodos quantitativos consegue abordar”. (DESLAURRIERS, 2010, p. 130). Por se tratar de fenômeno

estritamente social e possuir em torno de tal problemática singularidades e análise de caso complexo, esse tipo de pesquisa é utilizado para o exercício da pesquisa científica.

A *técnica de pesquisa* eleita corresponde ao Estudo de Caso. A respeito dessa opção, Dooley (2002, p. 343-344) menciona que estudiosos recorrem a essa modelagem, no sentido de “desenvolver teoria, para produzir nova teoria, para contestar ou desafiar teoria, para explicar uma situação, para estabelecer uma base de aplicação de soluções para situações, para explorar, ou para descrever um objeto ou fenômeno.” O estudo em foco busca acessar formas desenvolvidas pelos sujeitos para solucionar problemas atinentes à aplicação do REUNI no *Campus Oiapoque*.

Consequentemente, a técnica de investigação proposta pelo Estudo de Caso assume lugar de evidência para a metodologia científica de um estudo, utilizado na compreensão de fenômenos atuais que fazem parte de determinada conjuntura da nossa vida. É com a escolha desse meio específico que será feita a elucidação do problema de pesquisa e a análise dos dados de empiria coletados junto a Docente e Discentes, observando o respeito ao anonimato.

Registra-se que o contato ocorreu por meio eletrônico, com o recurso do *e-mail*, à medida que o período determinado para o cumprimento do calendário da investigação – fevereiro de 2021, coincidiu com o advento da Pandemia por COVID-19. Desse modo, designou-se o Docente como (Doc.) e os discentes como (Disc.), dirigindo-lhes o problema-central, mencionado na abertura da seção: qual o *status* conferido pela comunidade acadêmica à tríade Ensino/Pesquisa/Extensão, no processo de implementação do REUNI, no *Campus Binacional/UNIFAP*?

4.4.1 Apontamentos de Docente de um Curso de Licenciatura (Doc.)

[Doc.]: “*Sim, eu sei o que é o REUNI - Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.*”

“Fiz concurso para trabalhar no Campus Binacional em 2013, quando o curso em que atuo estava se reestruturando. Cheguei em um contexto de consolidação do Campus de Oiapoque. A teoria é muito boa, mas a prática é muito diferente. Como assim? Na prática para conseguirmos executar o programa que financia as licenciaturas [...] existem regras federais que são muito rígidas. Não conseguimos fazer uma licitação aqui, por exemplo, temos a necessidade de ir ao Tumucumaque, mas e aí? A UNIFAP não tem licitação ou parceria para conseguir o avião para nos levar.”

“Nós alteramos o PPC do Curso no ano de 2019, que não era alterado desde o ano de 2005, ou seja, desde a criação. Por exemplo, não tinha no PPC a oferta de disciplina de Informática para o aprendizado dos discentes, tampouco alterações quanto à curricularização da Extensão.”

*“O Curso está devidamente regulado. No entanto, encontramos dificuldades, pensando no sentido de facilitar as dificuldades - é a demanda de indígenas que querem fazer o curso, a comunidade nos procura, procuram ter mais conhecimento. Acontece que atualmente aqui somos dez professores... somos quinze normalmente, mas cinco estão afastados para Doutorado. **Como expandir desse modo? Enquanto estivermos com o quantitativo reduzido é difícil expandir.** Por exemplo, o nosso Curso tem três habilitações. Acontece que a gente tem demanda para cada indígena, a formação e alfabetização também são solicitadas. Todavia, eu não sou pedagoga, eu não trabalho com alfabetização, não trabalho, como eu posso dar aula para as séries iniciais? Não tem condições.”*

*“A gente não tem internet boa e estável, quando falta luz não temos geradores para suprir necessidade. A internet é via satélite e só está funcionando agora porque temos poucas pessoas trabalhando presencialmente no Campus; aí eu chego à Universidade que por vezes está sem luz e nós não temos geradores... Existem materiais riquíssimos publicados que a gente pode estar levando para sala de aula, porém os professores têm dificuldade em acessar a internet e manusear materiais digitais. **Eu quero dar suporte para manusear materiais digitais, mas como é que eu uso um livro didático, e-book, como é que eu uso, se a internet não funciona corretamente?**”*

*“Ações afirmativas são mais do que necessárias, basta um exemplo: Eu peço para os alunos acessarem algum trabalho no computador, mas o que acontece com quem não sabe, o que posso fazer? O professor não pode parar para ensinar cada aluno para poder fazer o trabalho. O que acontece com o aluno? Ele vai sair de lá sem resolver o problema. No final das contas ele vai bater onde? Lá com a gente para aprender a mexer na internet, enviar um e-mail, acabamos fazendo um treinamento. Diante disso, fica **claro que não existe assistência, na prática.**”*

Como forma de interpretação às respostas dadas pelo sujeito, atesta-se primeiramente o seu conhecimento acerca do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI. Tendo chegado no ano de inauguração do *Campus* Binacional, já era esperado o seu conhecimento sobre o Programa. Assim, o que temos aqui? Docente que chegou ao Binacional justamente no ano em que passa a vigorar o seu funcionamento, pelo concurso para contratação de professores do magistério superior, já sob perspectiva dos objetivos e metas estabelecidos pelo REUNI.

Destacam-se, ainda, os entraves burocráticos que dificultam as atividades no âmbito das Licenciatura, no qual se atesta o processo dificultoso que não permite, por exemplo, a ida de docentes e discentes ao Tumucumaque, para estudo do ambiente e desenrolar do processo científico e, portanto, do conhecimento. Tal barreira não pode permanecer em vigência, dado que prejudica as atividades de Pesquisa e Extensão, com ênfase perene no Ensino, apenas.

Além disso, no caso do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, ficaram evidentes alguns dilemas vividos e perspectivas não atingidas, quanto ao REUNI no *Campus* Binacional. Ocorre que, do total de 20 docentes, no momento do contato eletrônico para a efetivação da

pesquisa, cinco estavam afastados para qualificação, comprometendo a homeostase da oferta, dado que sua formação específica não permite fácil recomposição. Tudo fica mais delicado ainda, à medida que é elevada a demanda de indígenas em busca do referido Curso.

A classe de docentes universitários representa, dentre outras coisas, os agentes responsáveis pelo ensino de discentes da Graduação e Pós-Graduação. Nesse segmento há professores que exclusivamente lecionam, porém ao se considerar o princípio da indissociabilidade Ensino/Pesquisa/Extensão, prioriza-se a docência além do caráter educador do professor, a coordenação ou participação em grupo ou grupos de pesquisa e a tarefa de produzir atividades de Extensão universitária. O conhecimento adquirido que possui o Docente, conforme bem enfatiza Alarcão (1998, p. 104):

não é meramente acadêmico, racional, feito de factos, noções e teorias, como também não é um conhecimento feito só de experiência. É um saber que consiste em gerir a informação disponível e adequá-la estrategicamente ao contexto da situação formativa, em que, em cada instante, se situa sem perder de vista os objetivos traçados. É um saber agir em situação. Mas não se fique com ideia pragmático-funcionalista do papel do professor na sociedade, porque o professor tem que ser um homem ou uma mulher pensante, ser pensante e crítico, com responsabilidades sociais no nível da construção e do desenvolvimento da sociedade.

Nessa esteira, por ter amplas funções dentro da Educação Superior pública e ocupar diferentes atividades desenvolvidas na esfera do conhecimento científico, é que os Docentes ao longo de sua trajetória adquirem uma carga de experiência singular. Neste caso, encontra-se notadamente a sua visão acerca da Universidade que fazem parte, do Curso em que lecionam, das implicações existentes, dos aspectos que requerem melhorias e em que a IFES se sobressai.

Certamente a variabilidade de pensamentos e ideias é infundável, o que leva à adesão a espectros e ideologias que diferem de sujeito para sujeito. A princípio, essa variabilidade humana é levada em conta quando se discute temas de qualquer ordem, mas apesar disso, é válida toda contribuição, haja vista que o que importa é a vivência adquirida e daí o conhecimento repassado.

Os depoimentos a seguir apresentam o olhar de Discentes do *Campus* Binacional. Estes são os principais alvos pelo avanço promovido pelo REUNI na Instituição, mas também sofrem com os dilemas que jazem na Fronteira Norte:

4.4.2 Olhares desde a Graduação: o que visualizam os Discentes? (Disc.)

[Disc. de Biologia]: “*A gente vê muito a falta do professor, principalmente professores e estrutura no laboratório, materiais... O laboratório é pequena e às vezes não tem tudo aquilo que a gente precisaria para ter um aprendizado melhor, poderia até ser melhor, os professores normalmente têm faltado em algumas matérias.*”

[Disc. de Geografia]: “*É bem estruturado dentro e possui computadores, às vezes alguns dão defeito, mas nosso curso precisa melhorar em questão de oferta de computadores mesmo, pois as vezes são poucos para quantidade de aluno. O espaço também não é tão amplo. Sobre os professores: não sei se todos moram aqui, mas a gente não fica sem aula. A Geografia é só um laboratório também [...] e outra aqui é só multidisciplinar mesmo. Mas o que tem no laboratório são somente os computadores mesmo, que a depender da matéria dá para analisar. Mas isso é pouco...*”

[Disc. de Pedagogia]: “*A minha perspectiva é de multiplicar a estrutura para ver o laboratório de Pedagogia... para fazer alguma coisa a mais, né? Quando você compara em relação à dimensão da capital aqui ainda é muito baixa, né? Só que nós precisamos e nós moradores, nossos filhos, nossos netos, nossos vizinhos precisam de uma Educação Superior com mais uma qualidade, para que assim a gente possa ter bons profissionais.*”

A ilustração fotográfica a seguir demonstra sala de computadores para Discentes, ainda não entregue para uso:

Foto 1 – Sala de computadores do *Campus* Binacional-Oiapoque (2021)



Fonte: acervo próprio.

No que tange à estrutura disponibilizada no *Campus*, especificamente laboratório, o depoimento é destoante entre os discentes ouvidos. Fato é que é necessário local, instrumentos e materiais para áreas do conhecimento científico como Biologia e Geografia, assim como Enfermagem, Direito, dentre outros. Dentre os depoimentos, há o da aluna do Curso de Pedagogia,

à época recém-ingressante na Universidade, que em sua fala exprime a relevância de existir um local que ofereça a Educação Superior aos moradores de Oiapoque. No entanto, políticas devem ser empreendidas no sentido de melhorar e estabelecer uma educação realmente de qualidade.

Como interessados em cursar o ensino superior, os Discentes possuem seu destaque no interior das IES públicas brasileiras. Assim é que a ótica dos discentes da IFES merece ser elucidada, a qual é em sua totalidade formada a partir de suas experiências no Binacional. Antes de avançar merece esclarecimento demonstrar qual é, mais ou menos, o perfil aproximado do estudante que acessa o ensino superior. Diniz e Goergen (2019, p. 582) afirmam que:

o perfil do estudante ingressante [...] mudou drasticamente, sendo tal transformação resultado de um conjunto de fatores, tais como: ampliação do acesso para camadas sociais mais carentes; alunos egressos do ensino médio com menor domínio das habilidades básicas; surgimento de novas carreiras com forte apelo prático; fomento de instituições para prestação de serviços educacionais com *ethos* mercantilista; inserção dos ‘nativos digitais’ no ensino superior e avanço de tecnologias portáteis em rede.

É indiscutível que a origem e desenvolvimento do Binacional é inerentemente vinculada ao REUNI, principalmente pela prioridade adotada pelo Programa em fazer a Educação Superior chegar a todos. Tornou-se possível o tão sonhado acesso dos Discentes a cursos de Graduação – no caso de Oiapoque, até então muito distante...

No conjunto de aspectos relacionados, sobressaem-se as queixas no que diz respeito às necessidades existentes nos respectivos Cursos. Como se trata de um *Campus* relativamente novo, entende-se até certo ponto as problemáticas. O REUNI pleiteava a contratação de Docentes para atender à demanda forjada pelo Programa, porém no caso do Binacional, tal como afirma o discente do Curso de Biologia, existe a falta constante de professores. Embora seja o Oiapoque um Município do Estado do Amapá compreendido como “local de difícil acesso”, o fluxo e permanência de docentes é prioridade. Sem o educador é impossível pensar em Educação, imagine Educação de qualidade. Esse é mais um dilema que se sobressai naquele *Campus* da UNIFAP.

O dilema ora destacado parece de difícil solução. Isto porque logo após o concurso ocorre de o professor já solicitar transferência de *Campus*, ou sequer fixar residência na cidade de Oiapoque. Por isso, torna-se mais do que necessário instituir uma cultura de fixação no local, fomentando perspectivas de superação de resistência, que pode ser verificada com a migração de docentes para Macapá, e na impossibilidade, terminam prestando concurso para outras IFES em distintas Unidades da Federação, até mesmo à de origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso à Educação Superior é o grande objetivo daqueles sujeitos pertencentes aos segmentos sociais brasileiros mais vulneráveis, pela desigualdade que grassa em nosso País. Ao longo da História, medidas tomadas pelo Estado visaram mudar o cenário estabelecido, posto que é massiva a demanda por esse nível de ensino.

Destaca-se nesse sentido a política nominada Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais/REUNI, que foi objeto de estudo desta pesquisa. Os objetivos do Programa constavam de expandir a Educação Superior Brasil afora, aumentar o acesso e garantir a permanência de discentes, ofertar mais vagas na Graduação, ampliar o número de Cursos, implantar novos *campi*, combater a evasão, dentre outros.

Ao avaliar a aplicação do REUNI, deve-se considerar um óbice à sua efetividade: o montante destinado ao REUNI vigorou entre 2008 e 2012. Posteriormente a esse período, as Universidades tiveram que se responsabilizar pelos gastos gerados após a implantação do Programa. O Estado brasileiro criou e instituiu uma política educacional que objetivava expandir a Educação brasileira e depois repassou a tutela pelo “filho” a cada IFES. O período vigente do REUNI estava expresso em seu conteúdo programático, porém residem questionamentos quanto ao papel do Estado em não buscar fórmula para equilibrar os gastos entre as diversas Instituições, para a devida saúde financeira e equilíbrio fiscal entre os agentes envolvidos.

Paralelamente à escassez de recursos, os Reitores das IFES passaram a adotar diferentes posturas. No caso da UNIFAP, o reitor Júlio Sá definiu por transferir os Cursos cancelados pelo REUNI, Direito e Enfermagem, do *Campus* Binacional de Oiapoque para o Município de Santana, sem qualquer medida de legitimação de seu intento. Ocorre que nesse processo emergiram manifestações contrárias por parte da sociedade oiapoqueense, assumindo um papel combativo a uma dinâmica instaurada de cima para baixo, na qual não houve consulta e debates para abordar as problemáticas que cercavam o Binacional. A postura adotada exprime o exercício da cidadania, a luta por direitos, levando em consideração que a educação é um bem público.

Do ponto de vista político, as relações de poder de articulações incidem no questionamento à ideia de transferência de *Campus* dos Cursos de Enfermagem e de Direito, da qual o Prefeito de Santana, Bala Rocha é entusiasta, segundo o representante da Gestão do *Campus* Binacional. Neste diapasão soma-se a reflexão acerca da postura oscilante dos parlamentares – ora aderiram à

proposta de mudança quando o contexto favorecia, ora foram contrários ao processo então solicitado pelo Gabinete da Reitoria/UNIFAP, que sem consulta prévia ao corpo docente, discente e técnico-administrativo, atuou contra os interesses de Oiapoque. Tal ação política reflete representantes pouco motivados em melhoras para a sociedade, e sim mais interessados em promoção política.

Conforme anunciado no texto, o estudo realizado abarcou pesquisa documental e de campo, com verificação *in loco* acompanhada de registros fotográficos e utilização de Roda de Conversa, por *e-mail*. O propósito era a obtenção de empiria junto a quatro atores sociais integrantes do *Campus* Binacional-Oiapoque: o representante do Gestor, cinco Técnico-Administrativos, um Docente e três Discentes.

Uma observação é útil visando à mínima compreensão: os dados levantados com Roda de Conversa ocorreram em um contexto fortemente complexo e contraditório em que se discutia a volta, ou não, das aulas presenciais – era o período da pandemia por COVID/19 em que as emoções talvez estivessem à flor da pele. Todavia, revelavam a história como estava acontecendo e quem saía perdendo e ganhando a partir de decisões tomadas sem considerar a opinião de todos os envolvidos no funcionamento de uma instituição acadêmica, campo de aplicação do REUNI.

O manuseio da documentação consultada, aliada à empiria obtida junto aos atores sociais envolvidos na pesquisa, evidenciam alguns dilemas vividos e perspectivas não atingidas, dentre o rol de objetivos e metas do REUNI. Assim, pode-se especificar a maneira como tal Política Pública incidiu na expansão da Educação Superior, notadamente em três IFES da Região Norte, tendo como ancoradouro os reflexos da aplicação do Programa em meio à comunidade acadêmica, ambiente no qual fica patente a atuação do Estado capitalista, conforme atesta o *status* final de cada objetivo traçado nas quatro seções do presente texto, sempre à luz da concernente questão de pesquisa.

Inicialmente evoca-se o objetivo em caracterizar o REUNI no panorama de disputa que envolve a formulação de Políticas Públicas para a Educação Superior, remetendo ao Liberalismo econômico e seu desdobramento em Neoliberalismo, no âmbito da Região Norte, tendo como *locus* a Universidade Federal do Amazonas/UFAM. Mirava-se, então, à indagação: de que maneira o Neoliberalismo afeta as disputas características do campo das Políticas Públicas, na área da Educação Superior?

A dinâmica do estudo convergiu no sentido de depreender aspectos negativos, positivos e outros que não lograram consecução, durante a experiência daquela IFES perante ao REUNI,

cuja materialização gerou tumulto, protesto e descrença no sucesso do Programa, todos oriundos dos segmentos integrantes do ambiente acadêmico. Da mesma forma, registrou-se atuação autoritária da Administração Superior, não reconhecendo o clamor dos manifestantes. Adiciona-se o agravante do não alcance de metas importantes, como por exemplo, a elevação da taxa de conclusão de Curso, que não atingiu sequer a metade do estimado.

No que concerne a pontos positivos, houve aumento na contratação de docentes, de maneira que a UFAM alcançou mais de 32%, neste quesito – praticamente o dobro da quantidade anterior à implantação do REUNI. Por fim, dentre os propósitos não alcançados há o caso de obras estruturantes malogradas. Todas essas situações resumem a incredulidade da Academia com a adesão da Administração Superior/UFAM à instalação do Programa, o que configura o alcance do objetivo, traçado nesta pesquisa, de caracterizá-lo como integrante da disputa típica das Políticas Públicas para a Educação Superior em nosso País, que se espalha pela Região Norte, disseminando centelhas de Neoliberalismo por todos os recantos brasileiros.

Ao enveredar pelo texto, atinge-se o segundo objetivo formulado no enredo da concepção de Estado e natureza da Política Pública, como variáveis interdependentes na seara de programas educacionais – detectar o grau de identificação entre o REUNI e as metas estipuladas no âmago de um Estado capitalista, assumindo como *locus* de pesquisa a Universidade Federal do Pará /UFPA. Neste caso, procurou-se dar resposta à indagação qual o *modus operandi* do Estado capitalista ao adotar a política de expansão da Educação Superior, sob os auspícios do REUNI?

À semelhança do ocorrido na IFES congênera, UFAM, verificaram-se na UFPA movimentos contestatórios decorrentes da ação célere e pouco democrática manifesta pela Administração Superior. Ademais, constam as “promessas não cumpridas,” de cunho excessivamente otimista, a exemplo do que se revelou uma quimera: atingir 90% de taxa de aprovação com alunos da Graduação. Em contrapartida, registrou-se a vantagem de o Programa incrementar a efetivação de professores em torno de 16%, embora tenha-se registrado precarização do trabalho docente, em pesquisas realizadas sobre o tema, das quais se infere que a Amazônia brasileira clama por Universidade consoante à sua população, ombreada ao desenvolvimento regional, com uma Educação Superior inerente à Região.

Em um terceiro momento a abordagem rumou à aplicação do REUNI em solo amapaense, ancorando na Universidade Federal do Amapá/UNIFAP, no interior da qual fez-se a indagação se o Programa REUNI consistia em defesa ou ataque à Universidade pública, em regiões longínquas?

O objetivo derivado consistiu em analisar o advento do REUNI na UNIFAP/*Campus* Binacional, tendo como lema a postura de gestores e técnico-administrativos.

No clima de ameaças à Educação Superior pública e de desrespeito às desigualdades regionais, há de se considerar que o advento da UNIFAP em 1990 mescla-se aos Programas de Interiorização desenvolvidos desde então, até atingir 2007, ocasião em que emergiu o REUNI, contando-se seis anos para o nascedouro do *Campus* Binacional, em 2013; data a partir da qual Oiapoque, município-fronteira com a Guiana Francesa, tornou-se palco de aplicação do Programa de expansão da Educação Superior “Brasil acima” – considerando o sentido Centro-Norte.

Após dez anos de atuação na UNIFAP algo há de ser dito acerca dessa trajetória: a Administração Superior fez duas tentativas e uma desistência em transferir os Cursos de Direito e Enfermagem de Oiapoque para Santana, sob a alegação de insuficiência de recursos financeiros e estruturais. Isso atesta a instabilidade que reina no Binacional, diante da qual a Gestão do *Campus* e respectivos funcionários Técnico-Administrativos desenvolvem um *modus operandi* para salvaguardar seus postos de trabalho.

No caso do gestor não se conseguiu fazer levantamento da verba destinada para obras de infraestrutura e aquisição de equipamentos, embora ele tenha relatado que estavam em conclusão algumas edificações com previsão de funcionar laboratórios e salas de aula. Contudo, esses avanços parecem residuais diante dos problemas de manutenção e da falta de autonomia que assolam aquela Unidade Administrativa.

Há que se registrar que além de críticas e elogios ao *Campus* Binacional e sua estrutura física, são procedentes as inquietações dos Técnicos, que se esmeram para manter as atividades administrativas. Existe carência e urgência de adequação do *Campus* para viabilizar o trabalho da categoria funcional, com alguma dignidade. São diferentes histórias, mas com a convergência para as especificidades do vasto bioma amazônico na fronteira franco-brasileira, procurando superar dilemas e apostar em novas perspectivas típicas dos entusiastas da educação pública em locais remotos, desafiadores e de difícil acesso.

Como forma de encerramento da consulta aos atores sociais vivenciando dilemas e perspectivas com o emprego do REUNI na UNIFAP, buscou-se avaliar os desdobramentos do *Campus* Binacional, segundo a ótica de professores e alunos, tendo como suporte a indagação: qual o *status* conferido à tríade Ensino, Pesquisa, Extensão no processo de implementação do REUNI, no *Campus* Binacional/UNIFAP?

A resposta a essa forma de expansão da Educação Superior, além dos limites dos grandes centros do País, em *Campus* de fronteira como é o Binacional, teve direta ligação com a tríade Docente/Discente integrante do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, que é a tônica daquele *locus*. Isso porque exige formação específica para atender à elevada demanda por parte de indígenas ávidos por formação nessa área. Assim, no exercício de suas atividades profissionais, o docente encontra muitas barreiras e termina por se ater exclusivamente ao Ensino, prejudicando o princípio da indissociabilidade com Pesquisa e Extensão que se lhe exige, além de coordenação e/ou participação em grupos de pesquisa e envolvimento com projetos e ações extensionistas.

A propósito dessa questão, detectaram-se preocupações na fala da Docente consultada, que disse o seguinte: “a gente vê muito a falta do professor, principalmente professores e estrutura no laboratório, materiais”, evidenciando o não cumprimento das Metas estabelecidas/REUNI. Daí poder-se afirmar que o trabalho dos segmentos Docente e Técnico-Administrativo e a qualidade de ensino ofertado a Discentes, são afetados pela inconclusiva infraestrutura existente com vista a alocar as atividades que os setores pertencentes à Instituição requerem, somando-se ao alto índice de Servidores que se transferem do Binacional para Macapá, o que acaba prejudicando as atividades da tríade universitária.

No contexto de intercorrência ora analisado destaca-se um aspecto que atinge a todos os segmentos da comunidade acadêmica e que interfere vertiginosamente no desdobramento tido como saudável a qualquer prática pedagógica contemporânea. Trata-se da dificuldade no acesso à Internet, que prejudica a dinâmica de disciplinas, levando a não oferta de fontes de conhecimento que, por vezes, se encontram somente em plataforma digital.

Em conexão com tal questão, reside a dificuldade que alguns Discentes dos vários Cursos têm para lidar com ferramentas *online*, o que exige oferta de componentes curriculares próprios a suprir tal demanda. Por outro lado, quanto à estrutura do *Campus*, especificamente laboratório, o depoimento é destoante entre os discentes ouvidos. Fato é que é necessário local, instrumentos e materiais para áreas do conhecimento científico, a exemplo de Biologia e Geografia, assim como Enfermagem, Direito... Dentre os depoimentos, há o da aluna do Curso de Pedagogia, à época recém-ingressante na Universidade, exprimindo a relevância de existir um local que ofereça a Educação Superior aos moradores de Oiapoque. No entanto, defende-se aqui que políticas devem ser empreendidas, no sentido de melhorar e estabelecer uma educação realmente de qualidade.

Os resultados obtidos possibilitam a discussão de alguns achados empíricos. Uma primeira conclusão aproximativa revela que, a exemplo do que aconteceu nas demais Universidades federais brasileiras, o REUNI chegou à UNIFAP de forma autoritária, com pouco tempo para debates e aprovação. Atestou-se que houve pouca discussão e quando aconteceu, deu-se apenas no âmbito do CONSU/UNIFAP - a adesão ao REUNI foi aprovada em reunião do dia 23 de novembro de 2007, em processo tumultuado por discentes, que contestaram o pleito e a Resolução que aprovou o Programa na Instituição (vide Anexo B).

Um segundo achado empírico consiste nas interferências ao desenvolvimento de uma “cultura acadêmica”, segundo estabelece o REUNI. No que se refere ao *Campus* Binacional, havia a possibilidade de êxito, à medida que novos Docentes chegassem à IFES, porém a meta não foi alcançada. Soma-se a isso a alta rotatividade de docentes: ora estão em Oiapoque, no máximo por duas semanas; ora estão na capital, Macapá. Tem-se, assim, grandes dificuldades.

Com tais fatores, acentua-se o enfraquecimento da indissociabilidade da tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, pois não se criam grupos de pesquisa e os que existem ficam prejudicados, além de retirar dos discentes a possibilidade de vivenciarem uma dinâmica universitária que contemple seminários, debates e outras atividades acadêmicas, tão necessárias para enriquecerem sua formação pessoal e profissional. Emerge, então, o terceiro fator relacionado a docentes que ingressaram pelo REUNI – muitos já estão fazendo concursos para outras universidades e/ou buscando e conseguindo transferências para outras IES, às vezes de seu Estado de origem, o que provoca um rodízio entre os novos docentes.

Diante disso, vai-se finalizando o estudo com a ressalva do não cumprimento das metas globais do REUNI, pela UNIFAP, bem como no caso da UFAM e da UFPA, conforme resultado da pesquisa documental efetivada. Seria necessário o aporte de mais verbas para conclusão do que foi estabelecido pelo Programa, até mesmo um “REUNI 2”, visando finalizar etapas necessárias de obras infraestruturais, contratação de profissionais docentes, dentre outros.

Tal política significou um avanço do ponto de vista educacional em Oiapoque, traduzindo em realidade a oferta de cursos. Porém, são necessárias ações que visem combater a recorrente transferência de docentes, o acúmulo de funções e falta de laboratórios adequados aos cursos, afetando, portanto, a tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, o fortalecimento de grupos de pesquisa e a produção técnico-científica.

Por mais dificultoso que seja o desempenhar das atividades educacionais no *Campus* Binacional, é importante o seu serviço, por estar situado em local de difícil acesso. Os seus dilemas não devem ser utilizados como justificativa para inviabilizá-lo, mas sim o reforço a outras perspectivas centradas na busca de ofertar Educação Superior de qualidade aos amazônidas.

Neste epílogo de texto é oportuno considerar que a política do Governo Lula (2003-2010) de expandir a Educação Superior, por meio das metas do REUNI, estimulou a implantação da lógica mercantil do Estado capitalista nas Universidades que, todavia, hão de manter-se vivas e proficuas para cumprir seu papel social. No caso do *Campus* Binacional-Oiapoque/AP é lícito expressar-se em uníssono com a docente do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, que propugna por maior autonomia financeira àquela Unidade Administrativa/UNIFAP, alternativa que fortalecerá a articulação político-administrativa que considere os desígnios desse quadrante setentrional brasileiro, como re(e)xistência à inanição e à desidratação que se lhes impõem os grilhões privatistas de gestores da educação pública, em qualquer nível de ensino de nosso País.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, Isabel. Formação Continuada como instrumento de formação docente. *In*: VEIGA, Ilma (org.). **Caminhos da profissionalização do magistério**. Campinas: Papirus, 1998.
- ALMEIDA, Adriana de; ALMEIDA, Ironi Terezinha de. Políticas educacionais e ensino superior em tempos de Neoliberalismo. **Analecta**, Guarapuava:UFPR, v.9, n. 1, p.149-159, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/analecta/article/download/1800/1597>
- ALVES, Mariana Janaína dos S. Circulação entre as universidades do platô das guianas para a formação profissional e internacionalização. **Revista Práticas em Gestão Pública Universitária**, ano 1, v. 1, n. 2, jun./dez. 2017.
- AMAPÁ. **Projeto de Lei de Criação da Universidade Federal Fronteiriça Binacional/UFFB**. Câmara de Deputados. Brasília, DF. 2021. Autoria: Dep. Pedro da Lua – PSC/AP.
- ANDRADE, Antonia C.; LUCENA, Carlos; BARLETA, Ilma de A. A precarização do trabalho, o REUNI e o novo desenvolvimentismo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 234–257, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8645868>
- ARAGÓN, Luís Eduardo. **Educação superior, desenvolvimento sustentável e Políticas Públicas na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, v. 1, n. 1, out. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11332/7803>
- ARAÚJO, Maria Arlete D. de; MACEDO, Marconi N. O desmonte da Educação Superior no governo Bolsonaro. Relato técnico. *In*: ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 9., 2022, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2022.
- ARRAIS, Enéas; PEIXOTO, Socorro Leticia F. Políticas sociais públicas no Capitalismo contemporâneo e a realidade brasileira. **RaUnP** : Revista do Mestrado em Administração da Universidade Potiguar, Natal: EdUNP, ano IV, n. 2, abr./set. 2012.
- BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil**. Grupo Banco Mundial, 2017. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report>
- BENTO, Maria Aparecida da S. *et al.* A educação na Região Norte: apontamentos iniciais. **Amazônia**: Revista de Antropologia (*Online*), v. 5, n.1, p. 140-175, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/1302>
- BERING, Elaine R. **Brasil em Contra Reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

- BIZERRIL, Marcelo Ximenes A. O processo de expansão e interiorização das universidades federais brasileiras e seus desdobramentos. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 13, n. 32, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20952/revtee.v13i32.13456>
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- BRASIL. **Decreto n. 98.997**, de 2 de fevereiro de 1990. Institui a Fundação Universidade Federal do Amapá e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D98997.htm
- BRASIL. **Diretrizes Gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Brasília: REUNI, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesREUNI.pdf>.
- BRASIL. **Emenda Constitucional n. 95**, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir Novo Regime Fiscal [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm
- BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **Oiapoque**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/oiapoque/historico>
- BRASIL. IBGE. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico/PNSB**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- BRASIL. LDB - **Lei 9.394/96**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. 2011. Disponível em: www.mec.org.br
- BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural**. Brasília-DF, 1997.
- BRASIL. MEC. **REUNI: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Diretrizes Gerais)**. Brasília, DF, 2007.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024)**. Lei Federal n. 13.005, de 25 de junho de 2014 Brasília, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm
- BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição. **PEC 32/2020**. Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. 2020. Disponível em : <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>

BRASIL. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI**: Expansão [do ensino superior]. 2010. Disponível em: REUNI.mec.gov.br/expansão.

CANDAU, Vera Maria F. Direitos Humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, Brasília, v. 13, n. 37, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesa/topwindow.htm?1>

CASTRO, Edna Maria R. de. Desenvolvimento e meio ambiente. *In*: GAMA, João Ricardo; LEÃO, Andréa Simone Rente (org.). Sociedade, natureza e desenvolvimento: SND Santarém/PA, **Acquerello**, 2012. v. 1, p. 17-60 (Coleção Diálogos Interdisciplinares). Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/502>.

COMBESSIE, Jean-Claude. **O método da Sociologia**: o que é, como se faz. Tradução: Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino; ALVES, Mariana Janaína dos S. A Universidade Federal do Amapá em Oiapoque: realidade, potencialidades e desafios da educação na fronteira Brasil. **Revista GeoPantanal**: Revista do Curso de Geografia, Corumbá/MS, v. 11, n. 21, p. 105-116, | jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/download/2519/2354>

COSTA, Marisa Vorraber. Estudos culturais: para além das fronteiras disciplinares. **Revista Educação**, Porto Alegre: UFRGS, v. 38, n. 1, 2000. *Dossiê Estudos Culturais em Educação*. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/issue/view/926>

CURY, Antonio. **Organização e métodos**: uma visão holística. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

DESLANDES, Suely; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

DESLAURIERS, Jean-Pierre. **O delineamento de pesquisa qualitativa**: a pesquisa qualitativa; enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasse. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

DINIZ, Rosa Virgínia; GOERGEN, Paulo Laudinor. Educação Superior no Brasil: panorama da contemporaneidade. **Revista Avaliação**, Campinas; Sorocaba/SP, v.24, n.3, p.573-593, nov. 2019. Disponível em: <https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/427/2452398959275443.pdf>

DOOLEY, Larry M. **Case Study Research and Theory Bulding**. *Advances in Developing Human Resources*, v.4, n.3, aug. 2002. Disponível em : <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1523422302043007>

DUARTE, Roberto G.; CASTRO, José Márcio de; CRUZ, Ana Luíza A.; MIURA, Irene K. O papel dos relacionamentos interpessoais na internacionalização de Instituições de Ensino Superior. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 343-370, mar. 2012. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ESO2227.pdf>

DYE, Thomas. **Understanding Public Policy**. New Jersey: Pearson; Prentice-Hall, 1992.
Disponível em: [https://www.deshbandhucollege.ac.in/pdf/e-resources/pol-science/PS\(H\)-IV-Public%20Policy%20and%20Administration%20in%20India-1.pdf](https://www.deshbandhucollege.ac.in/pdf/e-resources/pol-science/PS(H)-IV-Public%20Policy%20and%20Administration%20in%20India-1.pdf)

FARES, Lygia Sabbag; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. A feminist perspective on the 2017 labor reform in Brazil: impacts on Higher Education Faculty. *In*: WALKER, Marquita (org.). **Female voices from the Worksite: the impact of hidden bias against working women across the Globe**. Lanham: Lexington Books, v. 1, p. 129-145, 2020.

JOSÉ FILHO, Mario. Método ou metodologia? uma discussão epistemológica nos percalços das Ciências. **Revista Serviço Social e Realidade**, Franca, 2004. ISSN 1413- 4233.

GAMBOA, Sánchez. Pesquisa qualitativa: superando tecnicismo e falsos dualismos. **Revista Contrapontos** (UNIVALI), Itajaí, v. 4, n. 3, p. 393-407, 2003. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/735>

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Nádia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, set./dez. 2015.
Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2015v33n3p1229>

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, ano XXI, n. 55, Campinas: UNICAMP, 2001.

KEYNES, John Maynard. **Economia**. São Paulo: Ática, 1978.

MACIEL, Alderlândia da Silva. **O princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um balanço do período 1988-2008**. 2010. 196 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, 2010.

MEDEIROS, Luciene das Graças M. **O REUNI - uma nova regulação da política de expansão da Educação Superior: o caso da UFPA**. Orientadora, Prof.^a Dra.^a Olgaíses Cabral Maués. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2012.

MEIRINHOS, Manuel; OSÓRIO, Antonio. O Estudo de Caso como estratégia de investigação em educação. **Revista de Educação**, EDUSER, v. 2, n. 2, 2010.

MOTA, Celia Maria da. **A atualização da crise neoliberal**. São Luís: UFMA, 2006.

MOTA JUNIOR, Antônio de Macêdo. Políticas Públicas para a Educação Superior no Brasil. **COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA**. 16. **Anais [...]** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2016.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx I**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Ana Luíza M. de. **Educação Superior brasileira no início do século XXI: inclusão interrompida?** 2019. 303 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, UNICAMP, 2019. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/noticias/educacao-superior-brasileira-no-inicio-do-seculo-xxi-inclusao-interrompida>

OLIVEIRA, Ana Luíza M. de; WELLE, Artur; BATISTA, Israel M. Educação Superior Pública sob ameaça. **Caderno das Reformas Administrativas**, Brasília, DF: Fórum Nacional de Carreiras Típicas de Estado/FONACATE, 2021.

PAULA, Camila Henrique de; ALMEIDA, Fernanda Maria de. O Programa REUNI e o desempenho das IFES brasileiras. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.28, n. 109, p. 1054-1075, out./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/5pvgF4sGMQsn89ZYSYfWHsh/?format=pdf&lang=pt>

PEREIRA, Denílson Diniz. Contextos históricos dos desafios do ensino superior na Região Amazônica. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, v.16, n. 24, 2020.

PIAIA, Karine; SCALABRIN, Ionara Soveral. **Um olhar sobre as políticas educacionais brasileiras: desafios e possibilidades**. 2011. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2011/6359_3777.pdf

RODRIGUES, Aline L. Fronteira e território: considerações conceituais para a compreensão da dinâmica do espaço geográfico. **Revista Produção Acadêmica: Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/ NURBA**, n. 2, dez. 2015, p. 139-157.

ROMANI, Carlo. Um eldorado fora de época: a exploração dos recursos naturais no Amapá. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 42, p. 271-302, jun. 2009.

ROMANI, Carlo. A história entre o oficial e o lendário: interações culturais no Oiapoque. **Revista Antíteses**, v. 3, n. 5, 2010.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: UFSC, 2009.

SABÓIA, Raimunda Monteiro. **O REUNI na UFAM: repercussões na gestão pedagógica**. Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Cerquinho de Brito. Manaus: UFAM, 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

SACRISTÁN, José Gimeno. Currículo e diversidade cultural. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu; MOREIRA, Antônio Flávio (org.). **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SALDANHA, Rafael Giovanni Hansseler. **Campus Binacional do Oiapoque/AP: uma análise da expansão do ensino superior para a região de fronteira Brasil-França**. Fortaleza: UFC, 2020.

SANTOS, Maria Paula G. dos. **Políticas Públicas e sociedade**. 3. ed. rev. atual. Brasília, DF: Programa Nacional de Formação em Administração Pública. Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2016.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M.; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA, Elizandra Garcia da. A expansão da Universidade Federal do Amazonas: implicações a partir do financiamento em tempos de crise. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 26-44, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772019000100003>

SINTRAJUFÉ. **Veja seis motivos pelos quais a PEC 32/2020, da reforma administrativa de Paulo Guedes e Bolsonaro, deve ser ARQUIVADA**. RS, 2023. Disponível em: <https://sintrajufe.org.br/ultimas-noticias-detalle/veja-seis-motivos-pelos-quais-a-pec-32-da-reforma-administrativa-de-paulo-guedes-e-bolsonaro-deve-ser-arquivada/>.

SOUZA, Charle Benedito G. Geopolítica na pan-amazônia: territórios, fronteiras e identidades. **Revista GeoAmazônia**, v. 1, n. 2, 2014.

SOUZA, Manoel Dorandins C. de. **A evolução política, demográfica e sócio-econômica do Amapá**. 1995. 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - História e Historiografia da Amazônia, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 1995.

SOUZA, Nalis de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

TAUCHEN, Gionara. O princípio da indissociabilidade universitária: um olhar transdisciplinar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. 2009. 147 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

TAUCHEN, Gionara; FÁVERO, Altair. O princípio da indissociabilidade universitária: dificuldades e possibilidades de articulação. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 17, n. 33, p. 403-419, maio/ago. 2011.

TOSTES, José Alberto; FERREIRA, José Francisco de C. O Amapá e a Guiana Francesa sob a ótica do corredor transfronteiriço. **Confins [en ligne]**, n. 31, juin 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/11947> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.11947>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP). Assessoria de Comunicação (ASCOM). **Corte orçamentário pode inviabilizar funcionamento das IFES em 2021, alertam ANDIFES e CONIF**. 2020. Disponível em: <http://www.unifap.br/corte-orcamentario-pode-inviabilizar-funcionamento-das-ifes-em-2021-alertam-andifes-e-conif/>

UNIFAP. **Direção Geral**. 2023. Disponível em:
<https://www2.unifap.br/oiapoque/administrativo/diretoria-geral/>.

UNIFAP. **Ofício n. 057/2019-GR**, de 21 de fevereiro de 2019. Solicita à SESu/MEC transferência do Curso de Enfermagem do *Campus* Oiapoque para o *Campus* Santana. Macapá, 2019. Disponível em: <https://sipac.unifap.br/public/downloadArquivo?idArquivo=445609&key=3ca044c84af1b0a56770187269c6828a>

UNIFAP. **Ofício n. 202/2021-GR**, de 9 de fevereiro de 2021. Reitera à SESu/MEC a solicitação de transferência do Curso de Enfermagem do *Campus* Oiapoque para o *Campus* Santana. Macapá, 2021a. Disponível em: https://sipac.unifap.br/public/jsp/documentos/documento_visualizacao.jsf?idDoc=680978

UNIFAP. **Ofício n. 318/2021-GR**, 26 de fevereiro de 2021. Solicita à SESu/MEC que desconsidere a solicitação de transferência dos Cursos de Enfermagem e Direito do *Campus* Oiapoque, para o *Campus* Santana. Macapá, 2021b. Disponível em: <https://sipac.unifap.br/public/downloadArquivo?idArquivo=445614&key=27e7acbb33c52309904db50a99f37eb6>

UNIFAP. **Plano de Desenvolvimento do Campus Binacional de Oiapoque**. Oiapoque, 2016.

UNIFAP. **Projeto Pedagógico do Curso de Direito**. *Campus* Binacional de Oiapoque, 2013. Disponível em: <https://www2.unifap.br/direito-oiapoque/files/2016/12/PPC-DIREITO-pdf.pdf>.

UNIFAP. **Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem**. *Campus* Binacional de Oiapoque, 2014-2018. Disponível em <https://www2.unifap.br/enfermagem-oiapoque/files/2015/10/PPC-Enfermagem.pdf>

UNIFAP. **Resolução CONSU n. 01/2013**, de 14 de janeiro de 2013. Transforma o *Campus* de Oiapoque em *Campus* Binacional. Disponível em: <https://www2.unifap.br/consu/files/2013/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-01-2013-Campus-Binacional.pdf>

VIEIRA, Rosangela Steffen S. Educação intercultural: uma proposta de ação no mundo multicultural. *In*: FLEURI, Reinaldo Matias (org.). **Intercultura**: estudos emergentes. Ijuí: Unijuí, 2002.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: *Bookman*, 2001.

ANEXO A – Pauta da 3ª Sessão Extraordinária do CONSU/UNIFAP (23 nov.2007)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
GABINETE DA REITORIA
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS SUPERIORES

P A U T A

Convocamos Vossa Senhoria na qualidade de **conselheiro(a)** desta Universidade Federal do Amapá, para participar da **3ª Reunião Extraordinária** deste Conselho, a realizar-se-á no dia 23 de novembro de 2007 (sexta-feira) às 9h no auditório do CONSU, tendo como ponto de pauta:

1. INFORMES: DA PRESIDÊNCIA:

Informamos ao plenário os nomes dos novos conselheiros titulares representantes dos colegiados:

1. Cons. Márcio Aldo Lobato Bahia (coord. de Matemática), representado nesta reunião pela cons. suplente profª Ana Paula Pintado.
2. Cons. Raimunda Bandeira de Souza (coord. de enfermagem)
3. Cons. Joaquim César da Veiga Netto (coord. de Artes).
4. Cons. Simone Maria Palheta Pires (coord. de Direito), representada nesta reunião pela cons. suplente profª Maria Emilia Oliveira Chaves.
5. Cons. Oscarito Antunes do Nascimento (coord. de Arquitetura e Urbanismo) representado nesta reunião pelo cons. suplente prof. Jadson Porto.
6. Cons. Marli Rodrigues Gibson (coord. de Educação Física).
7. Cons. Celeste Maria da Rocha Ribeiro (coord. de Letras)
8. Cons. Eugênia da Luz Silva Foster (coord. de Pedagogia).

- Registramos, também, a ausência dos conselheiros Raimundo Nonato Picanço e Eliana Paixão, os quais estão representados pelas conselheiras suplentes Cristiane Menezes e Rosilene Pelaes, respectivamente.

2. ORDEM DO DIA:

2.1 – Apreciação e Aprovação do Projeto da UNIFAP para o REUNI.

ANEXO B – Frequência da 3ª Sessão Extraordinária do CONSU/UNIFAP (23 nov.2007)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
Secretaria dos Conselhos Universitário

FREQUÊNCIA

Para a 3ª Reunião Extraordinária do Conselho Superior da
UNIFAP, dia 23 de novembro de 2007.

- | | |
|--|---|
| 01. Ana Raquel Oliveira da Costa Possas | <i>Ana Raquel Possas</i> |
| 02. Arley José Silveira da Costa | <i>Arley José Silveira da Costa</i> |
| 03. Carlos Eduardo Costa de Campos | <i>Carlos Eduardo Costa de Campos</i> |
| 04. Celeste Maria da Rocha Ribeiro | <i>Celeste Maria da Rocha Ribeiro</i> |
| 05. Cláudia Maria do S. C. Fernandes Chelala | <i>Cláudia Maria do S. C. Fernandes Chelala</i> |
| 06. Rosilene Pelaes de Moraes (suplente) | <i>Rosilene Pelaes de Moraes</i> |
| 07. Conceição Corrêa Medeiros | <i>Conceição Corrêa Medeiros</i> |
| 08. Emmanuel Raimundo Costa Santos | <i>Emmanuel Raimundo Costa Santos</i> |
| 09. Eugênia da Luz Silva Foster | <i>Eugênia da Luz Silva Foster</i> |
| 10. Francineide Pereira da Silva Pena | <i>Francineide Pereira da Silva Pena</i> |
| 11. Gúzman Eulálio Isla Chamilco | <i>Gúzman Eulálio Isla Chamilco</i> |
| 12. Joaquim César da Veiga Netto | <i>Joaquim César da Veiga Netto</i> |
| 13. José Alberto Tostes | <i>José Alberto Tostes</i> |
| 14. José Jeová de Freitas Marques | <i>José Jeová de Freitas Marques</i> |
| 15. José Walter Cárdenas Sotil | <i>José Walter Cárdenas Sotil</i> |
| 16. Marli Rodrigues Gibson | <i>Marli Rodrigues Gibson</i> |
| 17. Manoel de Jesus de Souza Pinto | <i>Manoel de Jesus de Souza Pinto</i> |
| 18. Maria Lúcia Teixeira Borges | <i>Maria Lúcia Teixeira Borges</i> |
| 19. Mariana Araújo Gonçalves | <i>Mariana Araújo Gonçalves</i> |
| 20. Marinalva Silva Oliveira | <i>Marinalva Silva Oliveira</i> |
| 21. Ana Paula Pintado (suplente) | <i>Ana Paula Pintado</i> |
| 22. Jadson Luis Rebelo Porto (suplente) | <i>Jadson Luis Rebelo Porto</i> |
| 23. Rafael Pontes Lima | <i>Rafael Pontes Lima</i> |
| 24. Cristiane Rodrigues Menezes (suplente) | <i>Cristiane Rodrigues Menezes</i> |
| 25. Raimundo de Lima Brito | <i>Raimundo de Lima Brito</i> |
| 26. Robert Ronald Maguinã Zamora | <i>Robert Ronald Maguinã Zamora</i> |
| 32. Maria Emilia Oliveira Chaves (suplente) | <i>Maria Emilia Oliveira Chaves</i> |
| 33. Silvio Wigwam Mendes Pereira | <i>Silvio Wigwam Mendes Pereira</i> |
| 34. Wilson Ricardo Matos Rabelo | <i>Wilson Ricardo Matos Rabelo</i> |
| 32. Maria Emilia Oliveira Chaves (suplente) | <i>Maria Emilia Oliveira Chaves</i> |
| 33. Silvio Wigwam Mendes Pereira | <i>Silvio Wigwam Mendes Pereira</i> |
| 34. Wilson Ricardo Matos Rabelo | <i>Wilson Ricardo Matos Rabelo</i> |

ANEXO C – Ata da 3ª Sessão Extraordinária do CONSU/UNIFAP (23 nov.2007)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
Secretaria Geral

**ATA DA TERCEIRA REUNIÃO
 EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO
 UNIVERSITÁRIO, REALIZADA EM 23 DE
 NOVEMBRO DE 2007.**

Às nove horas e quinze minutos do dia vinte três de novembro de 2007, no Auditório do Conselho Universitário da Universidade Federal do Amapá, sob a Presidência do Reitor e Presidente do Conselho Universitário, Professor Doutor José Carlos Tavares Carvalho e com a presença dos Conselheiros, foi dado início a terceira reunião extraordinária deste Conselho. **1. Abertura da Sessão:** O senhor Presidente cumprimentou e agradeceu a presença de todos, dando por aberta a sessão, passando a palavra para o Senhor Secretário. **2. Informes:** O Secretário agradeceu a presença de todos e informou ao plenário os nomes dos novos conselheiros, titulares e suplentes, representantes dos colegiados que tomaram posse nesta reunião: cons. Márcio Aldo Lobato Bahia e cons. Ana Paula Pintado, representantes do colegiado de matemática, titular e suplente respectivamente; cons. Raimunda Bandeira de Souza e cons. Sandra do Socorro Almeida Monteiro, representantes do colegiado de enfermagem, titular e suplente respectivamente; cons. Joaquim César de Veiga Netto e cons. João Batista Gomes de Oliveira, representantes do colegiado de artes, titular e suplente respectivamente; cons. Simone Maria Palheta Pires e cons. Maria Emília Oliveira Chaves, representantes do colegiado de direito, titular e suplente respectivamente; cons. Oseário Antunes do Nascimento e cons. Jadson Luís Rebelo Porto, representantes do colegiado de arquitetura e urbanismo, titular e suplente respectivamente; cons. Marli Rodrigues Gibson e cons. Demilton Yamaguchi da Pureza, representantes do colegiado de educação física, titular e suplente respectivamente; cons. Celeste Maria da Rocha Ribeiro e cons. Yuzgel Pantoja Caldas, representantes do colegiado de letras, titular e suplente respectivamente; cons. Eugênia da Luz Silva Foster e cons. Norma Iracema de Barros Ferreira, representantes do colegiado de pedagogia, titular e suplente respectivamente. Foi registrado, também, a ausência dos conselheiros Raimundo Nonato Picanço e Eliana Paixão, os quais estariam representados pelas conselheiras Cristiane Meneses e Rosilene Pêraes, respectivamente. **3. Ordem do Dia. 3.1 – Apreciação e Aprovação do Projeto da UNIFAP para o REUNI.** O senhor Presidente solicitou a conselheira Cláudia Chelala a apresentação do Projeto. A conselheira apresentou ao plenário todas as diretrizes do Projeto do REUNI. Após a apresentação a conselheira disse que das oito IFES da região Norte, sete já aderiram ao REUNI e só falta a UNIFAP. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o ponto de pauta. O cons. prof. Sílvio disse que é muito importante a aprovação do Projeto. O DCE e os centros acadêmicos jamais compareceram às reuniões para discutir o REUNI. Disse que a administração chamou todas as coordenações para discutir o Projeto e algumas não compareceram. O cons. prof. Tostes disse que é lamentável que os estudantes utilizem do processo de truculência e falta de educação no plenário. Diante da impossibilidade de discussão da proposta do REUNI para a UNIFAP, causada por um grupo de estudantes dentro do plenário o Sr. Presidente submeteu à votação o ponto de pauta: Apreciação e Aprovação do Projeto da UNIFAP para o REUNI. O Projeto foi aprovado com 20 votos a favor, 04 votos contra e 02 abstenções. Após o término da votação o Presidente deu por encerrada a sessão. Nada mais havendo a tratar, o

ANEXO C – Ata da 3ª Sessão Extraordinária do CONSU/UNIFAP (23 nov.2007) [cont.]



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
Secretaria Geral

2

Senhor Presidente agradeceu o comparecimento dos Senhores Conselheiros, e às dez horas deu por encerrada a sessão, e eu, Merivaldo Soares de Oliveira, secretário do CONSU, lavrei a presente ata que depois de aprovada será assinada por mim, pelo Presidente e demais membros do Conselho Universitário presentes nesta sessão.

Prof. Doutor José Tavares Carvalho
Presidente do CONSU

Merivaldo Soares de Oliveira
Secretário do CONSU

ANEXO D – Resolução CONSU n. 021/2007



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS SUPERIORES**

RESOLUÇÃO Nº 021/2007-CONSU

De 23 de novembro de 2007

EMENTA: Aprova a proposta do REUNI para a Universidade Federal do Amapá.

O Presidente do Conselho Universitário da Universidade Federal do Amapá, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e conforme o Art. 14, Inciso XIII do Estatuto da UNIFAP, c.c com o Art. 24, Inciso IV do Regimento Interno do CONSU e considerando,

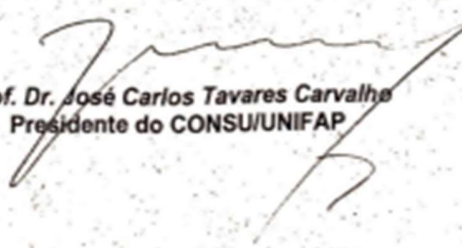
A decisão do **Egrégio Conselho Universitário em Sessão Extraordinária** realizada no dia 23 de novembro de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a proposta do REUNI para a Universidade Federal do Amapá, a qual é parte integrante desta Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Campus Marco Zero do Equador, Sala das sessões do Conselho Superior, em Macapá-AP, 23 de novembro de 2007.


Prof. Dr. José Carlos Tavares Carvalho
Presidente do CONSU/UNIFAP

ANEXO E – Resolução CONSU n. 01/2013



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

RESOLUÇÃO Nº 01/2013-CONSU De 14 de janeiro de 2013

EMENTA: Transforma o Campus de Oiapoque em Campus Binacional.

O Presidente do Conselho Universitário da Universidade Federal do Amapá, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e conforme o Art. 14, Inciso XIII do Estatuto da UNIFAP, c.c com o Art. 24, Inciso V do Regimento Interno do CONSU e,

Considerando o que preceitua a Resolução nº 04, de 08 de setembro de 1997, que aprova o Projeto de Interiorização da Universidade Federal do Amapá,

Considerando o que preceitua a Resolução nº 19, de 11 de dezembro de 2000, que institui os Campi em Laranjal do Jari e Oiapoque, para realização de Cursos de Licenciatura da Universidade Federal do Amapá, fora da sede,

Considerando o Processo nº 23125.002057/2011-01 que trata do Projeto do Campus Binacional do Oiapoque,

RESOLVE:

Art. 1º - Transformar o Campus de Oiapoque em Campus da Universidade Binacional, para a realização de Cursos de Ensino Superior da Universidade Federal do Amapá, fora de sede, e atender o projeto da Universidade Binacional.

Art. 2º - O Campus será, obrigatoriamente, vinculado a Reitoria da UNIFAP.

Art. 3º - Os objetivos do Campus, dentre outros são:

- I - promover o desenvolvimento educacional, social, econômico e ambiental;
- II - favorecer a construção da criticidade, da investigação científica, cultural e tecnológica;
- III - formar profissionais qualificados nas diversas áreas do conhecimento, dentro de uma perspectiva ética, humana e ambiental contribuindo para as futuras gerações com uma sociedade mais coetiva;
- IV - contribuir para o crescimento regional e nacional apoiando-se na busca da excelência para uma Amazônia econômica, ambiental e socialmente mais equilibrada.

Art. 4º - O Campus será dirigido por Diretor Geral, indicado pela Reitoria.

Art. 5º - O Diretor Geral terá como atribuição:

- a) presidir, dirigir, coordenar e supervisionar as atividades do respectivo Campus;
- b) adotar, propor, cumprir e tomar providências indispensáveis ao funcionamento do Campus;
- c) cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto e das Resoluções;
- d) fazer cumprir suas próprias determinações adotadas em conformidade com a função que lhe é atribuída.

Art. 6º - O quadro de docentes e técnicos administrativos será composto a partir de contratação via concurso público especificamente para o Campus Binacional.

Art. 7º - O Campus Binacional funcionará em instalações próprias, situada a Rodovia BR 156, nº 3051, Bairro Universidade, Município de Oiapoque - AP.

Art. 8º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua assinatura.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Conselho Superior Universitário da Universidade Federal do Amapá, em 14 de janeiro de 2013.

Prof. Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão
Vice-Presidente do CONSU/UNIFAP

ANEXO F – Ofício GR n. 057/2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Universidade Federal do Amapá – UNIFAP

GABINETE DA REITORIA

Rod. Juscelino K. de Oliveira, km 02 - Campus Marco Zero do Equador - Bloco da Reitoria
 Caixa Postal 261 - Macapá - Amapá - C.E.P. 68.906-070
 Fone: (096) 3312-1703 - home: www.unifap.br - e-mail: gabinete.reitoria@unifap.br

UNIFAP
28
 ANOS

Ofício nº 057/2019 – REITORIA/UNIFAP

Macapá-AP, 21 de fevereiro de 2019.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR-SESU

Secretário: **Prof. Mauro Rabelo**

Espanada dos Ministérios, Bl. "L" 3º Andar - Gabinete

70047-900 - Brasília - DF

Fone: (61) 2022 8125 / 8012 / 8108 / 8118

E-mail: gabsesu@mec.gov.br

Assunto: Transferência do curso de ENFERMAGEM do campus Oiapoque para o campus Santana.

Senhor Secretário,

Na condição de Reitor da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, e conforme as tratativas com Vossa Senhoria na data de 12 de fevereiro de 2019, vimos apresentar através do presente, a justificativa social e técnica para a transferência do curso de Enfermagem (Bacharelado) no campus de Oiapoque, para o campus de Santana:


O Curso de **Enfermagem** do Campus Binacional situa-se no Município de Oiapoque – AP, que está localizado no extremo norte do Estado do Amapá, a 590 km da capital Macapá sendo de difícil acesso. O município brasileiro mais próximo de Oiapoque é Calçoene, a distância entre os dois municípios é de 220 km, dos quais 112 km são percorridos em estrada de barro. A população de Oiapoque, de acordo com **estimativa** do Instituto Brasileiro de Geografia (2017), é de 25.517 habitantes, **distribuídos** em uma área de 22.625.286km², sendo esta uma população flutuante. O município não está interligado a rede nacional de energia elétrica, sendo abastecido por termelétricas, e assim a energia é bastante oscilante. A internet no município é deficiente, não havendo a possibilidade de contratação de serviços de qualidade nas residências de discentes e docentes.

Atualmente o Campus Binacional conta com cinco (5) salas de aula. Para tentar sanar a problemática estrutural foram alugadas mais oito (8) lojas no centro da cidade, no prédio Colares, totalizando 13 salas de aulas adaptadas, disponibilizadas aos oito (8) cursos de graduação presentes no campus. O serviço de internet do Campus Binacional Oiapoque (e do município de Oiapoque) é insuficiente para


GABINETE DA REITORIA

CAMPUS MARCO ZERO – Macapá

ANEXO F – Ofício n. 057/2019-GR [cont.]



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP
GABINETE DA REITORIA
Rod. Juscelino K. de Oliveira, km 02 - Campus Marco Zero do Equador - Bloco de Reitoria
 Caixa Postal 261 - Macapá - Amapá - C.E.P. 58.906-970
 Fone: (096) 3312-1703 - home: www.unifap.br - e-mail: gabinete.reitoria@unifap.br



permitir a formação científica adequada dos discentes, a atualização dos professores, assim como para o desenvolvimento da pesquisa, pois é impossível o acesso às Bases de Dados de Ciências da Saúde;

Existem ademais duas (2) adaptações de salas que funcionam como laboratórios para as práticas de toda área básica e matriz do tronco profissional de enfermagem. O curso de conta apenas com um (1) laboratório para o desenvolvimento das aulas práticas das disciplinas da área básica (13 disciplinas), que na verdade é um rearranjo de uma sala de aula, o mesmo não apresenta condições mínimas de biossegurança, comprometendo a segurança de alunos e professores por possuir espaço inadequado para o contingente de alunos.


Ademais o Campus não conta com descarte de resíduo contaminado. A rede elétrica do Campus não suporta os equipamentos necessários para as práticas, a exemplo de estufas, autoclave, simuladores. A divisão das turmas para práticas esteve sempre impossibilitada uma vez que o número de docentes no curso é insuficiente, desta forma, 90% das aulas práticas do núcleo básico não foram realizadas nas turmas que ingressaram no curso por falta de equipamentos e reagentes, ou seja, as turmas formaram sem as devidas práticas necessárias.

No caso do núcleo específico 25 disciplinas (a maioria delas predominantemente práticas) possuem como locais para realização: o Laboratório de Práticas de Enfermagem, o Centro de Atenção Psicossocial, três (3) Postos de Estratégia de Saúde da Família e o Hospital Estadual do Oiapoque, todos com espaço e condições insuficientes para atender aos alunos. O hospital consta com atendimento de média complexidade que não apresenta as mínimas condições para a prática de ensino/estágio devido à ausência de diversos setores essenciais para a realização do mesmo. Nos dois níveis de atenção de saúde (pública e hospitalar) o número de pacientes é limitado, tornando-se insuficiente para o treinamento de procedimentos. As unidades docentes extra Campus, não possuem infraestrutura, nem materiais para garantir o desenvolvimento das habilidades práticas exigidas para a formação de um enfermeiro. Disciplinas integradoras, como o Estágio Supervisionado, Centro Cirúrgico, Enfermagem em Ginecologia e obstetria, Enfermagem em Alta Complexidade, assim como as de Psiquiatria e algumas áreas de Saúde Pública requerem necessariamente o deslocamento dos alunos e professores à capital Macapá ou ao município de Santana, que distam cerca de 600 km, além de


GABINETE DA REITORIA
Fone: 10961 3312-1703 - home: www.unifap.br

CAMPUS MARCO ZERO – Macapá
Rod. Juscelino K. de Oliveira – Km 02 Jardim Marco Zero

ANEXO F – Ofício n. 057/2019-GR [cont.]



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP
GABINETE DA REITORIA
Rod. Juscelino K. de Oliveira, km 02 - Campus Marco Zero do Equador - Bloco da Reitoria
 Caixa Postal 261 - Macapá - Amapá - C.E.P. 68.906-970
 Fone: (099) 3312-1703 - home: www.unifap.br - e-mail: gabinete.reitoria@unifap.br



contratação de preceptores, assim como elevados gastos adicionais em diárias, pela impossibilidade de serem realizadas no município.

O setor administrativo do Campus funciona também numa casa adaptada, a um quarteirão da sede. Não há técnicos de laboratório, prejudicando e sobrecarregando as atividades docentes. A coordenação do curso de enfermagem não possui técnico administrativo, nem Técnico em Assuntos Educacionais para auxílio na construção do Projeto Pedagógico do Curso prejudicando e sobrecarregando as atividades de coordenação e do Núcleo de Desenvolvimento Estruturante.

Pelo e-mec são disponibilizadas 50 vagas semestralmente ao curso de Enfermagem. No entanto em nenhum dos semestres em que ocorreram processos seletivos houve preenchimento total destas vagas. Sendo ingressantes no último vestibular disponibilizado (2018.2) somente 20 alunos, o que mostra decréscimo na procura pelo curso. Além disso, dos 95 alunos que ingressaram no ano de 2014, somente 22 conseguiram integralizar o curso no período regular previsto (8 semestres).

Em novembro de 2018 foi realizada a visita *in locu* da Comissão Avaliadora do Ministério da Educação, na qual foram verificadas as deficiências supracitadas. Assim como que assinalaram que não foi possível perceber a existência de um estudo prévio sobre a viabilidade do curso, o mesmo ficou dois anos e seis meses sem ingresso de turmas diante da infraestrutura insuficiente. Ficou claro para a comissão de avaliação que os poucos serviços de saúde disponíveis na região já não são capazes de absorver os novos profissionais formados pelo curso. Diante de todas as deficiências, e a baixa nota geral atingida nesta avaliação (Conceito 2), vale ressaltar que ainda assim se constatou um nível de produção relevante sendo atribuído conceito 4 neste quesito.



Tendo em vista todos os problemas mencionados, ao qual o Curso de Enfermagem vem enfrentando no Campus Oiapoque, o campus de Santana, apresenta-se como uma solução dos problemas pedagógicos e de infraestrutura para o curso mencionado. Tendo em vista que, trata-se de um município com mais de 120 mil habitantes, e que não possui nenhum curso de Enfermagem, seja em instituição particular ou pública de ensino.

Cumprе ressaltar que, o campus de Santana possui atualmente apenas três graduações noturnas, estando sua infraestrutura, no período vespertino e matutino

GABINETE DA REITORIA
Fone: (099) 3312-1703 - home: www.unifap.br

CAMPUS MARCO ZERO – Macapá
Rod. Juscelino K. de Oliveira, Km 02 - Macapá - Amapá - CEP: 68.906-970

ANEXO F – Ofício n. 057/2019-GR [cont.]

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Universidade Federal do Amapá – UNIFAP GABINETE DA REITORIA <small>Rod. Juscelino K. de Oliveira, km 02 - Campus Marco Zero do Equador - Bico da Retzeia Casa Postal 281 - Macapá - Amapá - C.E.P. 68.908-970 Fone: (096) 3312-1733 - home: www.unifap.br - e-mail: gabinete.reitoria@unifap.br</small>	
---	--	---


subutilizada; e pela proximidade com a capital Macapá, tendo um campo potencialmente expressivo de estágio para se explorar, tendo em vista toda a estrutura disponível, como laboratórios e as futuras instalações do Hospital Universitário da UNIFAP.

Portanto, considerando que a realidade de limitação orçamentária das Universidades públicas brasileiras, impõe as mesmas a busca por soluções criativas e racionais para lidar com a escassez de recursos e que neste sentido, as instituições públicas devem ao tomar suas decisões prezar pela observância dos princípios administrativos da eficiência e da economicidade.

Postula-se a Vossa Excelência que pela via procedimental que entender mais adequada, que atenda o pleito de transferir o curso de Enfermagem (Bacharelado) do campus de Oiapoque para o campus de Santana.

Salientando-se desde já o compromisso da IES de oferecer aos alunos do campus Oiapoque, o direito de concluírem os componentes necessários a integralização do currículo, no município, em modalidade que permita aos docentes do campus, atenderem ao mesmo tempo o curso que se extingue, ao mesmo tempo em que se atenda o curso que se implanta.

Respeitosamente,



Prof. Dr. Júlio César Sá de Oliveira
 Reitor da UNIFAP
 Dec. Presid. s/n de 19 de Setembro de 2018
 DOU 20/09/2018

GABINETE DA REITORIA <small>Fone: (096) 3312-1703 - Home: www.unifap.br</small>	CAMPUS MARCO ZERO – Macapá <small>Rod. Juscelino K. de Oliveira – Km 02 Jardim Marco Zero</small>
--	---

ANEXO G – Ofício n. 202/2021 - GR

12/05/2021

https://sipac.unifap.br/public/jsp/documentos/documento_visualizacao.jsf?idDoc=680978**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ****OFICIO Nº 202 / 2021 - GR (11.02.01)****Nº do Protocolo: 23125.002677/2021-25****Macapá-AP, 09 de Fevereiro de 2021****A Sua Senhoria o Senhor
WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior - SESU
Email: gabsesu@mec.gov.br**

Senhor Secretário,

CONSIDERANDO a situação do curso de Bacharelado em Enfermagem ofertado no campus Oiapoque a partir de 2014, e sobre o qual desde então se arrasta um imbróglio, tendo em vista a avaliação insatisfatória atribuída por comissão do MEC/INEP, cuja nota foi 2;

CONSIDERANDO os gastos extremamente elevados para a IFES com diárias e passagens de alunos e professores para realizar campo de estágio em Macapá - em período exíguo, tendo em vista que o município de Oiapoque não dispõe da infraestrutura necessária para o completo aprendizado técnico dos discentes em disciplinas de alta complexidade ou de especialidades específicas ;

CONSIDERANDO a decisão de não ofertar novas turmas, tendo em vista a formação defasada ofertada no município pela precariedade estrutural, a carga horária de ensino dos docentes vêm sendo prejudicada, pois muitos já finalizaram a oferta das disciplinas para as quais foram concursados, estando disponíveis para já iniciar, a partir de 2022, a oferta no campus Santana;

ANEXO G – Ofício n. 202/2021 – GR [cont.]

CONSIDERANDO ainda que o Município de Oiapoque possui menos de 25 mil habitantes, além de ser localizado em local de difícil acesso, não existindo demanda suficiente para abrir turmas para oito cursos ofertados no referido campus. Destaca-se que mesmo com ofertas de vagas espaçadas em dois anos, o ingresso de candidatos ocorre em número insuficiente para compor uma turma.

Assim, em meio ao contexto do Protocolo de Compromisso, nos termos dos artigos 53 a 56 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, assumido pela IES até nova reavaliação pelo INEP, que por sua vez tem previsão de ocorrer em 2021.

A Universidade Federal do Amapá - UNIFAP vem respeitosamente a sua presença postular que pela via procedimental que entender mais adequada, se digne a atender o pleito de transferir o curso de Enfermagem do campus Oiapoque para o campus de Santana, uma vez que no cenário de escassez orçamentária das Universidades Públicas brasileiras, e devido as limitações insanáveis pela respectiva localização atual da oferta, essa é a melhor decisão a ser tomada ao se considerar a observância dos princípios administrativos da eficiência e da economicidade.

Já que o campus de Santana atualmente, além de possuir a sua estrutura subutilizada, acha-se em cidade com a população sendo maior que 120 mil habitantes sem curso da área de saúde público, e por estar mais próximo da capital Macapá, possuindo um campo potencialmente expressivo de estágio pronto para se explorar. Cabe salientar, que essa, por não ser a primeira vez que a UNIFAP vem ao Ministério da Educação fazer tal solicitação, de forma prudente, pela incerteza da permanência do curso em Oiapoque, diante de tantas deficiências, a IES optou por não ofertar novas vagas aí desde 2018. O que dá a segurança necessária de hoje com uma única turma no campus Oiapoque, o Colegiado do curso de Enfermagem ter condições de se comprometer em oferecer aos discentes do respectivo campus o direito de concluírem os componentes curriculares necessários a integralização do currículo no próprio município, ao mesmo tempo em que já a partir de 2022, os docentes tão bem elogiados e qualificados conforme relatório do INEP, desde que responsáveis pelas matérias dos primeiros períodos, podem ir participando da implantação da oferta do curso em Santana.

Sendo o que havia a informar, colocamo-nos à disposição para informações complementares.

Respeitosamente,

(Assinado digitalmente em 09/02/2021 23:27)

JULIO CESAR SA DE OLIVEIRA

REITOR

Matricula: 1216372

ANEXO H – Ofício GR n. 318/2021



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
REITORIA

OFICIO Nº 318 / 2021 - GR

Macapá-AP, 26 de Fevereiro de 2021

A Sua Senhoria o Senhor

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA

Secretário de Educação Superior – SESU

email: gabsesu@mec.gov.br

Senhor Secretário,

Com cordiais cumprimentos de estilo, tenho a honra de dirigir-me a Vossa Senhoria, como Reitor desta Instituição de Ensino - UNIFAP e acerca dos Ofícios OFICIO Nº 201 / 2021 - GR e OFICIO Nº 202 / 2021 - GR referentes a solicitação de transferências dos cursos de Direito e Enfermagem do campus Oiapoque para o campus Santana, temos a informar que:

Considerando o compromisso da Bancada Federal no dia 24 de fevereiro do corrente ano, que reuniu com o reitor e solicitou ao mesmo para reconsiderar a solicitação de transferência dos cursos de Direito e Enfermagem, comprometendo-se com recursos para a Unifap, e a intervir junto ao Município e ao Estado do Amapá possibilitando recursos e encaminhamentos para dar condições de melhorias da estrutura do respectivo Município de Oiapoque e Estado nos campos de estágio dos dois cursos, como hospital e estrutura do judiciário;

Na reunião, o Governador do Estado também foi sensível a essa questão e comprometeu-se a envidar esforços para resolver melhoria da estrutura estadual que dá suporte aos estágios supervisionados dos cursos.;

Assim, vimos solicitar a desconsideração da respectiva solicitação de transferência dos dois cursos (Direito e Enfermagem) daquele campus.

Sem mais, agradecemos vossa atenção e renovamos votos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,


Júlio César Sá de Oliveira
Reitor da UNIFAP